



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL



RUMOS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

TEMAS DA AGENDA INTERNACIONAL
POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA



Senado Federal

Secretaria de Comissões

Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Presidente: Senador Fernando Collor (PTB – AL)

Vice-Presidente: Senador Cristovam Buarque (PDT – DF)

Composição da Comissão

Titulares

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB – SP)

Anibal Diniz (PT – AC)

Antonio Carlos Valadares (PSB – SE)

Blairo Maggi (PR – MT)

Cristovam Buarque (PDT – DF)

Eduardo Suplicy (PT – SP)

Fernando Collor (PTB – AL)

Francisco Dornelles (PP – RJ)

Gim Argello (PTB – DF)

Jarbas Vasconcelos (PMDB – PE)

José Agripino (DEM – RN)

Luiz Henrique (PMDB – SC)

Paulo Bauer (PSDB – SC)

Pedro Simon (PMDB – RS)

Randolfe Rodrigues (PSOL – AP)

Sérgio Souza (PMDB – PR)

Tomás Correia (PMDB – RO)

Vanessa Grazziotin (PCdoB – AM)

Vital do Rêgo (PMDB – PB)

Suplentes

Aécio Neves (PSDB – MG)

Ana Amélia (PP – RS)

Clovis Fecury (DEM – MA)

Cyro Miranda (PSDB – GO)

Delcídio do Amaral (PT – MS)

Eduardo Lopes (PRB – RJ)

Inácio Arruda (PCdoB – CE)

João Capiberibe (PSB – AP)

João Ribeiro (PR – TO)

Jorge Viana (PT – AC)

Lindbergh Farias (PT – RJ)

Lobão Filho (PMDB – MA)

Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR)

Pedro Taques (PDT – MT)

Ricardo Ferraço (PMDB – ES)

Roberto Requião (PMDB – PR)

Romero Jucá (PMDB – RR)

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Plenário nº 7 – Ala Senador Alexandre Costa

Fone: (61) 3303-4777

Fax: (61) 3303-3546



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL

RUMOS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

TEMAS DA AGENDA INTERNACIONAL

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

BRASÍLIA – DF

Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal. Comissão de
Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Rumos da política externa brasileira : temas da agenda
internacional, política externa brasileira. – Brasília : Senado Fe-
deral, 2012.

p. 211

1. Política externa, Brasil. 2. Relações econômicas interna-
cionais. I. Título.

CDD 327.81

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação	5
TEMAS DA AGENDA INTERNACIONAL	
Painel 1 – Imigração haitiana para o Brasil – avaliação das relações com o Equador, o Peru e a Colômbia como rota de ingresso de haitianos no Brasil; regularização da situação dos imigrantes haitianos	7
Painel 2 – Relações do Brasil com os países sul-americanos: Venezuela, Bolívia (brasileiros proprietários de fazendas na fronteira); Paraguai (brasiguaios) e Argentina (consequências para a economia brasileira de medidas adotadas por esse país). Posição do Mercosul em face da atual conjuntura em nosso subcontinente	25
Painel 3 – Análise da crise da União Europeia	43
Painel 4 – Meio Ambiente – Conferência Rio+20 – Agenda, Organização e Expectativas	61
Painel 5 – O Mundo Árabe I – Síria e Irã	85
Painel 6 – O Mundo Árabe II – Egito e Líbia	99
Painel 7 – Terrorismo, ilícitos transnacionais e a ameaça cibernética: Terrorismo – principais ameaças terroristas; ilícitos transnacionais – tráfico de pessoas, armas e drogas e ameaça cibernética	113

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Painel 1 – 2012, um ano de crise no Mundo – Expectativa para 2012	129
Painel 2 – Avaliação e prioridades da política externa brasileira. Acordos bilaterais, atuação em organizações internacionais; ingresso no Conselho de Segurança das Nações Unidas, parcerias e oportunidades (Europa, Estados Unidos, China e Américas)	149
Painel 3 – Diplomacia do futuro: perspectivas	175
Painel 4 – Conferência Rio+20: avaliação da agenda, evolução da organização e das expectativas	189
Painel 5 – A Ordem Econômica Mundial e o Brasil: o Brasil face à nova ordem econômica. BRICS e G20	203

APRESENTAÇÃO

Com esta publicação, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional conclui a divulgação do ciclo de audiências públicas que debateu, no biênio 2011-2012, os *Rumos da Política Externa Brasileira*, no âmbito deste colegiado. O presente tomo contém os relatos do quarto e quinto ciclos da série, em que foram abordados os *Temas da Agenda Internacional* e a *Política Externa Brasileira*.

Os dois últimos ciclos totalizaram 12 painéis de discussão com o concurso de especialistas renomados do mundo acadêmico, empresarial, político e de representantes do corpo diplomático tanto do Brasil quanto de países amigos. A transmissão ao vivo, pela TV Senado, contribuiu para que a sociedade brasileira tomasse conhecimento sobre temas da maior relevância na atual conjuntura global. O ciclo de debates manteve a independência de opiniões, as mais diversas, e atingiu os objetivos estabelecidos pela Presidência desta Comissão - o de contribuir com, muito além de sugestões, uma análise crítica e substancial dos assuntos a ela afetos.

A grande repercussão dos debates levou-nos a ampliar o número de 25 audiências públicas previstas inicialmente, para 32, e as muitas manifestações que nos chegaram de várias fontes nos confirmaram a importância de continuarmos a promover, no Legislativo brasileiro, reflexões de tal porte.

Fica a certeza de que este ciclo de palestras também deve seu êxito à oportunidade dos temas e à pluralidade de contribuições, tanto quanto à participação de Senadores e Deputados, servidores e o público. O momento conturbado que atravessa o mundo e o novo papel do Brasil no concerto das Nações terão sido melhor compreendidos. E o

Senado Federal terá contribuído, de forma inequívoca, para que todos pudessem ampliar seus conhecimentos sobre o nosso país e o mundo em que vivemos.

Senador **Fernando Collor**
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

TEMAS DA AGENDA INTERNACIONAL

Painel 1

I – Identificação

Assunto: Imigração haitiana para o Brasil – avaliação das relações com o Equador, o Peru e a Colômbia como rota de ingresso de haitianos no Brasil; regularização da situação dos imigrantes haitianos.

Local: Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

II – Participantes

1. Sr. Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto – Secretário Executivo do Ministério da Justiça;
2. Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto – Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores;
3. Deputado Nilson Mourão – Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Acre;
4. Sr. Saul Nunes Bemergui – Prefeito do Município de Tabatinga (AM); e
5. Ministro Rodrigo do Amaral Souza – Diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores.

III – Introdução

Realizou-se, no dia 13 de fevereiro de 2012, Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para tratar do assunto: “Imigração haitiana para o Brasil – avaliação das relações

com o Equador, o Peru e a Colômbia como rota de ingresso de haitianos no Brasil; regularização da situação dos imigrantes haitianos”, dentro do ciclo de audiências públicas “Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)”.

Para proferir as palestras, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades: Sr. Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, Secretário Executivo do Ministério da Justiça; Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto, Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores; Deputado Nilson Mourão, Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Acre; Sr. Saul Nunes Bemergui, Prefeito do Município de Tabatinga; e Ministro Rodrigo do Amaral Souza, Diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores.

Presidida pelo Senador Fernando Collor, e contando com a presença dos Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Braga, Eduardo Suplicy e da Senadora Vanessa Grazziotin, a reunião foi dedicada à memória da Dra. Zilda Arns.

IV – Relato das exposições dos palestrantes

1. **Deputado Nilson Mourão**

Iniciando o debate, o Deputado expôs resumidamente as razões pelas quais os imigrantes haitianos vieram para o Brasil: o forte terremoto que atingiu o Haiti em 2011 e destruiu parte importante do país, bem como a recente visão internacional de que o Brasil é o país do momento, sendo a sexta maior economia mundial.

Os primeiros imigrantes haitianos chegaram ao Brasil em dezembro de 2010, pela cidade de Brasileia¹, Acre. Apesar de desde o início ter ficado claro para as autoridades de que o Acre não era o destino final daquelas pessoas, o Governo do Estado buscou tratar tal imigração como o direito de buscar de uma vida melhor – uma ques-

¹ A cidade de Brasileia conta com uma população de aproximadamente 22 mil habitantes, dos quais 14 mil vivem na zona urbana.

tão de direitos humanos, portanto. Assim, determinou que tais pessoas fossem acolhidas e recebessem assistência humanitária. Aos haitianos foram garantidas três refeições diárias, pousada para dormirem e tomarem banho, assistência à saúde, colaboração e acompanhamento da documentação e passagem terrestre para a continuidade da viagem.

Em 2011, novos haitianos continuaram a chegar. No início daquele ano, a imigração era de pequenos grupos de homens, que alcançavam Brasileia durante os finais de semana e, depois de toda documentação regularizada, seguiam rumo a Porto Velho (RO), de tal forma que o número dos novos entrantes na cidade permanecia proporcional ao dos que dela saíam. Entretanto, a situação mudou no segundo semestre, quando a saída foi em muito superada pela entrada: o processo de imigração se intensificava e o procedimento para regularização dos documentos exigidos pela Polícia Federal era demorado e complexo. Deve-se anotar que os imigrantes haitianos requisitavam ao Governo Brasileiro “refúgio”.

A análise mais minuciosa da situação permitiu verificar que não se tratava de casos de simples imigração espontânea, mas sim de uma rota de imigração organizada por meio de agenciadores – estes mais conhecidos como “coiotes²”.

Diante desse quadro de crescente número de retenção de haitianos, o Governo do Acre e o Governo Federal começaram a tomar ações conjuntas para a solução do problema. Foram distribuídas toneladas de alimentos, simplificadas as exigências do processo de pedido de ingresso no Brasil e pedido de refúgio, agilizadas as emissões de carteiras de trabalho, além de destinados mais recursos para as áreas de saúde e de desenvolvimento social. Ademais, chamou-se a atenção da iniciativa privada brasileira, estimulando a contratação dos imigrantes. Dessa forma, as empresas cumprem com sua responsabilidade social ao mesmo tempo em que atendem a seus próprios interesses.

O palestrante, Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Acre, afirmou que, no total, passaram pelo Estado aproxi-

2 “Coiotes” são pessoas pertencentes a redes internacionais de traficantes de imigrantes, como explicou o Senhor Rodrigo do Amaral Souza em sua exposição.

madamente dois mil haitianos, sendo a questão resolvida a um custo total de R\$ 750,00 por imigrante. Segundo sua avaliação, o êxito no caso foi devido à ação conjunta entre Governos, iniciativa privada e imprensa.

Por fim, expressou ser favorável à decisão que o Governo tomou ao permitir que os haitianos que desejassem ingressar no Brasil pudessem se valer de um visto especialíssimo com validade de cinco anos, a ser expedido pelo Brasil na Embaixada do Haiti³. Para ele, esse é o modo correto, seguro e mais barato para que os haitianos possam ter acesso ao Brasil.

2. Senhor Saul Nunes Bemergui

Em sua apresentação, o prefeito de Tabatinga, no Amazonas, explorou os aspectos peculiares de seu município e as consequências disso para como deve ser a ação para resolver o problema dos imigrantes haitianos.

Tabatinga é um município situado na região da Tríplice Fronteira Brasil-Peru-Colômbia. As únicas formas de chegar à cidade são a via aérea e a fluvial – em relação a Manaus, as distâncias são respectivamente de 1.105 km e 1.700 km. Devido a essas características, há grandes movimentações e misturas, na área, entre colombianos, peruanos e brasileiros; porém, para deixar a região rumo à capital do Amazonas, ou a viagem é demasiadamente demorada ou é demasiadamente cara. Ademais, a cidade não possui muitos recursos e adequada estrutura para fazer frente ao rápido crescimento dos últimos anos – 15% a 20% de sua população estão abaixo da linha de pobreza. Portanto, toda e qualquer ação em Tabatinga necessita envolver vários atores, como

3 Art. 1º. Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.

Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010. (Resolução Normativa CNIg Nº 97 de 12/01/2012. D.O.U. de 13/01/2012).

a sociedade civil, a imprensa, diversas esferas do Governo Brasileiro e também governos dos países vizinhos.

A imigração de haitianos no município teve início em fevereiro de 2010, acentuando-se em 2011. As estimativas são de que, até janeiro de 2012, três a quatro mil pessoas tenham entrado no Brasil por Tabatinga. Segundo o prefeito, após destaque para a questão na mídia, várias medidas foram adotadas, solucionando grande parte dos problemas. Entretanto, mostrou-se preocupado com a situação de 349 haitianos que chegaram ao Brasil após o dia 13 de janeiro de 2012, data em que foi publicada a Resolução Normativa CNIg nº 97 – norma que estabelece o visto especial, por razões humanitárias, aos haitianos. Tais pessoas não possuem visto e tampouco poderão tê-lo, e não possuem condições de voltar para seu país, ou mesmo viajar a Manaus.

Em resumo, o Senhor Saul destacou as peculiaridades e carências de seu município e que, apesar de haver disposição do Governo local em ajudar os imigrantes haitianos, tal ajuda deve contar com o apoio de outros atores sociais.

3. Ministro Rodrigo do Amaral Souza

O Ministro destacou, primeiramente, que a questão dos haitianos envolve várias dimensões de política externa, como direitos humanos de imigrantes e relacionamento com outros países, notadamente o Haiti e países vizinhos participantes da rota de imigração. Em sua fala, concentrou-se nos aspectos propriamente migratórios.

Os primeiros imigrantes haitianos que chegaram ao Brasil pelas fronteiras do Acre, Amazonas e Rondônia, por não atenderem a exigência de visto de ingresso em nosso País, solicitavam refúgio. Diante desse pedido, as autoridades brasileiras são obrigadas a disponibilizar um protocolo de solicitação de refúgio, o qual demora certo tempo para ser processado. Com isso, os haitianos eram obrigados a permanecer nas cidades fronteiriças, gerando uma pressão muito grande em uma região que não estava preparada para receber aquele intenso e repentino fluxo de estrangeiros.

Os pedidos de refúgio eram então avaliados pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) ⁴, o qual entendeu não haver embasamento para justificar a concessão de refúgio àqueles imigrantes haitianos. Mas, por haver uma questão humanitária envolvida, optou por encaminhar os pedidos ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg)⁵. O CNIg, por sua vez, apreciando a questão, autorizou a permanência dos haitianos no Brasil, amparando a decisão com razões de caráter humanitário.

Entretanto, no final de 2011, esse procedimento começou a perder sustentação com base em dois fatos: o tempo decorrido entre o terremoto de 2010 no Haiti e a chegada ao Brasil; e a constatação de que aqueles haitianos estavam recorrendo às redes internacionais de traficantes de imigrantes – “coiotes” –, tendo recebido orientação destes para solicitarem refúgio e, dessa forma, burlar a legislação brasileira migratória, a qual impunha aos haitianos a necessidade de visto. Ademais, constatou-se que a situação nas cidades de fronteira, notadamente em Tabatinga (AM), se agravava, o que poderia transplantar a tragédia humanitária do Haiti para o território brasileiro. Em consequência desse quadro, o Conare mudou sua orientação, não mais aceitando acolher as solicitações de refúgio.

Percebendo a mudança de atitude das autoridades brasileiras, o número de haitianos a entrar no País aumentou vertiginosamente, levando a situações insustentáveis em alguns municípios da fronteira. Brasileia (AC), por exemplo, uma cidade de 22 mil habitantes, chegou a abrigar 1.300 haitianos em determinado momento. Assim, o Governo brasileiro decidiu tomar duas medidas para resolver o problema: re-

4 O Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) é presidido pelo Ministério da Justiça e conta com a representação dos seguintes órgãos: Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Departamento da Polícia Federal, Organização não-governamental Cáritas Arquidiocesana de São Paulo e Rio de Janeiro, Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (este apenas com direito a voz, sem voto).

5 O Conselho Nacional de Imigração (CNIg) é presidido pelo Ministério do Trabalho e conta com a participação de várias entidades do Governo, de representação de trabalhadores e de empregadores, bem como observadores da sociedade civil e do próprio Governo.

gularizar a situação de todos os haitianos que já haviam ingressado no país e instituir uma nova modalidade de visto especial para haitianos.

Dessa forma, em 13 de janeiro de 2012, publicou-se a Resolução Normativa CNIg nº 97, que estabelece um visto permanente válido por cinco anos, sem exigência de comprovação de qualificação profissional ou de contrato com de trabalho com empresa brasileira, apenas exigindo passaporte e demonstração de ausência antecedentes criminais. Como ressaltado, esse tipo de visto é especial para haitianos que desejam migrar para o Brasil⁶ e foi limitado ao quantitativo de 1.200 mil famílias por ano⁷. No entanto, a transição de regime trouxe alguns problemas, destacando-se o caso de haitianos que estão na cidade fronteiriça peruana de Iñapari e o daqueles que ingressaram em Tabatinga depois de 13 de janeiro.

Quanto ao problema dos haitianos no Peru⁸, o Governo brasileiro tenciona mostrar ao país andino que possui disposição para verificar como acolher tais imigrantes à luz da lei brasileira e de um pensamento humanitário. Em troca, nosso Governo espera compromisso e empenho do Peru em combater as redes de coiotes. Também espera empenho peruano no controle de suas fronteiras, visando a impedir que situações insustentáveis voltem a se repetir.

Em relação aos haitianos presentes em Tabatinga, aqueles que chegaram após 13 de janeiro de 2012 estão no Brasil em condição clandestina e poderiam ser deportados. O Governo brasileiro ainda estuda formas de resolver o problema.

O palestrante também destacou que o Ministério das Relações Exteriores está monitorando os pedidos de visto recebidos em Porto Príncipe (capital do Haiti) e que, apesar de não serem muitas as

6 Nota-se que a inovação trazida pela Resolução nº 97 do CNIg apenas acrescenta à legislação migratória brasileira que já permite a qualquer cidadão estrangeiro entrar no território brasileiro de porte de determinado visto, de acordo com a finalidade da visita: turismo, trabalho, estudo e assim por diante.

7 O haitiano que desejar migrar poderá trazer seus dependentes, cônjuge e filho menor.

8 Como se verá na exposição do Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto, o Peru inclui-se nos países da rota migratória dos haitianos.

requisições baseadas na Resolução nº 97/2012, do CNIg, numerosas consultas foram feitas à Embaixada Brasileira.

4. Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto

A exposição do embaixador concentrou-se em dois pressupostos de ação do Ministério das Relações Exteriores no tocante à migração. O primeiro é que a política defendida em fóruns internacionais para a questão seja o espelho da política aplicada no Brasil. O outro se refere à dissociação entre as ideias de migração e criminalidade. Dessa forma, o tema pode ser tratado de forma coerente e equilibrado.

Na prática, tais pressupostos concretizam-se quando o imigrante é tratado da mesma forma como o Brasil pleiteia que outros Estados tratem em seus territórios os nossos nacionais. Quanto à dissociação de migração e criminalidade, esse tem sido um grande esforço por parte do Ministério das Relações Exteriores; no entanto, o sucesso dessa orientação pode ter seus resultados comprometidos nos casos em que a própria população dos Estados estrangeiros apoie políticas migratórias rígidas⁹.

Assim, devido ao fato de que cerca de 70 a 80% dos brasileiros no exterior estão em situação irregular¹⁰, o Brasil teve de desenvolver uma política migratória aberta. Um dos princípios adotados para a comunidade brasileira no exterior é a plena liberdade para o brasileiro viajar ao exterior, e lá ficar. Apesar de não ser estimulada a emigração, o Governo Brasileiro tem a obrigação de prestar todo tipo de informação àqueles que decidem migrar, buscando sempre a regularidade do processo migratório.

9 O que se tem observado é que em eleições de outros países candidatos com discurso voltado para o enrijecimento do controle de fronteiras na busca de imigrantes irregulares tiveram maior apoio popular, como aconteceu, por exemplo, nas eleições da Espanha em 2008.

10 Segundo o palestrante, isso se deve a diversos fatores, entre eles: a) despreocupação com os prazos dos países estrangeiros, uma vez que o brasileiro pretende voltar, mas acaba não cumprindo suas intenções; b) dificuldade de cumprir o direito local, uma vez que este impõe inúmeros obstáculos à regularização.

Some-se a isso o fato de que o Brasil de imigrantes, tendo nosso país realizado várias anistias imigratórias para evitar a associação entre migração e criminalidade. Percebe-se que, se a política migratória for muito rígida e onerosa, provoca uma solidariedade entre criminosos e imigrantes que apenas estão procurando uma vida melhor. Assim, aqueles que vêm ao Brasil para tentar uma nova vida honestamente, mas não possuem toda a documentação necessária ao processo migratório, recebem o tratamento de “irregulares”. Portanto, não se equiparam a terroristas, narcotraficantes e recrutadores, esses considerados “ilegais”. O tratamento diferenciado favorece a solução do problema migratório, evitando consequências mais graves e difíceis de coibir, geradas pela solidariedade com criminosos¹¹.

No caso específico do Haiti, há uma cooperação forte com o Governo haitiano. Deve-se notar que a relação com esse país é especial, pois o Brasil comanda nele uma importante missão: ajudar o Haiti a superar seus problemas internos, prestando assistência na área agrícola, na de energia e na de ajuda a pessoas carentes, por exemplo. Também se destaca a ajuda brasileira após a ocorrência do último terremoto. Devido a tais fatores de amizade e colaboração entre os dois países, criou-se no Brasil uma espécie de visto, o qual concede tratamento diferenciado ao migrante haitiano, abrindo nossas portas como a nenhuma outra nacionalidade e simplificando o processo de concessão de visto de permanência. O que se quis evitar foi justamente a temida solidariedade com a criminalidade, acabando com a exploração que os “coiotes” impunham aos migrantes haitianos. Se for mais fácil conseguir o visto, os haitianos não precisam deixar suas economias nas mãos de redes de traficantes, tampouco ter seus parentes no Haiti ameaçados.

Com essa fórmula de sucesso, o Governo brasileiro tem tentado advogar em foros internacionais, tanto sinalizando a regularização daqueles que estão irregularmente no Brasil, como a dos brasileiros

11 Destacou o palestrante que, em nosso País, a situação é bastante interessante e peculiar no que se refere à colaboração entre os diversos órgãos que lidam com o tema: Ministério da Justiça, Ministério das Relações Exteriores, Polícia Federal, órgãos de inteligência e demais atores.

que estão no exterior. Ora, tratar o imigrante como ilegal leva, além de o risco de associar migração com criminalidade, à perda de oportunidades econômicas, que ocorre com a contratação dos imigrantes pelo empresariado local.

Por fim, lembra-se de que o tratamento diferenciado entre o irregular e o ilegal faz com que todos os aspectos positivos da imigração – como o elemento fundamental da aproximação dos povos e o intercâmbio de conhecimento – sejam valorizados.

5. Senhor Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Reiterando que o Brasil é um país composto por imigrantes que chegaram principalmente nos séculos XIX e XX, explicou o expositor que essa situação levou ao surgimento, no país, de um conceito favorável a migrações, vistas como fenômenos de integração, e não de exclusão ou competição. E foi justamente essa postura acolhedora que norteou o posicionamento das diversas esferas do Governo no caso dos haitianos.

Na década de 90, o Brasil viu crescer um movimento inverso ao atual, com a saída de muitos brasileiros que tentaram obter no estrangeiro uma vida melhor. Tendo em vista o novo fenômeno emigratório, o Itamaraty passou a dar maior importância à luta pelo tratamento humanitário dos nossos nacionais nos demais países, à luta pelo fim de prisões de pessoas para posterior deportação, mesmo sem a existência de um crime típico e à luta para desvincular-se emigração do Direito Penal.

O Brasil, por sua vez, adotar postura tolerante com migrações, não promove deportação em massa e não aprova leis discriminatórias aos migrantes em nosso país. Ao contrário, prima por anistias migratórias periódicas e, em consequência disso, estende aos estrangeiros direitos civis, permitindo-lhes frequentar a rede pública de educação e ter acesso aos serviços de saúde. Portanto, o imigrante passa a ser tratado em condições de igualdade frente aos nacionais, conforme o *caput* do artigo 5º da Constituição Federal.

Desde 2009, nosso País assiste ao aumento do número de estrangeiros em seu território. De acordo com estudos, essas pessoas vieram a reboque dos altos investimentos de capital estrangeiro aqui feitos nos setores energético, automobilístico e financeiro. Ademais, acordos na área migratória foram feitos no âmbito do Mercosul, fazendo prevalecer a ideia de integração da América do Sul, como a não exigência do passaporte e do visto, por exemplo. Resultado disso é a flutuação de pessoas nas fronteiras, num movimento bastante equilibrado.

Registra-se também que o crescimento econômico, o satisfatório desempenho do país durante crises financeiras internacionais e a propaganda em torno de eventos a serem realizados no Brasil – Copa do Mundo e Olimpíadas – vêm chamando a atenção de todo o mundo. Entretanto, ressalta o palestrante que ainda não se pode concluir que esses fatores provoquem um verdadeiro fluxo migratório para o Brasil.

Acompanhando os fluxos migratórios, o Governo brasileiro deparou-se, em 2010, com a entrada dos haitianos. Tal movimento já era esperado, em consequência do terremoto ocorrido no Haiti e da visão daquele povo de que o Brasil é um país amigo. Contudo, ainda ficava uma questão relacionada aos pontos de entrada dos imigrantes em nosso território: por que Estados da região Norte e não São Paulo e Rio de Janeiro, se estes últimos são os principais pontos de entrada de imigrantes? Verificou-se, então, a existência de um voo da capital do Haiti ao Equador. O Equador, por sua vez, adota uma política de cidadania global, segundo a qual não se exige visto de estrangeiros de quase todas as nacionalidades. Sem entraves para a entrada no Equador, esse passava a ser o ponto de partida para viagens de ônibus ou caminhão, que cruzavam o Peru até chegar à fronteira com o Brasil. Muitos foram atraídos pela notícia de que haveria empregos nas construções de usina hidroelétricas da região Norte.

Mas ainda surgiam dúvidas sobre como os haitianos descobriram toda a rota para atingir o Brasil. Detectou-se que aquelas pessoas estavam sendo assistidas por “coiotes” e máfias que, durante anos, se

especializaram em colocar nos Estados Unidos, dentro da fronteira com o México, em condições de risco, imigrantes de todas as nacionalidades. Constatou-se também que o mesmo fluxo migratório feito pelos haitianos era utilizado para a entrada de pessoas do Afeganistão, do Paquistão, de Bangladesh e da China.

Assim, para o Governo Brasileiro havia duas alternativas: ou se deixava que a máfia estabelecesse verdadeira rota migratória na nossa região Norte, ou se combatia tal situação criminosa, mas com o cuidado de não atingir pessoas que vinham com o propósito legítimo de procurar uma vida melhor.

A solução encontrada foi a nova forma de visto especial para os haitianos, um visto humanitário visando regularizar a situação dos que aqui já estavam, bem como a daqueles que ainda pretendem vir para o Brasil. Estende-se, assim, a esses haitianos, os direitos civis do nosso país¹². A consequência desse visto simplificado é os haitianos passaram a entrar normalmente no Brasil – pelo Rio de Janeiro ou por São Paulo –, de forma menos arriscada e a um custo menor em relação ao serviço de viagem proposto pelos “coiotes”.

Em resumo, o que se verifica é que no Acre a situação começa a se resolver, mas ainda é complexa em outros Estados, principalmente na área do rio Amazonas, onde são muitos os pontos de entrada na fronteira. Entretanto, embora ainda haja haitianos que entram no País sem controle por parte das autoridades brasileiras, espera-se que a atual medida de visto especial regularize a situação dessas pessoas. Regularizados, então, acredita-se que nosso país consiga integrá-los à nossa sociedade e ao nosso mercado de trabalho.

O último tópico abordado foi a questão do pedido de refúgio por haitianos, o qual passou a ser negado pelo Brasil. Como mencionado nas exposições anteriores à do Dr. Luiz Paulo Barreto, os haitianos, quando chegavam à fronteira brasileira, solicitavam refúgio. Entretan-

12 Ressalta-se que o referido visto possui um limite anual de famílias haitianas que podem ser beneficiadas, não se limitando o número de vistos para pedidos comuns, como o de turista, o de estudante e o de trabalhador com contrato de trabalho.

to, o deferimento a tal pedido pressupõe a existência de perseguição¹³ do país de origem e, no caso do fluxo migratório haitiano, isso não se verificava, uma vez que a saída do Haiti era motivada pelas difíceis condições de vida após o terremoto. Além disso, o reconhecimento do pedido de refúgio implica em outras obrigações internacionais do Brasil perante os estrangeiros.

Deve-se considerar também que o Brasil não incentiva a diáspora de haitianos. Ao contrário, gostaria de evitar que cérebros e mão de obra qualificada deixassem o Haiti, uma vez que a reconstrução do país depende do esforço de sua população. Contudo, nosso País, ao estabelecer um canal de imigração e uma política de regularização daqueles que já aqui estavam, busca encontrar uma solução construtiva, que respeite os laços de amizade entre os dois países e a dignidade humana de pessoas que apenas lutam por uma vida melhor, e que impeça a ação de quadrilhas.

V – Questionamentos e Debates

- Questões do Senador Eduardo Braga:

Primeiramente, o senador destacou a forte e repentina pressão populacional no município de Tabatinga, que não possui condições estruturais para receber os cerca de quatro mil haitianos que passaram pela região. Lembrou que a grande maioria deles foi transportada a Manaus para que a Polícia Federal processe os pedidos de migração. Também mostrou preocupação com a atividade das máfias internacionais de tráfico de pessoas, as quais passaram a atuar de nova forma: o financiamento das viagens migratórias a juros escorchantes. Assim, os migrantes estavam sendo explorados economicamente. Alguns ainda possuíam familiares no Haiti, os quais passaram à condição de reféns dessas máfias, como forma de pressionar o pagamento do empréstimo.

13 A perseguição pode ser motivada por diversos fatores, tais como: raça, religião, nacionalidade, grupo social, opinião política e situações de guerra com grave e generalizada violação de direitos humanos.

Por fim, o senador solicitou elucidações de quais seriam as providências do Governo Federal em relação àqueles haitianos retidos em Tabatinga por encontrarem-se em situação irregular depois da publicação da Resolução CNIg nº 97/2012, e já tendo sido notificados a deixarem o país. Receberiam eles o novo visto ou a Força Aérea Brasileira os levaria de volta ao país de origem?

- Resposta do Sr. Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto:

Com a edição de nova normativa para regular a migração dos haitianos, o Governo já esperava que algumas pessoas ficassem retidas na fronteira tem estudado formas de regularizar a situação daquelas pessoas, evitando deportações. Organizações não governamentais na região foram contatadas para que prestem auxílio aos haitianos, orientando-os quanto à regularização de seus processos. Também recomendou ao Governo Amazonense que encaminhasse lista de requisições ao Governo Federal, para que esse pudesse ajudar no trato dos haitianos retidos, à semelhança das ações realizadas no Acre.

Comentando a denúncia de que os “coiotes” agora passaram a financiar a juros escorchantes as viagens, o palestrante demonstrou surpresa, uma vez que aqueles haitianos que haviam sido entrevistados pela Polícia Federal alegaram ter juntado economias para pagar a viagem, e não recorrido a empréstimos de agiotas. Ademais, o perfil daqueles que chegavam era de razoável qualificação profissional, sendo que muitos deles haviam sido atraídos por um anúncio de 25 mil empregos na construção da usina de Belo Monte.

- Considerações do Senador Cristovam Buarque:

O Senador abordou a questão da solidariedade para com os haitianos que, sofrendo em seu país as consequências de anos de guerra civil, bem como as do forte terremoto de 2010, estavam à procura de uma vida melhor – o Haiti é, por muitos, considerado um “país falido”, um “país sem futuro”. Assim, o Brasil deveria tomar uma verdadeira atitude para abrigar aqueles que desejam aqui se instalar, sem estabe-

lecer limites anuais para o número de regularizados, como faz a Resolução nº 97/2012, do CNIg. Outras sugestões de ação foram feitas:

- a) Programa de âmbito nacional para abrigar os migrantes haitianos, retirando-os das cidades fronteiriças, as quais não possuem condições de abrigá-los, como é o caso de alguns municípios do Amazonas e do Acre;
- b) Internacionalizar a discussão acerca do conceito de refugiado, passando a abranger também a situação de refugiado econômico;
- c) Liderança do Brasil no Banco Mundial, para formulação de um programa internacional de reconstrução e de assistência ao Haiti, evitando que seus nacionais precisem deixar o país de origem.

Ademais, esclareceu que os brasileiros não precisam temer a competição dos haitianos no mercado de trabalho, pois esses possuem a desvantagem de não falarem português e, se forem contratados, isso significa que a mão de obra brasileira existente não preenche os requisitos suficientes para o desempenho de uma determinada função.

- Considerações da Senadora Vanessa Grazziotin:

Em seu pronunciamento, a senadora comparou as ações que foram feitas no Estado do Acre em relação àquelas tomadas no Amazonas. Se no Estado do Acre foi possível oferecer assistência humanitária, obter um controle cadastral de todos os migrantes e até mesmo a realocação dessas pessoas em empregos em diversas unidades da Federação, no Amazonas, a situação foi diferente.

Primeiramente, o número de entrantes foi muito superior ao do Acre. Com isso, os municípios de Tabatinga e de Manaus ainda sofriam com a entrada em massa. O primeiro, por possuir uma estrutura muito frágil para abrigar os haitianos que ainda se encontravam na cidade. E o segundo porque, apesar de ser um importante polo produtor do País, não possuía capacidade para gerar empregos suficientes para

os milhares de haitianos que lá se encontravam. Em Manaus, comentou a senadora, muitos haitianos vivem nas ruas, sem assistência, pois as entidades da sociedade civil que prestam auxílio já não mais possuem condições de ampliar sua atuação. Disse ainda que os próprios haitianos começam a se articular por meio da criação da Associação dos Trabalhadores Haitianos no Amazonas (Atham), na tentativa de resolverem seus problemas.

Dessa forma, ressaltou que o problema da imigração dos haitianos é uma questão de Estado e deve ser tratada pela União. Como consequência, ponderou que: a) a União deve coordenar o equacionamento do problema, encaminhando recursos aos Estados mais afetados, ainda que esses não os tenham solicitado expressamente; b) o Governo Brasileiro deve adotar medidas conjuntas com o Governo do Haiti, visando a estancar a entrada ilegal de haitianos no nosso país, bem como a combater situações de abuso e violência por parte de rede de traficantes de pessoas.

Além disso, a legisladora sugeriu: a) que comissão interministerial volte-se a medidas para emissão de carteiras de trabalho para os haitianos e, depois disso ajude na alocação dessa mão de obra em empresas de todo o país; b) que o Senado solicite à Câmara dos Deputados agilidade na tramitação de matérias relativas à proteção de direitos de trabalhadores migrantes¹⁴; as relativas ao ingresso, permanência e saída de estrangeiros de território nacional, e aquelas que tratam do instituto da naturalização.

- Considerações do Senador Eduardo Suplicy:

Manifestando-se favorável à ideia de livre circulação de seres humanos em toda a América – “do Alasca à Patagônia” –, o Senador demonstrou apoio ao Senador Cristovam Buarque, no sentido de que a solidariedade deve prevalecer no caso dos imigrantes. Destacou também as boas relações desenvolvidas entre os dois países. Sugerindo

14 Referiu-se especificamente à assinatura da Convenção Internacional sobre a Proteção de Direitos dos Trabalhadores Imigrantes e seus Familiares, a qual tramita na Câmara dos Deputados desde 1990.

maior atitude do Governo Brasileiro para ajudar os haitianos, indicou possíveis providências a serem tomadas: a) dentro do próprio território do país da América Central, ampliar os esforços tecnológicos e intelectuais dos programas lá desenvolvidos, visando resolver criativamente os complexos problemas do Haiti, inclusive erradicando o estado de pobreza ali existente; b) aos municípios do Estado do Amazonas, estabelecer soluções baseadas nos casos de sucesso do Acre, além de desenvolver projetos para geração de riqueza local e de renda aos haitianos.

Painel 2

I – Identificação

Assunto: Relações do Brasil com os países sul-americanos: Venezuela; Bolívia (brasileiros proprietários de fazendas na fronteira); Paraguai (brasiguaios); e Argentina (consequências para a economia brasileira de medidas adotadas por esse país). Posição do Mercosul em face da atual conjuntura em nosso subcontinente.

Local: Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

II – Participantes

1. Dr^a Marilene Sguarizi – advogada e representante dos chamados brasiguaios;
2. Sr. Didier César Olmedo Adorno – Ministro da Embaixada da República do Paraguai no Brasil;
3. Sr. Thomaz Zanotto – Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP;
4. Professor Darc Antonio da Luz Costa – presidente da Federação das Câmaras de Comércio da América do Sul - Federasul; e
5. Embaixador José Botafogo Gonçalves – Vice-Presidente Emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais - CEBRI.

III – Introdução

Realizou-se, no dia 27 de fevereiro de 2012, Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para tratar do assunto: “Relações do Brasil com os países sul-americanos: Venezuela; Bolívia (brasileiros proprietários de fazendas na fronteira); Paraguai (brasiguaios); e Argentina (consequências para a economia brasileira de medidas adotadas por esse país). Posição do Mercosul em face da atual conjuntura em nosso subcontinente”. A presente discussão envolve “Temas da Agenda Internacional”, dentro do ciclo de audiências públicas “Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)”.

Para proferir as palestras, foram convidados os seguintes especialistas: Dr^a Marilene Sguarizi, advogada e representante dos chamados “brasiguaios”; Sr. Thomaz Zanotto, Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP; Professor Darc Antonio da Luz Costa, professor da Escola Superior de Guerra – ESG; e Embaixador José Botafogo Gonçalves, Vice-Presidente Emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais.

A reunião foi presidida pelo Senador Fernando Collor. Estiveram presentes e fizeram o uso da palavra os Senadores Cristovam Buarque, Ana Amélia, Randolfe Rodrigues, Sérgio Souza, Waldemir Moka, Aloysio Nunes Ferreira e Álvaro Dias.

IV – Relato das exposições dos palestrantes

1. **Senhora Marilene Sguarizi**

A palestrante informou que falaria em nome dos “brasiguaios”, denominação dada aos brasileiros que emigraram para o Paraguai entre as décadas de setenta e oitenta do século XX, atraídos pelas leis do país vizinho que permitiam a compra de terras por estrangeiros, desde que se radicassem naquele país. A legislação do Paraguai foi modificada recentemente, e eles enfrentam problemas com invasões em suas

propriedades. Vieram em busca de apoio para que seus pedidos sejam encaminhados às instituições correspondentes e aos governos brasileiro e paraguaio.

Segundo ela, a regulamentação das vendas de terras estatais paraguaias era feita pelo Instituto Paraguaio de Bem Estar Rural – IBR, atualmente Indert. Como as leis da época não limitavam a venda para estrangeiros, muitos brasileiros – que hoje somam 350 mil, incluindo as gerações que nasceram nessas quatro décadas – compraram terras na região e, ao longo do tempo, construíram um agronegócio promissor, que elevou o Paraguai ao lugar de quarto maior produtor de grãos do mundo. Disse que o início da colonização foi árduo, pois a região era inóspita. Os brasileiros tinham que desmatar e construir pontes para avançar. Percorriam, muitas vezes, duzentos quilômetros a pé, ficavam três a quatro dias nos caminhos para chegar a casa e viviam apartados de qualquer cidade ou socorro.

A expoente apresentou fotos que ilustram tanto a região de mata virgem e o trabalho no começo da imigração, quanto a situação atual, em que a terra, hoje mecanizada e valorizada, possui grandes indústrias. Os imigrantes montaram oito cooperativas, cada uma com quinhentos sócios, em média, que, por sua vez, possuem cerca de duzentos hectares cada. Essas terras produzem grãos em grande escala, para exportação, como, por exemplo, soja, girassol, canola, milho e trigo. Ressaltou que as terras estão documentadas com títulos de propriedade, muitos deles usados em garantia para financiar a compra de maquinaria das fazendas. Acrescentou que a comunidade dos brasileiros imigrantes e descendentes paga com dinheiro próprio os professores nas escolas dos filhos, bem como colabora na construção de estradas e instalação de energia elétrica.

Disse que a legislação começou a ser alterada em 2004, com o advento da Lei nº 2.419, que criou limites à venda de terras do Estado paraguaio a brasileiros, argentinos e bolivianos. Posteriormente, a Lei nº 2.532, de 2005, impediu a venda, para estrangeiros, das terras situadas a cinquenta quilômetros da linha de fronteira, mas garantiu direitos adquiridos. Essa Lei foi regulamentada em 2011 pelo Decreto Presi-

dencial de nº 7.525. Segundo a expositora, apoiados nessa legislação e num sentimento nacionalista, os “carpeiros” – grupos organizados que se dizem sem-terras – invadem as propriedades, destroem as lavouras, impedem o cultivo; agridem e atacam, com o intuito de expulsar os colonos brasileiros pela violência ou pelo medo, e, conseqüentemente, de tomar posse das terras. Mostrou fotos com cercas arrancadas das propriedades. Salientou que cinco departamentos estão sendo afetados pelas invasões: Alto Paraná, Canindeyú, Itapúa, Caaguazu e Caazapá. Além disso, comentou que há sobreposição de títulos para uma mesma propriedade.

A Dr^a Marilene Sguarizi denunciou falta de ação por parte das forças policiais paraguaias e enfatizou que decisões judiciais que garantem a terra aos brasileiros e suas famílias não são cumpridas por falta de determinação superior e vontade política. Disse que a vida e os direitos dos agricultores não estão sendo protegidos pelas instituições paraguaias. Afirmou haver quebra do estado de direito. Citou a Constituição Nacional do Paraguai, que estabelece a irretroatividade da lei no art. 14, garante a propriedade privada no art. 108 e prevê os direitos da igualdade nos arts. 46 e 47. Destacou o art. 21 da Lei de Imigração paraguaia, que assegura a qualquer estrangeiro residente os mesmos direitos de um natural do país.

Em sua opinião, faz-se necessária a intervenção do Governo brasileiro para não só proteger os brasileiros residentes no Paraguai, mas também garantir a democracia na América Latina. Disse que veio, juntamente com uma comitiva de “brasiguaios” – ela própria também uma “brasiguiaia” –, peticionar às autoridades brasileiras que demandem dos poderes da República do Paraguai o respeito aos direitos constitucionais dos colonos brasileiros e de seus descendentes, residentes naquele país.

2. Senhor Didier César Olmedo Adorno

O Ministro da Embaixada da República do Paraguai no Brasil agradeceu o convite para participar da Audiência Pública, que ele chamou de diálogo aberto sobre problemas comuns entre os dois países.

Acredita ser esse o caminho para solucionar a questão, que o Governo do Paraguai reconhece ser séria e cuja origem remonta a uma reforma agrária mal sucedida, realizada na época das ditaduras. Ressaltou os aportes importantes para o desenvolvimento econômico e social do país, levados pela comunidade de mais de trezentos mil brasileiros, que representam 5% da população total do Paraguai.

Segundo ele, sem questionar a gravidade da questão, o Governo do Paraguai acredita que o problema afeta uma proporção pequena da comunidade dos brasiguaios, e não somente eles, mas também estrangeiros de outras nacionalidades radicados na região da fronteira. Entregou ao Presidente da Comissão, Senador Fernando Collor de Mello, documento que atesta o compromisso do Governo do Presidente Lugo de rechaçar a violência e de respeitar o Estado de Direito. Além disso, enfatizou que, no Estado paraguaio, a defesa dos direitos estará protegida pelo Poder Judicial, e a ação governamental ajustada às leis vigentes. Salientou que o Poder Administrativo tem o compromisso de não atuar fora de sua competência e que o Estado paraguaio também condena os atos violentos de grupos antagônicos.

Afirmou que o Governo paraguaio também compartilha do desejo, expresso por vários parlamentares, de trabalhar conjuntamente com o Brasil para o desenvolvimento dos dois países, da região latino-americana e dos povos de maneira geral.

3. Senhor Thomaz Zanotto

O Senhor Thomaz Zanotto falou sobre o comércio exterior do Brasil com a Bolívia, com a Venezuela e com os países do Mercosul. Abordou também a integração logística dos países sul-americanos, com ênfase nas telecomunicações.

Iniciou sua apresentação afirmando que o consumo de importados no país cresceu muito, a ponto de se prever que, neste ano, o déficit na balança de manufaturados alcançará a cifra de US\$ 105 bilhões e que, no final de 2012, um quarto de tudo que for consumido no país virá do exterior. Em razão disso, a produção industrial brasileira

praticamente estancou. Teme-se que o Brasil passe a consumir suas reservas.

Afirmou que, em contrapartida, o comércio entre os países do Mercosul aumentou substancialmente, tendo superado US\$ 100 bilhões em 2011. Aproximadamente 30% das exportações brasileiras de manufaturados destinam-se ao Mercosul e, excepcionalmente, continuam crescendo para esse mercado, tendo apresentado um superávit de US\$ 9,8 bilhões, que pode alcançar US\$ 12 bilhões no próximo ano. Frisou que essa realidade contrasta com a deterioração da balança comercial de manufaturados do Brasil com o resto do mundo.

Analizou, então, a balança de manufaturados do Brasil com três países da América Latina. Com relação à Argentina, principal parceiro no Mercosul, o Brasil manteve superávit de US\$ 6,7 bilhões em 2011, e aproximadamente US\$ 5 bilhões na balança comercial total – valor menor em razão das importações brasileiras de commodities. Quanto à Bolívia, o saldo também foi positivo em 2011, em torno de US\$ 1,4 bilhões, mas a balança total com essa nação foi negativa em US\$ 1,35 bilhões, devido à importação de gás. Com respeito à Venezuela, o Brasil apresenta frequentes saldos comerciais positivos, que vêm caindo devido à capacidade de compra desse país. O saldo de US\$ 3,7 bilhões, em 2007, caiu para US\$ 1,3 bilhões em 2010 e, em 2011, subiu para US\$ 1,5 bilhões.

Na opinião do Senhor Thomaz Zanotto, os problemas que o Brasil enfrenta em relação ao Mercosul são pontuais, em larga medida aumentados pela imprensa, e não podem embaçar a importância dessa união aduaneira para o país. Afirmou que desconhece qualquer perda que o BNDES possa ter tido com investimentos feitos na região. Lembrou que as refinarias da Petrobrás na Bolívia foram nacionalizadas, mas pagas dentro dos preços acordados, e não houve interrupção do fornecimento de gás. Também comentou a questão de uma empreiteira brasileira no Equador, resolvida pelo Comitê Arbitral, como deve ser. Lembrou o acordo amigável com o Paraguai na questão da Itaipu binacional. O palestrante ressaltou que é natural haver problemas com parceiros comerciais.

Acrescentou que também deve ser considerado o aumento dos investimentos das empresas brasileiras nesses países e em outros da América Latina, nos quais se usam tecnologia e equipamentos nacionais. Citou, então, a Argentina, como o melhor cliente do Brasil de produtos manufaturados. Lembrou que essa nação passou por uma crise séria em 2001/2002, que ele comparou à perda de uma guerra. Como exemplo, disse que a indústria automobilística argentina, naquele ano, produziu setenta mil veículos, e deve produzir oitocentos mil em 2012.

Segundo o Senhor Thomaz Zanotto, a Argentina possui um parque industrial desestruturado pelas ditaduras militares do país, problema que a Presidente Kirchner tenta reverter em um período difícil para as indústrias de todos os países do mundo, afetadas pela entrada da China na Organização Mundial do Comércio – OMC, em 2001. Além disso, há o problema conjuntural, representado pela situação financeira, pois o país não possui dólares. Dados demonstram que a Argentina possui uma reserva cambial da ordem de US\$ 56 bilhões, o que equivale a um ano e meio de exportação. Entretanto, ela possui, em reservas livres, o equivalente a somente um mês de importação, situação bastante crítica. Essa nação – que não tem acesso aos mercados financeiros do mundo – precisa, portanto, de um superávit na balança comercial de US\$ 10 bilhões.

Comentou que o Brasil poderia colaborar com a diminuição do déficit argentino e, ao mesmo tempo, resolver problemas com demandas internas não atendidas. Citou, como exemplo, os estaleiros nacionais sobrecarregados com encomendas atrasadas e os estaleiros ociosos do país platino. A produção poderia ser feita lá, se fosse estendida à Argentina a condição de conteúdo local da Petrobrás. Também sugeriu a compra de nafta da Argentina a preço de mercado, por parte da Petrobras, desde que os argentinos façam a reintegração dos impostos, pois nafta é commodity, e não se pode pagar mais pelo imposto. Segundo ele, essas propostas, que reduziriam à metade o déficit argentino, surgiram após visita do Presidente da Fiesp, Paulo Skaf, à Argentina.

Afirmou que devem ser promovidas a integração física e a logística do Brasil com os países latino-americanos com vista a aumentar a competitividade do produto nacional. Citou o projeto de uma ferrovia que ligará o porto de Paranaguá, no Paraná, aos portos chilenos, de calado profundo, o que permitirá que o produto agrícola nacional chegue à Ásia via Oceano Pacífico. Com custo final mais baixo, o agronegócio brasileiro poderá competir com o africano, que ele citou como exemplo. Segundo ele, a África já desponta como concorrente por ter custos de produção inferiores e estar mais próxima da Ásia. Falou sobre projetos de hidrelétricas na vertente oriental dos Andes peruanos, que poderiam transformar-se em outra Itaipu e fornecer energia para o Peru.

Quanto à integração logística, o palestrante disse que ela poderia ser estratégica no combate à competitividade que afeta a indústria brasileira de manufaturados, que, seja pelo câmbio, seja por outros fatores, perde espaço tanto fora quanto dentro do Brasil. Informou que, de acordo com estudos detalhados da Fiesp sobre integração de cadeias produtivas, produzir, por exemplo, uma calça jeans no Paraguai, de acordo com as leis do país, custa a metade do valor que custaria se fabricada no Brasil. Levantou, então, a possibilidade de, ao invés de importar o jeans da China, usar o tecido brasileiro, produzir a calça no Paraguai e vendê-la no Brasil.

Em sua opinião, essa logística poderia envolver outros países e incluir outros bens, como calçados, móveis e autopeças. Comentou que está em construção, no Paraguai, uma linha de ligação entre Itaipu e Assunção, financiada pelo FOCEM – Fundo para a Convergência Estrutural e o Fortalecimento da Estrutura Institucional do Mercosul, para sanar os constantes problemas com apagões de energia, costumeiros naquele país.

O Senhor Thomaz Zanotto ressaltou a mudança de escala do comércio mundial, ao afirmar que uma multinacional de automóveis, ao decidir produzir no Brasil, não analisa somente o mercado brasileiro, mas o da região, e atualmente também o do México, devido ao acordo com o Brasil. O mercado salta, então, de 3 milhões e 200 mil

para 5 milhões de carros. Frisou, então, a importância de se pensar a integração logística da América Latina a longo prazo, o que trará benefícios em todos os setores. Lembrou que problemas sempre haverá, mas passageiros e pontuais.

4. Senhor Darc Antônio da Luz Costa

O Senhor Darc Antônio da Luz Costa disse que falaria na qualidade de presidente da Federação das Câmaras de Comércio da América do Sul - Federasul, pois não pertence mais ao corpo docente da Escola Superior de Guerra, instituição da qual fez parte de 1994 a 2002, como professor e coordenador do Centro de Estudos Estratégicos. Atualmente é conselheiro desse instituto.

Iniciou a apresentação citando, em forma de verso, o ciclo de hegemonia e decadência das nações ao longo do tempo, que, segundo ele, revela uma lição histórica. Percebe-se que toda periferia busca ser o centro, e toda barbárie busca ser culta. Além disso, fica evidente que os contestadores não chegam ao centro, somente alcançado pela periferia que possui um projeto, uma qualidade. Como exemplo, lembrou que à Grécia, contestada pela Fenícia, seguiu-se Roma. Esta foi suplantada pela Península Ibérica, que, por sua vez, contestada pelos holandeses, foi, entretanto, substituída pela Inglaterra. Nem Fenícia, nem Holanda, contestadores, se tornaram hegemônicos, mas sim Roma, com planos de expansão, bem como a Península Ibérica, com projetos de descobrimento. Lembrou que, mais recentemente, quem contestava a hegemonia inglesa eram os alemães, mas foram os Estados Unidos da América que se expandiram.

Acredita que, com base nessa lição histórica, devem ser discutidas a estratégia e a política da América Latina, para que ela se torne centro. Afirmou que quatro variáveis precisam ser consideradas em um planejamento desse tipo, quais sejam: a condicionante geográfica, a histórica, a econômica e a antropológica.

Disse que a condicionante geográfica é um desafio, porque o continente se localiza na periferia do comércio mundial. Lembrou, no

entanto, que, no século XV, a rota das sedas passava ao largo da Península Ibérica – da costa oriental do Mediterrâneo subia por Veneza e Gênova e passava pelo Vale do Reno para chegar ao norte da Europa. Os ibéricos tinham o projeto dos descobrimentos, que não só os inseriu no comércio mundial, mas também deu início ao processo que o palestrante chamou de “mundialização”. O movimento marítimo iniciou, então, uma troca permanente de culturas e mercados e permitiu uma integração crescente nas relações de comércio e de cultura no mundo, acelerada de forma marcante nos últimos tempos.

Relembrou que os Estados Unidos da América também tiveram que enfrentar o desafio de estarem apartados das rotas centrais do comércio mundial. Responderam com os *clippers* – aviões da PanAm –, com câmaras de comércio, com ferrovias transcontinentais e com o Canal do Panamá. Possuíam o projeto, alcançado no século XX, de dominar a massa territorial do hemisfério ocidental.

Afirmou que a condicionante histórica mostra que o Brasil é a América portuguesa e que a América do Sul é a América ibérica. A variável econômica evidencia que não há, no mundo, continente mais autossuficiente que a América do Sul, em termos de alimentos, energia, minérios. Segundo ele, a questão da dívida externa, grave para a região até recentemente, é, atualmente, um problema europeu e norte-americano.

Disse, então, que o ponto mais relevante do continente é o seu povo. Ressaltou, em particular, o povo brasileiro, cuja qualidade marcante é sua capacidade de incorporar o que vem de fora, dar-lhe nova roupagem e tratar como se próprio fosse. Além disso, ele não cria disputas sobre questões religiosas, bem como não possui o mito do passado comum, o que facilita a aceitação do estrangeiro. Outra particularidade positiva é a mestiçagem existente, que o palestrante contrapõe com a realidade americana, na qual a discriminação é a regra. Como exemplo, lembrou que os americanos distinguem entre o cidadão genuinamente americano e aquele que, embora nascido nos Estados Unidos da América, tem outras raízes, como o teuto-americano, o ítalo-americano, ou o afro-americano. Isso não acontece no

Brasil, onde o estrangeiro é aceito, e o filho de estrangeiro nascido aqui é visto como brasileiro.

O professor Darc afirmou também que, contrariamente ao que pensa o senso comum, a natureza dos trópicos é mais agressiva e exige mais dos homens nascidos perto da linha do Equador do que a dos climas temperados. Acrescentou que o povo brasileiro, além de tudo, é extremamente tolerante, qualidade essencial para se construir o sonho ocidental de uma única pátria humana, que permeia toda a filosofia do Ocidente.

Afirmou que a certeza de que o brasileiro é herdeiro do processo de “mundialização”, iniciado pela Península Ibérica na Era dos Descobrimentos, deve ser a diretriz para a concepção estratégica de um planejamento para o futuro do Brasil, que precisa incorporar as componentes econômica e antropológica. Essa última deve preponderar, pois as características do povo brasileiro são as que mais facilitam esse processo. Frisou que não se pode esquecer que o passaporte brasileiro vale muito no mundo do crime, porque aceita qualquer fotografia – evidência de que o brasileiro é o povo do mundo colocado na América.

O palestrante disse que o primeiro passo é a integração da América do Sul, tarefa facilitada pelo fato de os povos desse continente, descendentes da mesma matriz ibérica, falarem uma língua entendida pelos brasileiros. Dada sua dimensão, o Brasil possui importância estratégica na construção desse mercado – o PIB, a população e o território brasileiros representam, respectivamente, 57%, 50% e 47% dos referentes latino-americanos. Comparou o PIB brasileiro com a soma do PIB francês e alemão, que, juntos, correspondem a menos de um terço do da União Europeia. A dimensão do Brasil, portanto, obriga-o a ter, para a construção desse mercado, uma política fraterna, justa e generosa, características obrigatórias no desempenho dessa função. O professor Darc frisou que o Brasil precisa ser deficitário com os países da América Latina, à maneira da China, que, deficitária com todos os países da periferia e superavitária em relação ao mundo, se transformou na locomotiva da sua região. O Brasil precisa crescer, portanto, para fazer avançar o projeto de integração.

O depoente apresentou dados referentes ao consumo no continente latino-americano, que demonstram a vastidão desse mercado – segundo maior do mundo – e o potencial da América Latina em termos de comércio mundial. O PIB comparativo da América do Sul equivale ao da China, a um terço do dos Estados Unidos e à soma do da Alemanha e Países Baixos. O poder de compra da América do Sul, de mais de US\$4 trilhões, é superior ao terceiro poder de compra nacional, que é o do Japão.

Lembrou, no entanto, os principais problemas com que se depara o continente, quais sejam, criar uma interligação dos diversos setores da economia, de forma a produzir adequada alocação do excedente econômico entre os centros urbanos e a área rural; proporcionar trabalho produtivo para o grande número de desempregados já existentes; e atender, anualmente, à grande massa de jovens que ingressam no mercado de trabalho. Disse que a América do Sul, apesar de atravessar o maior período de crescimento no emprego em dez anos, ainda convive com cerca de vinte milhões de desempregados.

5. Senhor José Botafogo Gonçalves

O Embaixador José Botafogo Gonçalves informou que dividiria sua exposição em dois momentos: o primeiro, para falar sobre os principais paradigmas que devem orientar a política externa brasileira até o fim do século XXI, bem como sobre suas implicações na América do Sul; o segundo, para tratar de problemas concretos à luz desses novos conceitos.

Segundo o expositor, o Brasil, nos últimos tempos, se impôs internacionalmente pelo crescimento de sua economia. Lembrou que, recentemente, o presidente Obama mudou as regras de concessão de vistos americanos para os turistas brasileiros. Vislumbra, no entanto, dois grandes desafios para a economia e a diplomacia brasileira, evoluções em sentidos diametralmente opostos: um em direção à América do Sul, já em curso; e o segundo voltado para a África, mais para o final do século XXI.

Acredita que as relações do Brasil com os países da América do Sul se ampliarão quando houver a ligação entre o Oceano Atlântico e o Pacífico, que irá transpor dois grandes obstáculos: a Floresta Amazônica e os Andes. As relações com a África, continente que tem grandes perspectivas de crescimento, se intensificarão, em sua opinião, mais para o fim do século XXI, e modificarão o uso do Atlântico Sul, que deixará de ser rota exclusiva em direção aos Estados Unidos e à Europa. Essas duas vertentes transformarão os paradigmas da relação diplomática, econômica e comercial do Brasil.

Endossou o que foi exposto pelo Senhor Zanotto com relação à Argentina. Afirmou que não se pode esquecer que o mercado argentino é o principal comprador de produtos industriais brasileiros, que não são competitivos no resto do mundo. A indústria brasileira, então, não pode abrir mão dessa vantagem, e o Brasil deve aproveitar as oportunidades que se oferecem. Disse ter conversado com a Ministra da Indústria da Argentina, Débora Giorgi, e com a Diretoria da União Industrial Argentina, que demonstraram interesse em fornecer produtos de abastecimento para a Petrobras e para outras empresas, desde que fosse dado o mesmo tratamento para esses produtos que se dá aos similares brasileiros. Em sua opinião, isso é possível.

Afirmou que a queda da participação das manufaturas nacionais no mercado exportador brasileiro não se deve à desindustrialização, mas à falta de competitividade da indústria nacional. Segundo ele, o Brasil importa da China muito mais máquinas e equipamentos, que são incorporados à estrutura produtiva, do que bens de consumo. Para ele, a China está modernizando a indústria brasileira.

Frisou que o Brasil tem uma visão ainda muito mercantilista e nacionalista, no mau sentido, em relação aos países vizinhos. Lembrou a proibição, feita por um juiz do Rio Grande do Sul, de importação de arroz do Uruguai, um dos poucos produtos que esse país produz, como se o Uruguai, país de três milhões de habitantes, com um PIB inferior ao da cidade de Porto Alegre, pudesse comprometer a agricultura brasileira. Segundo ele, o Brasil ainda tem a tendência de reclamar das importações de alguns manufaturados e de alguns bens de consumo

dos vizinhos, sem razão, pois o país tem saldo com o Paraguai, com a Colômbia, com o Peru, com todos, exceto com a Bolívia, por causa do gás. Em sua opinião, o governo brasileiro precisa rever essas questões, tendo em vista uma política de integração mais racional.

Disse, em relação ao Mercosul, que os desafios são grandes e os problemas aumentarão, mas as dificuldades serão resolvidas segundo os mecanismos existentes para soluções de controvérsias. Em sua opinião, a união aduaneira será o que o Brasil quiser que ela seja, devido ao tamanho do país. Além disso, acredita que a nação brasileira terá um papel regional insuperável, com melhores condições de exercê-lo do que os Estados Unidos, porque não carrega a carga negativa que conduziu a política norte-americana em relação à América Latina. Segundo ele, esse é o caminho pelo qual o Brasil alcançará assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

V – Questionamentos e Debates

- Questão da Senadora Ana Amélia

A Senadora perguntou se já houve violência com feridos e mortos no contencioso entre brasiguaios e paraguaios. Indagou, outrossim, qual é a atuação do Governo brasileiro, especialmente do Ministério das Relações Exteriores, em relação à solução do impasse.

- Resposta da Senhora Marilene Sguarizi

A expositora não afirmou que houve mortes, mas que os “carpeiros” ou campesinos invadem as terras, arrancam cercas, ameaçam com armas e causam terror. Antes de os policiais chegarem com a ordem de desalojamento, eles saem da propriedade e se instalam em frente a ela, para retornarem assim que os policiais se retiram. Ela mostrou fotos em que há entre três a cinco mil invasores alojados em

frente à cerca de uma fazenda. Além disso, salientou haver ordens judiciais que não estão sendo cumpridas.

Disse que o Ministério de Relações Exteriores vem atuando diplomaticamente em relação a esse assunto e que o Embaixador Eduardo dos Santos é uma pessoa muito acessível, assim como os outros cônsules representantes da comunidade. Afirmou compreender a preocupação dos senadores em respeitar a soberania do Paraguai e a relação de amizade do Brasil com esse país. Enfatizou a necessidade de aproximar autoridades dos dois países, os parlamentares de ambos, para demonstrar a preocupação dos brasileiros quanto ao problema. Ressaltou que muitos parlamentares paraguaios estão preocupados com a situação e têm dado apoio. Em sua opinião, os carpeiros são minoria.

- Questão do Senador Sérgio Souza

O Senador perguntou se o problema surgiu com o Decreto presidencial, que, segundo foi informado, desautorizou a Lei nº 2.532, de 2005, que demarcou a zona de fronteira, mas respeitou direitos adquiridos. Sugeriu a criação de uma comissão de senadores para, em um momento oportuno, ir ao Paraguai e, de forma diplomática, dentro dos limites de atuação do Congresso brasileiro, conversar com parlamentares paraguaios sobre a questão.

- Resposta da Senhora Marilene Sguarizi

A Senhora Marilene Sguarizi disse que, sim, a Lei nº 2.532, de 2005, limita e protege cinquenta quilômetros ao longo da fronteira e respeita os direitos adquiridos. O problema consiste no decreto presidencial que, ao regulamentar a forma de aplicação dessa lei, afeta os direitos dos brasileiros. Segundo ela, os funcionários dos Ministérios correspondentes, ao fazer a demarcação da franja fronteira, já chegam com os “carpeiros”, que invadem as propriedades. A lei existe, o que não existe é a aplicação da lei. As ordens superiores de desalojamento dos invasores não são cumpridas. Não há, tampouco, policiamento adequado.

- Questão do Senador Cristovam Buarque

O Senador perguntou à Senhora Marilena Sguarizi se os brasileiros estão de acordo com as leis paraguaias, especialmente quanto às leis laborais e aos impostos. Ao Sr. Thomas Zanotto perguntou se, além da desindustrialização, o Brasil não passa também por um processo que ele chamou de “desinteligência”, no sentido de a produção nacional carecer de conteúdo de inteligência. Segundo o senador, o exemplo citado na exposição do Senhor Thomas Zanotto foi a calça jeans, típico produto da indústria têxtil, referência nos anos 50. Acrescentou que não há tecnologia na matriz de produção das commodities como há nos bens de consumo modernos, constantemente renovados para versões mais atuais, cuja demanda é sempre crescente.

- Resposta da Senhora Marilene Sguarizi

A Dra. Marilene Sguarizi relatou que as empresas, as cooperativas, os silos, as propriedades, todos que contratam a mão de obra paraguaia conhecem a legislação do Ministério do Trabalho daquele país e se ajustam às normas laborais vigentes. Os brasileiros também estão devidamente documentados tanto em relação aos títulos das terras, quanto à própria documentação. Informou que os Governos brasileiro e paraguaio implantaram programa de regularização migratória, no qual ela própria trabalhou, responsável pela regularização de dez mil brasileiros em dois anos. Segundo ela, os últimos poucos brasileiros que residem no Paraguai foram documentados.

- Resposta do Senhor Thomas Zanotto

O Senhor Thomas Zanotto disse que o custo Brasil é muito alto, o que condena à mortalidade muitas empresas nacionais no nascedouro. Isso, conforme o palestrante, não acontece em outros países. Acredita que a educação é o maior obstáculo para o país ser inserido em outro estágio do desenvolvimento industrial. Além disso, há um efeito danoso do custo do capital no Brasil ao processo de inovação, pois sai mais barato importar a tecnologia do que desenvolvê-la. Segundo ele, se não houver diminuição do custo do capital, esse ciclo

não mudará. Reconheceu, no entanto, três casos de desenvolvimento tecnológico de sucesso no Brasil: a Petrobrás, a Embraer e a Embrapa.

- Resposta do Senhor Darc Antônio da Luz Costa

O professor afirmou que a inovação, que exige cada vez mais educação e conhecimento, é o que diferencia a atividade industrial da atividade agrícola e da mineral. Segundo ele, as empresas inovam não com o intuito de competir, mas para deter o monopólio e, em consequência disso, acumular. Acrescentou então que, apesar de o Brasil se destacar como exportador de produtos agrícolas e de essa atividade também incorporar tecnologia de ponta, ela não traz tanto benefício quanto a atividade industrial.

Painel 3

I – Identificação

Assunto: Análise da crise da União Europeia.

Local: Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

II – Participantes

1. Professor José Augusto Guilhon Albuquerque – Professor do Centro de Estudos Avançados da Unicamp;
2. Professor Creomar Lima Carvalho de Souza – Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília;
3. Professor Francisco Carlos Teixeira – Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; e
4. Embaixador Yves Saint-Geours – Embaixador da França no Brasil.

III – Introdução

Realizou-se, no dia 5 de março de 2012, Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para tratar do assunto: “Análise da crise da União Europeia: consequências para as relações comerciais Brasil-UE, em 2012; novo desenho político, comercial e institucional da região no pós-crise; situação da Itália, Espanha, Portugal e Grécia, e repercussões para a economia brasileira”. A presente discussão integra o tema “Temas da Agenda Internacional”, dentro do ciclo de audiências públicas “Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)”.

Para proferir as palestras, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades: Professor José Augusto Guilhon Albuquerque, Professor do Centro de Estudos Avançados da Unicamp; Embaixador Yves Saint-Geours, Embaixador da França no Brasil; Professor Creomar Lima Carvalho de Souza, Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília; e Professor Francisco Carlos Teixeira, Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

A reunião foi presidida pelo Senador Fernando Collor. Estiveram presentes e fizeram o uso da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque e Ana Amélia.

IV – Relato das exposições dos palestrantes

1. **Professor José Augusto Guilhon Albuquerque**

Em sua apresentação, o Professor José Augusto Guilhon apontou aspectos da formação e do desenvolvimento da União Europeia que precipitaram a recente crise econômica, além de tecer comentários a respeito dos possíveis impactos no comércio e nos investimentos brasileiros.

Inicialmente, lembrou os três grandes fatores do pós-guerra que levaram França, Alemanha, Países Baixos, Bélgica, Luxemburgo e Itália a formarem o embrião da União Europeia: as primeiras comissões europeias.

O primeiro deles diz respeito à antiga rivalidade franco-prusiana, que levou a um esforço conjunto da França e da Alemanha em prol da criação de certa interdependência que tornasse impossível o surgimento de uma nova rivalidade que levasse à guerra.

Outro grande fator foi a ameaça soviética. Dentro do contexto de uma Europa debilitada tanto do ponto de vista social quanto econômico, os países ocidentais do continente temiam o avanço da influência esquerdista da União Soviética sobre seus territórios. Esse temor levou os Estados Unidos a se comprometerem com a reconstrução eu-

ropeia por meio de investimentos que obrigavam uma integração entre os Estados e um planejamento comum (Plano Marshall).

Por fim, o terceiro aspecto trata da necessidade de enfrentar problemas e encontrar soluções transnacionais. Como exemplo, citou o problema do carvão e do aço, que tinham sido fundamentais na distribuição de forças militares durante as guerras e cujo remodelamento implicaria em grandes deslocamentos de centros produtores. Era necessário haver entendimento entre os países que seriam beneficiados e os prejudicados pela nova disposição, para que a questão não se traduzisse em rivalidade. Assim, surgiu o primeiro organismo transnacional, a Alta Autoridade do Carvão e do Aço.

Desde então, surgiram diversos elementos não presentes nos primórdios da construção da unidade europeia, como a defesa comercial, a necessidade de integração dos direitos individuais, e, mais tarde, os desafios da política externa e da defesa. Ao longo do tempo, a necessidade de lidar com novas questões acabou dando origem a características do processo decisório europeu que tiveram impacto na atual crise.

Primeiramente, citou a tendência ao compromisso, à busca do consenso a todo preço, e à prioridade dada ao processo, e não à decisão em si. Em seguida, fez referência ao desequilíbrio existente entre as duas principais nações, França e Alemanha, e os demais países membros. Esses dois países teriam direito de iniciativa e de veto. Segundo relatou, posteriormente, chegou a se falar nos quatro grandes, incluindo também Inglaterra e Itália, mas estes nunca alcançaram o peso político dos dois primeiros. Por último, mencionou o problema da *fuite en avant*, que consiste em avançar além do necessário, quando diante de uma questão cujo resultado demora a se concretizar. Como exemplo, citou a adoção da moeda comum quando nem todos os países estavam preparados e a integração precipitada de países da Europa Oriental. Atualmente, disse acreditar que também esteja havendo certa precipitação nas decisões, que têm misturado aspectos econômicos e financeiros com aspectos de condenação moral da Grécia, da Irlanda, de Portugal e da Espanha.

Sobre os impactos da crise no Brasil, citou como o principal deles a perda de um mercado de qualidade na exportação brasileira. Além disso, a injeção de capital nos bancos europeus tem provocado a entrada de um volume grande de dinheiro no País. De acordo com o palestrante, aparentemente o Brasil gostaria que esse investimento fosse mais direto, e não sob a forma de investimentos financeiros ou de compra ou fusões de empresas, como tem ocorrido. Finalmente, a diminuição da capacidade de importação dos EUA e da Europa torna o País mais dependente da China, quando o ideal seria manter um equilíbrio entre esses três parceiros comerciais.

2. Professor Creomar Lima Carvalho de Souza

A apresentação do Professor Creomar de Souza baseou-se em dois aspectos principais: uma análise conjuntural dos motivos da crise europeia e dos principais efeitos da mesma sobre os europeus; e as consequências para o Brasil, com ênfase em aspectos da estratégia de política externa e de comércio exterior brasileiro.

Inicialmente, o palestrante salientou que o marco fundamental da criação da União Europeia deriva da vontade de uma geração de políticos europeus de romper com o histórico de conflitos e desacordos da região. Trata-se da ideia da construção de uma espécie de zona de estabilidade, baseada em acordos políticos, na regra do consenso e em uma estruturação que, no futuro, pudesse resultar em uma integração de mercados econômicos.

Na opinião do Professor, no germe da ideia destaca-se a venda de um sonho ao cidadão comum, o sonho da prosperidade eterna. No entanto, por trás desse discurso, há duas questões importantes: a possibilidade de gerar mercados preferenciais aos principais centros econômicos da União (Alemanha e França, num primeiro momento, e, mais tarde, também Reino Unido e Itália); e a possibilidade de os países mais atrasados da região alcançarem rápido crescimento econômico, via auxílio das economias principais e linhas de crédito (da própria União e dos bancos privados). E isso, de fato, chegou a acontecer.

Contudo, em algum momento, esse arranjo institucional, baseado num consenso, fracassou. Segundo relatou o palestrante, o primeiro motivo desse fracasso é a falta de uma liderança política unificada. Desse modo, no momento da crise, os governos nacionais europeus ficaram perdidos entre agendas locais e a agenda do bloco. O bloco tinha uma agenda de integração monetária, tinha pressa na construção dessa agenda, e foi pouco cuidadoso na condução do processo. Isso resultou em irresponsabilidade orçamentária de governos nacionais, marcada pela relação ruim entre gasto e arrecadação pública. Assim, o cidadão grego, por exemplo, que, durante algum tempo, acreditou que teria os mesmos benefícios de um cidadão alemão, teve esses benefícios retirados ao primeiro sinal de crise, pois a economia nacional não conseguia mais suportá-los. Faltou uma construção econômica que rompesse um processo de construção político, econômico e institucional, o que levou ao desenvolvimento de economias excessivamente dependentes de linhas de crédito. Essas economias pouco diversificadas começam a sofrer a partir de 2008, quando a crise norte-americana retirou uma importante fonte de créditos.

Analisando a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto – PIB, o expositor sublinhou que a zona do euro tem enorme dificuldade em retomar uma linha de crescimento, já que as negociações, baseadas na regra do consenso, se tornam mais difíceis em um ambiente de desconfiança. Sendo assim, a crise se prolonga devido à falta de acerto político em torno das causas reais do problema.

Para o Professor Creomar Lima, o erro está em tratar uma crise que tem uma multiplicidade enorme de fatores – dívida, crédito, modelo de integração – como uma crise unifatorial. Ainda usando como exemplo o caso da Grécia, lembrou que logo que o País apresentou as primeiras possibilidades de não conseguir honrar os seus créditos, alguns membros de outros governos europeus disseram se tratar de um problema exclusivamente grego. Esse tipo de postura tem efeitos na confiança entre os países e na própria confiança da população em seus governantes. E é impossível discutir qualquer processo de integração sem confiança.

Assim, em todas as eleições realizadas até o presente momento na Europa, tem havido trocas de liderança política. Contudo, ressaltou que, mesmo assim, é preciso ainda recuperar a confiança perdida.

Sobre quem é mais afetado pela crise, afirmou que, em primeira instância, as populações dos países economicamente mais fracos são as que mais sofrem. Em uma segunda etapa, ela começa a avançar para países que são teoricamente centrais. A consequência é o avanço de taxas de desemprego, que variam, em média, entre 10,6% e 10,8% da população economicamente ativa na zona do euro.

Diante desse cenário, a grande questão que se apresenta aos dirigentes europeus é como vender ao cidadão comum que há um futuro. O prolongamento da crise põe em risco a agenda europeia, o processo de integração, a zona do euro, as economias dos países da Europa Ocidental, e o próprio Estado de bem-estar social construído, que serve de referência para democracias como a brasileira. Do ponto de vista do palestrante, a quebra desse modelo pode trazer consequências nefastas para a própria existência da participação popular, do direito à saúde e à assistência, que passaram a ser repensados.

Encerrando sua exposição, o Professor Creomar de Souza elencou os efeitos da crise no Brasil, que são tanto tangíveis quanto intangíveis. No primeiro grupo, incluiu o prejuízo para o comércio exterior brasileiro, mais dependente da China; uma diminuição do investimento direto estrangeiro de origem europeia no País; um congelamento nas negociações comerciais entre Mercosul e União Europeia; e a necessidade de revisão das estratégias comerciais e políticas nacionais, pois não adianta ter uma economia tão diversificada e vender apenas minério de ferro e soja. Por outro lado, a principal consequência intangível deve ser a diminuição da Europa como referencial do processo integrador, além de questionamentos quanto ao custo da integração e à necessidade de um controle público mais profundo das decisões políticas e econômicas acerca do tema. Posto isso, afirmou que, em sua opinião, política externa, qualquer que seja o ator envolvido, deve ser tema de política pública, ser debatida e colocada à prova.

3. Professor Francisco Carlos Teixeira

O Professor Francisco Teixeira iniciou sua exposição apresentando uma série de boas notícias publicadas no sítio do Banco Mundial: a previsão de crescimento mundial para 2012 é de 4%; a média possível dos emergentes é acima de 6% ao ano; o comércio mundial deve crescer numa média de 6,7% em 2012; os Estados Unidos estão no quarto trimestre consecutivo de recuperação; e a Alemanha fechou o ano batendo recordes de empregabilidade. Posto isso, esclareceu que apresentaria uma visão diferenciada da crise, considerando que nos encontramos em um processo de globalização assimétrica truncada, mas que aponta claramente para crescimento.

O palestrante tomou como base a expressão utilizada pelos alemães para se referir à crise europeia – *Verfassungsfehler* (“erro de constituição”) – para enumerar algumas falhas na formação da União Europeia que contribuíram para a situação atual.

Segundo relatou, o primeiro erro foi criar a imagem de uma legislação de promoção econômica e de uniformidade monetária para um continente com níveis de produtividade totalmente diferenciados. O segundo, a criação de uma unidade monetária não acompanhada de mecanismos para controlá-la (foi criado um mecanismo apenas *a posteriori*). Por fim, o terceiro problema foi ter criado uma moeda muito cara, até mesmo para os alemães. Isso representou uma drenagem de recursos e riquezas de países com menor produtividade e com maior composição de trabalho na sua matriz de riqueza – caso da Grécia, da Irlanda, de Portugal e, de certa forma, da Espanha e da Itália –, o que favoreceu enormemente os países que puderam utilizar capital e tecnologia como componentes centrais da matriz.

Conforme o Professor Francisco Teixeira, além desses erros de constituição, houve lassidão na gestão do processo. Desde 2006, quando houve a Conferência de Ministros da Zona do Euro, em Berlim, já se sabia que as contas não batiam. No entanto, como havia muito dinheiro, e dinheiro barato, acharam que se tratava de um problema financiável. Portanto, o erro foi do conjunto dos gestores financeiros de toda a Eurozona.

Em sua opinião, o problema se agravou quando se tentou consertar os equívocos e sair da crise. Com isso, os erros se multiplicaram. O primeiro deles foi o uso dos recursos disponíveis de forma abundante para um resgate sem controle dos bancos e das instituições financeiras dos países centrais, sem que houvesse vinculação alguma entre aumento da liquidez e processo produtivo. O segundo, a imposição quase unânime do conceito de austeridade, entendida como a diminuição do papel pró-ativo do Estado em favor do crescimento econômico. Essa questão afundou, de forma quase irreversível, possíveis medidas de estímulo para que países como Grécia ou Portugal pudessem efetivamente pagar seus empréstimos. O último erro relatado pelo palestrante foi a nova liberação de recursos para os bancos, que novamente foi feita sem vinculação com a obrigatoriedade de financiamento do processo produtivo.

O Professor Francisco Teixeira acrescentou ainda que há problemas estruturais da própria União Europeia que agravam a situação. Um exemplo é o vício da economia em subsídios, o que faz com que o comércio internacional sofra imensamente diante das dificuldades.

Falando sobre as consequências da crise, lamentou a situação da rodada de Doha, que, do seu ponto de vista, se encontra absolutamente paralisada, prejudicando países como Índia e África do Sul, que precisam da liberação dos termos do comércio agrícola internacional.

Especificamente sobre o Brasil, apresentou dados referentes ao primeiro bimestre de 2012 que demonstram o aumento de 38% das compras dos Estados Unidos no País, comparado ao primeiro bimestre do ano passado; aumento de 1,3% das compras da Europa; e diminuição da China.

A respeito do comentário de que o País está passando por um processo de desindustrialização, disse que, com base nos números dos últimos quinze anos, a participação da indústria no PIB geral brasileiro está se mantendo em 28%. Para o expositor, o que causa essa impressão de desindustrialização é a elevação do preço das *commodities*, que aumenta os preços dos produtos agrícolas em relação aos industriais.

Nesse ponto, enfatizou que exportar soja, algodão e café é muito bom para o Brasil, e é um impulso industrial, já que a agricultura brasileira demanda fortemente indústrias nacionais como a motomecânica, a petroquímica e a química fina. Sendo assim, em sua opinião, o problema do grande centro industrial brasileiro não se deve à produção de insumos agrícolas, mas ao câmbio e ao protecionismo das grandes potências.

Por fim, destacou que, quando a crise acabar – por volta de 2016, conforme previsões – a Alemanha deve hegemonizar a União Europeia, já que o País tem conseguido impor à França, país com o qual sempre dividiu a hegemonia, suas diretivas fiscalistas e monetaristas.

4. Embaixador Yves Saint-Geours

Falando como cidadão europeu, e não como representante da França, o Embaixador Yves Saint-Geours focou sua palestra no esclarecimento dos mecanismos que têm sido utilizados pela Europa para sair da crise e na relação entre Brasil e União Europeia.

Relatou que a crise de algumas dívidas soberanas europeias, que tiveram e têm efeito na economia real, criou preocupação no mundo e no Brasil, que receia ver o enfraquecimento de um parceiro tão próximo, em muitos aspectos. No entanto, afirmou que a Europa está lutando de forma eficiente, devendo sair mais forte da crise, e que deve continuar sendo uma grande parceira do Brasil.

Com o intuito de ampliar a compreensão dos acontecimentos recentes, falou sobre a forma de construção da Europa. Muito se critica sobre a lentidão do processo decisório europeu, enquanto os mercados têm pressa. Contudo, o debate e o processo democrático são características essenciais do DNA europeu e que não se trata da primazia do processo sobre a decisão em si, pois, em menos de cinquenta anos, milhares de decisões foram tomadas para unir um conjunto de povos, de estados, de nações, que estavam completamente separados.

Ao falar sobre o funcionamento da União Europeia, destacou dois de seus pais fundadores: Robert Schuman e Jean Monnet. O primeiro defendia o processo intergovernamental, o arcabouço político, e criou, a partir de 1949 e 1950, a primeira estrutura que originou a União. O segundo foi pioneiro na compreensão da globalização e dizia que a União não é coalizão de estados, mas união de homens e mulheres, um princípio seguido até hoje. De acordo com o Embaixador, a Europa vive entre iniciativas concretas e processo intergovernamental e se fortalece a cada crise, pois é sempre uma oportunidade de consolidação da estrutura europeia e de se tomar novas iniciativas.

Conforme relatou, no último ano, a União Europeia teve mais avanços do que em uma década, enfrentando a crise por meio de uma série de medidas e decisões ambiciosas que, até certo ponto, mudaram sua própria natureza de governança econômica. Inicialmente, havia uma Europa comercial, que evoluiu para uma Europa monetária e, agora, uma Europa orçamentária está prestes a ser criada. Segundo o Embaixador, quando o euro foi criado, não se antecipou que deveria ser elaborada uma Europa orçamentária. Trata-se de um equívoco que deve ser sanado.

Sobre as medidas de enfrentamento da crise, citou, inicialmente, a assinatura, antes da reunião da cúpula do G20, em outubro de 2011, do compromisso de retomar a estabilidade financeira da Europa para garantir a sustentabilidade das finanças públicas e possibilitar a realização de reformas para o crescimento e a competitividade. O acordo prevê ainda a ampliação da integração econômica e fiscal entre os membros da Eurozona.

Ainda sobre os compromissos firmados, disse que, entre dezembro de 2011 e março de 2012, foram aprovadas medidas de coordenação econômica, no intuito de incentivar o crescimento e o emprego, cumprindo uma disciplina orçamentária mais rigorosa e fortalecendo os mecanismos anti-crise.

A conclusão dessa série de decisões é a assinatura do tratado que impõe um teto de déficit de 0,5% – com sanções automáticas caso seja maior do que 3% – e reforça os instrumentos de estabilização. Re-

latou ainda que, paralelamente, o Banco Central europeu já tem condições de impedir qualquer risco de contágio, com a diminuição das taxas de juros, a assinatura de acordos de *swap* com mais cinco bancos centrais, e permitindo que os bancos possam sanar suas finanças com ele de forma ilimitada, por três anos, e com juros de 1%. Sublinhou que se trata de fato de sanar a economia, e não de uma medida de especulação cambial.

A respeito dos problemas específicos dos países, disse que o plano grego já foi aprovado e vem sendo instaurado, com o cancelamento de mais de 50% das dívidas a bancos e ajuda de €130 bilhões (cento e trinta bilhões de euros). Os programas de apoio à Irlanda e a Portugal estão em andamento. Na Itália, o novo governo de Mario Monti implementou imediatamente um amplo e ambicioso programa de reformas, que deverá levar ao equilíbrio orçamentário já em 2013, inclusive com medidas para o crescimento. Na Espanha, o novo governo de Mariano Rajoy lançou um programa de redução das despesas em 1,5% do PIB.

Sublinhou ainda que tudo isso vem ocorrendo em um cenário de uma Europa fortalecida, com um semestre de preparação dos orçamentos antes da implementação das recomendações e aprovação dos orçamentos, com o fortalecimento da governança a médio prazo, o chamado *six-pack*, e o monitoramento. No plano global, tem se observado o retorno da confiança dos mercados: a bolsa de valores voltou a subir, os *spreads* e as taxas de juros das dívidas soberanas estão em baixa e a moeda é estável. Apesar do número de resoluções tomadas, os debates – característica essencial da União Europeia – não se encerraram, havendo ainda disputa forte entre os voluntaristas para uma política industrial e os que defendem o mercado interno e o livre comércio, inclusive nos serviços.

No que diz respeito à relação com o Brasil, enumerou dados que demonstram a dimensão da parceria existente. Primeiramente, disse que, em 2011, a União Europeia representou 20,5% das importações do Brasil e 20,7% das exportações; enquanto a China representou 14,5% e 17,3%, respectivamente. Sublinhou que, além disso, o comércio

é muito mais equilibrado do que com a China, para quem 98% das exportações são de matérias-primas.

Ainda sobre a parceria comercial, destacou que a visão de que os brasileiros desaprovam a política agrícola comum europeia já foi superada, pois, em 2011, a Europa vendeu, por US\$2 bilhões (dois bilhões de dólares), produtos agrícolas ao Brasil, e, em contrapartida, comprou US\$22 bilhões (vinte e dois bilhões de dólares). No mesmo período, o Nafta comprou apenas US\$7 bilhões (sete bilhões de dólares) em produtos agrícolas do País.

Por fim, falou sobre investimento, ressaltando que, quando bem equilibrado, é o que possibilita verdadeiras parcerias, uma vez que permite agregar as economias e estabelecer uma produção conjunta, realizando transferência de tecnologias. De acordo com os dados apresentados pelo palestrante, em 2010, a União Europeia representou 52,4% dos investimentos estrangeiros diretos no Brasil. Ao mesmo tempo, o Brasil também está, pouco a pouco, aumentando seus investimentos industriais e de serviços diretos na Europa. Lembrou ainda o programa Ciência sem Fronteiras, lançado pela Presidenta Dilma e prontamente atendido pelos países europeus. A concessão de bolsas para que estudantes das áreas de tecnologia possam estudar em universidades europeias é um exemplo de investimento no futuro e do compartilhamento do conhecimento e da tecnologia.

Assim, conclui sua apresentação enfatizando que, apesar de haver obstáculos para o fechamento de um acordo entre União Europeia e Mercosul, a realidade mostra que a maior parceira do Brasil – equilibrada, forte, falando das mesmas coisas e do mesmo jeito – é a Europa.

V – Questionamentos e Debates

- Questões da Senadora Ana Amélia:

Primeiramente, a Senadora Ana Amélia perguntou ao Embaixador Yves Saint-Geours se uma maxidesvalorização artificial do euro

seria uma saída possível para a crise. Se não, qual rumo deve tomar a moeda, tendo em vista sua relação com o resto do mundo.

Em seguida, a partir das colocações do Embaixador sobre a importância da transferência de tecnologia e retomando o debate acerca da compra de aviões militares pelo Brasil, solicitou que o palestrante mencionasse as vantagens que o País teria caso optasse pela compra dos caças *Rafales*.

Ainda para o Embaixador francês, transmitiu uma questão de um seguidor do *twitter* (Sr. Emilson Nunes Costa), que perguntou se o fato de o Reino Unido não estar no euro pode desvalorizar a moeda; e até que ponto isso ajudaria a Europa a sair da crise.

Por fim, indagou ao Professor Francisco Teixeira se a recente eleição de Vladimir Putin na Rússia não poderia ser incluída na lista de boas notícias.

- Resposta do Embaixador Yves Saint-Geours:

Concordando com a afirmação do Professor Francisco Teixeira de que o euro era uma moeda muito cara quando foi criado, o Embaixador disse que, atualmente, o sistema de banco central europeu impede que a taxa cambial seja alterada por uma decisão política de desvalorização da moeda para sair da crise. Enfatizou que nenhuma das medidas tomadas durante o ano de 2011 teve essa intenção. Segundo relatou, a ideia é controlar a inflação, as taxas de juros baixas e manter uma moeda mais ou menos estável.

Sobre a compra dos aviões de caça pelo Brasil, ressaltou que os franceses sabem que, hoje em dia, indústrias tão complicadas e caras, como é o caso, demandam parcerias. Além disso, salientou ser necessário que o trabalho seja realizado em democracia, com um conjunto de valores comuns, e não só entre países desenvolvidos do mesmo pequeno grupo, mas ampliando a governança mundial. Sendo assim, disse que o mais importante na negociação em questão não é o valor do contrato, mas a possibilidade de se fazer junto uma história de

transferência de tecnologia, de recursos humanos, de pesquisa científica, de maturação da economia e inclusive da sociedade.

Em resposta à pergunta do Sr. Emilson Nunes Costa, o expositor ressaltou que essa situação não deve nem ser considerada, pois, apesar das diferenças e discrepâncias existentes, o Reino Unido e os demais países da União Europeia fazem parte de uma mesma comunidade e estão sempre procurando agir no mesmo sentido.

- Resposta do Professor Francisco Carlos Teixeira:

Retomando a lista de boas notícias mencionada no início de sua palestra, o Professor Francisco Teixeira acrescentou que tanto a China quanto a Rússia estão investindo mais na Europa, o que demonstra o vigor europeu. Especificamente sobre Vladimir Putin, disse que o presidente eleito anunciou recentemente que vai tentar manter em 12% de euros a cesta de reservas russa.

- Questão do Senador Cristovam Buarque:

Pontuando que, em sua opinião, a Europa é a maior experiência do processo civilizatório, onde se conseguiu alcançar o que há de melhor na humanidade, perguntou se o continente também não é o primeiro sinal de um fracasso da civilização industrial, uma vez que a crise envolve não apenas aspectos financeiros, mas também econômicos, sociais e ambientais.

- Resposta do Embaixador Yves Saint-Geours:

O Embaixador francês reforçou que a União Europeia tem consciência de que não pode seguir produzindo sozinha. Deve haver uma mudança ampla, não só de modelo de produção, mas de modelo de civilização em todos os aspectos: econômicos, sociais, ambientais, etc. Sublinhou ainda que a Europa não vai encarar os grandes foros internacionais como uma maneira de guerra entre diferentes modelos de desenvolvimento. A mudança deve ser no sentido de fazer com que o sistema permita parcerias.

- Resposta do Professor Francisco Carlos Teixeira:

O Professor Francisco Teixeira ponderou que a Europa é esse centro de civilização, mas também foi onde, nos últimos 120 anos, apareceram algumas das coisas mais terríveis e sombrias da História. Se, por um lado, há a cultura e a civilização, por outro, foi o local do holocausto, por exemplo. Lembrou que questões como a do Kosovo e da Bósnia mostram que se trata de um continente difícil, com conflitos de difícil resolução.

Posto isso, ressaltou que, dada a situação europeia atual, sua preocupação é a possibilidade do surgimento de uma nova barbárie. Relatou que esteve recentemente na Europa e ficou incomodado com a ausência de um pensamento vigoroso de renovação. Segundo informou, apenas recentemente, a palavra “crescimento” passou a ser colocada em primeiro lugar e houve uma mutação na situação de falta de identidade das populações com suas instituições. Nesse contexto, foi descoberta uma célula nazista na Alemanha e tem crescido, na França, a aceitação de um partido político que nega o holocausto – a Frente Nacional. Assim, seu temor é que a ausência de respostas criativas, inovadoras, de proposições verdadeiramente humanistas – o que sempre foi característica da Europa – permita esse retrocesso.

- Resposta do Professor Creomar Lima Carvalho de Souza:

O Professor Creomar de Souza chamou atenção para a falta de humanismo nas ações europeias de enfrentamento da crise. Em sua opinião, isso demonstra a necessidade de se repensar o modelo europeu, que, diante do afã e da euforia da criação do euro, não trouxe em si a percepção de que algo poderia dar errado em algum momento.

Por outro lado, destacou que o mundo precisa de uma Europa forte e consolidada, porque ela não é só uma referência econômica, mas, sobretudo, uma referência social e política. Ressaltou ser importante – inclusive para os brasileiros, que têm uma democracia em gestação – que a União Europeia dê certo como experimento civilizacional. Disse sentir falta, no momento, de uma liderança que reme um pouco contra a corrente, que pense que ações como a redução do

salário-mínimo e da aposentadoria têm impacto até mesmo na sobrevivência dos indivíduos. No entanto, opinou que, no cenário de crise, a emergência de novas forças políticas na Europa deve favorecer a criação de novas possibilidades que questionem, inclusive, a atual relação entre homem, meio ambiente e crescimento econômico.

- Resposta do Professor José Augusto Guilhon Albuquerque:

O Professor José Augusto Guilhon pontuou que tem sido questionado com frequência se não estamos vivendo um momento de crise desta civilização que conhecemos e que agrega democracia, liberdade, direitos humanos e bem-estar social. Ressaltou que, nesse debate, é colocada em dúvida a possibilidade de manutenção conjunta desses quatro elementos. Em sua opinião, trata-se de uma questão filosófica sobre a qual é preciso se debruçar, mas sem a pretensão de se encontrar uma resposta. Pessoalmente, disse acreditar que a Europa vai sair da crise salvando esses componentes essenciais.

- Questão do Senador Eduardo Suplicy:

Retomando o problema do resgate de instituições financeiras europeias sem a exigência de uma contrapartida de destinação dos recursos, o Senador Suplicy lembrou recente declaração da Presidenta Dilma Rousseff, na qual demonstrou preocupação com a injeção significativa de valores dessas instituições no Brasil. Conforme relatou, na opinião da Presidenta, essa ação poderia causar um efeito bastante forte sobre a economia brasileira, mas não necessariamente o mais saudável. Posto isso, solicitou aos palestrantes que se aprofundassem na análise da questão.

- Resposta do Embaixador Yves Saint-Geours:

O Embaixador afirmou que a Presidenta Dilma tem razão em estar preocupada, pois se a Europa tiver um *credit crunch*, não será possível sair da crise. Reforçou que o propósito das ações recentemente tomadas é irrigar, dar crédito, dar possibilidades para o desenvol-

vimento da economia. Disse que o Brasil é muito atrativo não apenas devido a suas taxas de juros, mas também pela atividade, pelo crescimento e pelo otimismo que giram em torno do País. De modo geral, nos fóruns internacionais, a postura da União Europeia deve ser de entendimento da situação de cada Estado, buscando uma atitude colaborativa, apesar das diferenças. Assim, a resposta europeia também é o investimento direto, que vai além do mero intercâmbio comercial, consistindo em uma produção conjunta.

- Resposta do Professor José Augusto Guilhon Albuquerque:

O Professor José Augusto Guilhon questionou a preocupação do governo brasileiro com a entrada de dinheiro no País. Do ponto de vista do palestrante, se há um arsenal de recursos para controlar a valorização do câmbio, deveria haver um arsenal de recursos que garantissem que o investimento que entra no Brasil fosse canalizado para onde a demanda é grande: obras de infraestrutura, obras de desenvolvimento urbano e melhoria da qualidade da indústria nacional. Destacou que a diminuição proporcional da indústria no PIB e nas exportações é reflexo da perda de competitividade brasileira. Desse modo, acordos como esse que a Europa pode oferecer podem fazer com que o País passe a competir melhor.

Painel 4

I – Identificação

Assunto: Meio Ambiente – Conferência Rio+20 – Agenda, Organização e Expectativas.

Local: Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

II – Participantes

1. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, subsecretário-geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), coordenador-geral dos preparativos da Conferência Rio+20;
2. Professor Sérgio Besserman Vianna, do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), titular da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável e Governança Metropolitana da Cidade do Rio de Janeiro, presidente do Grupo de Trabalho da Prefeitura do Rio de Janeiro para a Rio+20;
3. Professor Eduardo José Viola, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UNB); e
4. Professor José Goldemberg, da Universidade de São Paulo (USP), ex-Ministro da Educação, ex-Secretário de Ciência e Tecnologia da Presidência da República, ex-Secretário de Meio Ambiente da Presidência da República.

III – Introdução

No dia 12 de março de 2011, a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal realizou o Painel intitulado “Meio Ambiente – Conferência Rio+20 – Agenda, Organização e Expectativas”, in-

tegrando o quarto Ciclo de Debates da agenda “Rumos da Política Externa Brasileira (2011 – 2012)”, com o tema “Temas da Agenda Internacional”.

Os palestrantes convidados foram o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, subsecretário-geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) e coordenador-geral dos preparativos da Conferência Rio+20; o Professor Sérgio Besserman Vianna, do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), titular da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável e Governança Metropolitana da Cidade do Rio de Janeiro e presidente do Grupo de Trabalho da Prefeitura do Rio de Janeiro para a Rio+20; o Professor Eduardo José Viola, do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UNB); e o Professor José Goldemberg, da Universidade de São Paulo (USP), ex-Ministro da Educação, ex-Secretário de Ciência e Tecnologia da Presidência da República e ex-Secretário de Meio Ambiente da Presidência da República.

A reunião foi presidida pelo Senador Fernando Collor. Estiveram presentes e fizeram uso da palavra a Senadora Ana Amélia os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy.

IV – Relato das exposições dos palestrantes

1. **Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado**

Em sua exposição, o Embaixador apresentou conceitos que norteiam a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e enumerou as principais atividades que ocorrerão no decorrer do evento.

Inicialmente, traçou um breve panorama histórico da família de conferências ambientais da Organização das Nações Unidas (ONU), mostrando como, ao longo do tempo, tornou-se clara a visão de que proteção ambiental não se desvincula dos componentes econômicos e sociais. A primeira delas (Conferência das Nações Unidas sobre Meio

Ambiente Humano), realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972, foi dotada de um forte viés ambiental. Vinte anos depois, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro (Rio 92), a conclusão foi a de que, para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento, é preciso dar tratamento agregado aos componentes econômico, social e ambiental. Esse é, conforme ele, um entendimento moderno da questão ambiental, e é sob essa nova perspectiva que ocorreu, em 2002, em Johannesburgo, África do Sul, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) e que ocorrerá, em junho 2012, a Rio+20.

Feito esse roteiro histórico, o Embaixador apresentou os dois temas centrais da atual Conferência: um, a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e, dois, a governança para o desenvolvimento sustentável. Refletiu que essa é uma agenda que abandona os isolacionismos do Século XX – referindo-se à aparente oposição entre desenvolvimento econômico, proteção ambiental e inclusão social – e que parte para uma visão que pretende harmonizar as três áreas. Sobre o segundo tema central, explicou que a ideia provém de um entendimento de que, para aprimorar a coerência entre os pilares econômico, social e ambiental, é preciso observar se a estrutura internacional de governança é capaz de dar respostas adequadas a essa necessidade de integração.

Outro ponto tratado é o contexto de crises internacionais em que ocorrerá a Rio+20. O mundo presencia crises de ordem ambiental (mudança climática e perda de biodiversidade), social (desemprego e desigualdades), econômicas e financeiras. Conforme o Embaixador, o quadro não só evidencia a incapacidade dos atuais modelos de desenvolvimento de responder aos desafios atuais como ainda mostra que essas crises são geradas por esses mesmos modelos inadequados. A Rio+20, considerou, instiga a pensar sobre o modelo de desenvolvimento que se quer para o futuro e, sobre isso, disse não duvidar que todos os países do mundo querem um modelo que seja, simultaneamente, economicamente forte, socialmente inclusivo e protetivo com a base física da natureza.

Sobre a programação da Conferência, enumerou que essa terá início com a última sessão do comitê preparatório, com três dias de duração. Na sequência, ocorrem quatro dias de atividades para a sociedade civil, incluindo os chamados Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável. Os resultados desses Diálogos serão levados às mesas-redondas dos chefes de estado e de governo, que ocorrem nos três últimos dias da Conferência. Essa será, concluiu, uma forma estruturada e respeitosa de levar a voz da sociedade civil ao chamado “segmento de alto nível”.

O diplomata também expressou que o Governo brasileiro vê a Conferência como um momento único, aguardando participação maciça de chefes de estado e de governo, agentes governamentais e representantes da sociedade civil. E finalizou sua exposição reafirmando o apoio governamental ao princípio do não-retrocesso, expressando que os valores aprovados em 1992 devem, cada vez mais, se tornar presentes nas decisões de governo de empresas e, ainda, servir de guias para o bem-estar da sociedade.

2. Professor Sérgio Besserman Vianna

O expositor apresentou mudanças de contexto histórico que marcam a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e apresentou sua visão sobre qual deve ser a missão da Conferência para que ela seja considerada exitosa.

Iniciou sua fala dizendo que a cidade do Rio de Janeiro está não só preparada - em termos de logística e infraestrutura - para a Conferência, como empenhada na causa de discutir o tema do desenvolvimento sustentável. A cidade do Rio representa, em si mesma, o desafio do desenvolvimento sustentável, porque congrega ativos naturais conhecidos mundialmente e que convivem com os 12,5 milhões de habitantes da região metropolitana da cidade.

Em seguida, ofereceu sua visão sobre como situar adequadamente na história a Rio+20. Em 1992, quando ocorreu, também no Rio

de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, havia um sentimento geral de que a humanidade entrava numa nova época, isenta das grandes e cíclicas crises econômicas graças à velocidade das informações. Nesse clima de “otimismo ingênuo”, nos dizeres do expositor, quando os chefes de estado foram colocados frente aos alertas científicos de mudança climática, perda de biodiversidade e da qualidade dos solos, assumiram prontamente diversos compromissos para a mitigação dos problemas¹⁵.

O palestrante passou, então, a destacar as importantes mudanças de contexto histórico que tornam o mandato da Rio+20 diferente daquele ocorrido em 1992. Primeiro, a Rio+20 ocorre em meio à maior crise econômica mundial desde 1929 e, a seu ver, a governança global sequer iniciou o enfrentamento de desequilíbrios macroeconômicos fundamentais. Segundo ponto, já há informações científicas de que a crise ambiental é mais grave do que se imaginava. Conforme o professor, pouco foi feito nos últimos vinte anos e a governança global, da mesma forma que no plano econômico, evidencia uma lacuna em sua capacidade de agir frente ao tamanho da crise ecológica¹⁶.

A terceira diferença de contexto, e sobre a qual o expositor mais se debruçou, é que a dicotomia que presidia o pensamento no século XX - a qual opõe conservação ambiental a desenvolvimento econômico, social e humano - hoje não faz mais sentido. A ideia de

15 Os cinco principais documentos originados na Rio92 foram: a) Declaração do Rio sobre meio Ambiente e Desenvolvimento, com 27 princípios que consagram regras do direito ambiental internacional; b) Agenda 21, com medidas ambientais a serem tomadas, até o século XXI, pela nações signatárias da Conferência; c) Convenção sobre Mudanças Climáticas, que estabelece normas para redução do lançamento, na atmosfera, dos gases geradores do efeito estufa; d) Convenção sobre a Diversidade Biológica, que busca preservar espécies animais e vegetais, bem como traz diretrizes para o aproveitamento de recursos da biodiversidade e seu patrimônio genético; e) Declaração de Princípios sobre Manejo de Florestas.

16 O expositor ressaltou o mérito do Brasil em diversos eventos. Assim, por exemplo, na 16ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP-16), ocorrida em Cancun, México, em 2010, o País teve papel de destaque ao negociar a extensão do Protocolo de Kyoto. Na 10ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-10), ocorrida em Nagoya, Japão, também em 2010, o protagonismo do Brasil foi fundamental ao sucesso dos acordos firmados. Contudo, para ele, a crise global de governança torna o conjunto das nações impotente no enfrentamento das dimensões várias que compõem os atuais problemas ambientais.

que o homem tem de assumir a responsabilidade de salvar a natureza é, para ele, uma “bobagem oniponte, narcísica”. Isso porque homem e natureza vivem tempos diferentes. A vida está presente na Terra há 3,6 bilhões de anos e o planeta já passou por problemas desmedidamente maiores do que aqueles que o homem é capaz de provocar. Por outro lado, o surgimento do *Homo sapiens* data de 200 mil anos e a agricultura foi desenvolvida há 11 mil anos, somente. Quis dizer com isso que a natureza não depende do homem para se recuperar. A própria ciência informa que, milhões de anos depois, a biodiversidade se regenera, como já ocorreu antes. O que a humanidade está estragando, na realidade, é a natureza de seu tempo, da qual depende para ter qualidade de vida e para se desenvolver.

Continuando, disse que o risco que assumimos, enquanto civilização, já foi ultrapassado, porque já é uma certeza que enfrentaremos os efeitos das mudanças climáticas, da escassez de água doce e da extinção da biodiversidade, entre outros. E o lado mais perverso dessa história, asseverou, é que os impactos dessa crise ambiental não serão sentidos de maneira simétrica pela população mundial. Recairão sobre os mais pobres, que são mais vulneráveis e têm menos recursos para se defender. Assim, concluiu que o não enfrentamento da crise ecológica representa contratar o sofrimento de milhões de pessoas.

Depois de apresentar o panorama atual, refletiu sobre qual seria, então, o papel da Rio+20. Ao ser ver, atribuir a ela a missão de resolver esses problemas não fará avançar o processo político. A Conferência será avaliada, primeiro, por sua coragem de assumir a gravidade dos fatos que a Ciência apresenta, reconhecendo a dimensão do desafio que a humanidade terá pela frente. Segundo, por produzir os acordos necessários ao avanço das negociações. E, ainda, pelo reconhecimento da necessidade de que a humanidade encontre o caminho do desenvolvimento sustentável, caminho esse ainda não conhecido, mas que implica reconhecer o modelo atual como insustentável.

Segundo essa perspectiva, disse que o desenvolvimento sustentável não mais deve ser considerado tema para conferências periódicas. Deve ser encarado, de agora em diante, como ponto central

da economia, da sociabilidade, da política e do pensamento humano. Com isso, reafirmou que se a Rio+20 representar um impulso político para um avanço nesse sentido, já terá sido exitosa.

3. Professor Eduardo José Viola

A partir da perspectiva das relações políticas internacionais, o professor falou sobre as dificuldades no avanço das negociações que podem ocorrer na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Destacou as particularidades do Brasil nesse cenário e, depois, algumas questões sobre as quais ainda pesa a falta de consenso.

Iniciou sua contribuição esclarecendo que a Rio+20 não objetiva um tratado internacional que crie vínculo legal entre os estados participantes. Seu papel é de criação de novos consensos básicos, de caráter mais simbólico. Afinal, lembrou, mesmo vinte anos após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) e 25 anos após o relatório da Comissão Brundtland¹⁷, a gravidade dos problemas do Planeta (como clima, energia e segurança internacional) se acentuou extraordinariamente.

Isso se explica porque a dinâmica do sistema internacional é dada pelas principais potências mundiais, e não de forma democrática. Em outras palavras, a despeito do papel crescente do Direito Internacional, o poder material das superpotências tem peso significativo sobre a lei internacional. Os “atores de primeira grandeza” no plano ambiental, tal como ocorre nos planos econômico e político, são as superpotências (Estados Unidos, União Europeia e China) e as grandes

¹⁷ Documento publicado pela ONU em 1987, também conhecido como Nosso Futuro Comum (Our Common Future). A primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, presidiu uma comissão criada pela ONU para desenvolver um estudo sobre causas, características e medidas mitigadoras dos problemas ambientais atuais. O documento, à época, chocou o mundo, porque trazia a constatação de que a situação ambiental do planeta era pior do que se imaginava. O relatório motivou a ONU a convocar um encontro entre seus países signatários. A convocação resultou, alguns anos depois, na realização da Rio92.

potências (Japão, Índia, Rússia, Brasil e Coreia do Sul¹⁸). Mas papel decisivo ocorre, sobretudo, entre as três superpotências, das quais somente uma manifesta uma atitude responsável em relação aos problemas planetários: a União Europeia. Contudo, a capacidade de liderança da comunidade europeia está, conforme ele, profundamente erodida em virtude da crise econômica que o continente enfrenta.

Prosseguindo, enxerga que a sociedade norte-americana está dividida entre uma parte que impulsiona a consciência ambiental global e outra extremadamente irracional, que chega a duvidar de dados já evidenciados pela Ciência. A representação dessa vertente conservadora faz com que a administração de Barack Obama encontre-se paralisada em sua capacidade de implementar políticas domésticas ambientalmente avançadas. Já a China, analisa, teve, nos últimos quatro anos, uma mudança de postura que classificou como extraordinária, ao introduzir uma nova política energética de baixo carbono. Contudo, ressaltou que a contribuição chinesa ainda é insuficiente e uma das razões do baixo avanço deve-se ao também baixo avanço americano.

Sobre as cinco grandes potências, o Brasil possui papel de destaque. É o único país fora da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a aprovar uma lei dirigida às mudanças climáticas¹⁹. Esse avanço no plano interno, contudo, não se reflete no plano da negociação internacional e o expositor elencou as principais razões.

Uma delas é que o Brasil fica atrelado às posições do G-77²⁰. O grupo, conforme ele, tem uma estrutura heterogênea não apenas quanto a regimes políticos, mas também com relação ao posicionamento

18 O expositor explicou, em outro ponto de sua fala, que Coreia do Sul e Japão vêm apresentando posições avançadas em matéria ambiental. As posições mais progressistas são as da União Europeia, que propõe, inclusive, a desenvolvimento de uma normatização ambiental mundial. O Brasil coloca-se numa posição intermediária. Também para ele, os principais responsáveis pelo não avanço da Conferência serão, em primeiro lugar, os Estados Unidos e a China e, num segundo plano, Rússia e Índia.

19 Lei nº 12.187/2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima.

20 Bloco formado por nações em desenvolvimento, objetivando promover interesses econômicos coletivos e desenvolver uma maior capacidade de negociação conjunta na ONU. Criado em 1964, conta, hoje, com 131 membros.

dos países que o compõem sobre responsabilidade perante mudanças climáticas. Outra razão é que não faz sentido o Brasil, como país com uma das matrizes energéticas que menos utiliza carbono no mundo, estar aliado, no Basic²¹, com três países com matrizes energética altamente poluidoras, como China, Índia e África do Sul²².

Com isso, o Brasil fica em situação ambígua, nos dizeres do expositor. Por um lado, procura o consenso, o que dificulta que tenha um posicionamento definido. Por outro, como sede da Rio+20, pode influenciar na dinâmica da Conferência. A conclusão do professor é que o País não mantém, no plano internacional, uma posição ousada como a que teve ao aprovar a Política Nacional sobre Mudança de Clima, posição essa que exigiria uma ruptura com o G77 e com o Basic.

Prosseguindo sua exposição, o Sr. Eduardo, a partir de suas observações sobre o desenrolar dos acontecimentos e do *Zero Draft*²³ do evento, explicitou questões problemáticas relacionadas ao sucesso da Rio+20. A primeira é sobre uma definição não consistente do pilar social frente aos pilares ambiental e econômico. Conforme explicou, a questão da governabilidade e da governança local é decisiva para a superação da pobreza, o que implica em considerar esse pilar como sociopolítico, tema que toca na situação das nações não democráticas. Outro ponto refere-se à procura de um consenso generalizado sobre o que seja economia verde. Disse haver certo temor de uma “definição protecionista” que seja favorável às sociedades com poder tecnológico sobre determinado tipo de tecnologia limpa.

Concluindo, disse que a situação internacional da Rio+20 carrega incertezas. Uma delas é se, durante a realização dos eventos, haverá mobilização da sociedade civil mundial efetivamente capaz de

21 Bloco composto em 2009 por quatro grandes países em desenvolvimento: África do Sul, Brasil, Índia e China.

22 O expositor graduou o nível de responsabilidade dessas três nações. A África do Sul demonstra um posicionamento mais responsável. A China teve avanços nos últimos anos. E a posição da Índia é claramente irresponsável.

23 Também chamado de “rascunho zero”. Termo que designa o conjunto de sugestões e contribuições de países, grupos regionais, organizações internacionais e da sociedade civil para a construção de um documento base para a Rio+20, o qual será apresentado, durante o encontro, aos estados participantes.

pressionar governos mais conservadores a tomarem posições progressistas. Se isso ocorrer, avalia, o quadro pode ser modificado significativamente.

4. Professor José Goldemberg

Último a falar, o professor apresentou a ótica científica sobre as grandes questões ambientais da atualidade, dando exemplos sobre a relação de decisões políticas com as evidências científicas. Por fim, teceu suas críticas sobre o modo como estão sendo conduzidos os trabalhos preparatórios para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

A primeira ideia apresentada, por meio de um exemplo, é sobre a importância de se olhar para os dados científicos como amparo às decisões políticas. Nas discussões do Senado sobre o projeto de reforma do Código Florestal²⁴, no tocante à questão da largura das matas ciliares, os agricultores defendiam uma faixa de proteção mínima, de modo a levar suas plantações até a borda dos rios. Os ambientalistas defendiam uma faixa mais ampla. O que a ciência evidenciou, e que foi refletido no texto devolvido à Câmara dos Deputados, é que faixas de proteção a partir de 15 metros protegiam tanto os recursos hídricos como a própria produção agrícola.

Prosseguindo, disse que o problema de cunho mundial que enfrentamos parte de evidências científicas que demonstram que, pela primeira vez na história da humanidade, a ação do homem está sendo comparável às forças geológicas naturais. As forças naturais movimentam, anualmente, 50 bilhões de toneladas de matéria. Hoje, cada ser humano move, ao ano, de um lugar ao outro, cerca de sete toneladas de matéria. No que se refere à atmosfera, segundo medidas feitas pelos cientistas há mais de 50 anos, a ação humana está conseguindo mudar a composição do ar. Se antes da era industrial uma porcentagem de 0,25% da atmosfera era contida por gás carbônico, hoje essa proporção, por ação antrópica, está em 0,5%. Isso reflete que a ação

24 Atualmente tramitando na Câmara dos Deputados, sob a sigla PL 1879/1999.

humana está mudando o equilíbrio da atmosfera e, em decorrência, o clima do Planeta. Mas lembrou que, a despeito dessas evidências, certos candidatos à Convenção Republicada dos Estados Unidos defendem que o clima da Terra não está mudando.

O pior reflexo do aquecimento global, ainda conforme dados científicos, não é a elevação do nível do mar em si – que é da ordem de um milímetro ao ano –, mas o evidente aumento da frequência de eventos climáticos externos, particularmente as inundações. No verão da cidade de São Paulo, por exemplo, precipitações que antes duravam três horas agora ocorrem em 15 minutos e criam, diariamente, até 300 pontos de inundação.

Relacionando essas informações à Rio+20, o expositor disse que a Conferência está sendo vítima de um quadro de indiferença em relação ao que dizem os cientistas²⁵. Apontou, primeiro, que o evento adota uma linguagem que mistura conceitos estranhos aos três componentes que formam a noção de desenvolvimento sustentável (meio ambiente, economia e sociedade). Em segundo lugar, acredita que nenhuma decisão será tomada pelos chefes de estado que participarão da Conferência. O *Zero Draft* preparado pelas Nações Unidas contém 128 parágrafos, dos quais 125 tratam de exortações, e não de compromissos.

O professor analisou, ainda, que a Rio+20 deveria marcar os progressos ou não progressos feitos nos últimos vinte anos, além de servir para traçar novos rumos aos países, por meio de medidas concretas. Nesse sentido, o Brasil, como líder na produção de energia renovável (por meio de hidrelétricas e da produção de etanol) e com o exemplo de inclusão social do programa Luz para Todos, desperdiça a oportunidade de exercer um papel de liderança internacional na área de preservação ambiental. Muitos países da África e da América Latina poderiam se beneficiar do exemplo Brasileiro.

25 Ao falar sobre como o tema das mudanças climáticas, tendo por base dados científicos, afetarão os fluxos ideológicos, citou que, hoje, a China começa a levar a sério o que está ocorrendo com o ambiente mundial. Não se trata, conforme ponderou, de um caso de amor à humanidade, mas de defender os interesses do próprio país em continuar produzindo e utilizando, para isso, o mínimo de recursos naturais.

Ainda há, segundo ele, tempo para mudar os rumos da Rio+20, no sentido de que a Conferência ganhe um caráter mais programático. Nas palavras do professor, “é preciso que os chefes de estado saiam do Rio de Janeiro com um roteiro do que fazer”. Mas para isso, retomou, é preciso dissipar a ideia de confronto entre ambientalistas e desenvolvimentistas, olhando a questão ambiental sob o prisma científico²⁶.

V – Questionamentos e Debates

- Considerações do Senador Fernando Collor:

O Senador leu mensagem que sintetiza sua opinião sobre os rumos da Rio+20, opinião expressa originalmente na reunião de 8 de fevereiro de 2012 da comissão nacional encarregada dos preparativos da Rio+20, da qual é membro. Ele destacou que o *Draft Zero* é um documento tímido e desnorteado e destacou três pontos que considera de maior relevância nas tratativas para a Conferência: uma conceituação objetiva de “economia verde”, a questão delicada e perigosa da governança global e, por fim, a necessidade que o princípio do não retrocesso conste no preâmbulo do texto-base da Conferência.

Concordando com a fala do professor José Goldemberg, disse que o documento traz uma série de exortações, em linguagem que não se compromete com nada, quando a Conferência precisa extrair dos participantes compromissos e acordos. Destacou também a necessidade de engajamento, nas discussões, da sociedade civil mundial e dos chefes de estado e de governo.

26 Ao finalizar sua colaboração, o professor apresentou projeções com a síntese de informações científicas que explicam como se dá o efeito estufa e que evidenciam: a) o aumento de 150 milímetros do nível do mar nos últimos cem anos; b) o crescimento exponencial planetário de consumo de energia; c) aumento, ao longo das últimas décadas, da frequência de eventos climáticos extremos.

- Questões da Senadora Ana Amélia:

A Senadora perguntou ao professor José Goldemberg se a adoção maciça de equipamentos com menor consumo de energia produz efeito concreto sobre a redução do aquecimento global. Em seguida, perguntou se o Brasil está explorando adequadamente sua posição de País detentor de várias fontes renováveis de energia. Por último, questionou se a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do novo Código Florestal, até a data de início da Rio+20, acarretará ao Brasil algum tipo de cobrança da comunidade internacional.

- Respostas do professor José Goldemberg:

O professor exemplificou o primeiro questionamento a partir do que tem observado quanto ao modelo chinês. Há 20 anos, o país consumia uma enorme quantidade de energia para gerar uma unidade de produto interno bruto (PIB). Hoje, a medida de gasto energético por unidade de PIB caiu a um décimo, o que quer dizer que a China está se tornando um país eficiente. O Brasil também é um país eficiente graças, principalmente, à matriz energética hidrelétrica.

Sobre a posição do Brasil perante o mundo como um País protagonista na área ambiental, lembrou que metade de nossa energia é renovável. Essa é uma situação favorável e ímpar, porque não pode ser adotada por muitos outros países. Considera que poderia haver empenho do Estado brasileiro em disseminar a outros países as tecnologias relacionadas à produção de etanol a partir da cana de açúcar. O Estado de São Paulo, individualmente, já está fazendo isso em países da África e da América Latina. Mas são ações que devem ser feitas a partir de uma perspectiva nacional.

Sobre o impacto que a aprovação do novo Código Florestal pode acarretar ao País, o professor considerou que, se o texto for aprovado na Câmara dos Deputados sem as modificações votadas no Senado Federal, o resultado será catastrófico. O Brasil será acusado de ser o grande responsável pelo desrespeito à natureza. Declarou também que a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, consultou os ex-

-ministros da pasta sobre o tema. Todos a alertaram sobre os prejuízos que um retrocesso do texto legal acarretaria.

- Questões da Senadora Ana Amélia:

Ao considerar que os debates sobre economia verde e desenvolvimento sustentável parecem permanecer no plano da retórica, a parlamentar perguntou ao Professor Sérgio Besserman Vianna em que medida isso pode impedir que as nações ataquem os focos centrais dessas matérias. Questionou também se o expositor é otimista quanto aos resultados da Rio+20.

- Resposta do professor Sérgio Besserman Vianna:

Segundo o expositor, a discussão de economia verde e de desenvolvimento sustentável é de cunho prático. É preciso, primeiro, ter em mente que a questão ambiental que se apresenta como mais grave é a das mudanças climáticas. Portanto, se a economia verde tiver como pressuposto a transição da civilização dos combustíveis fósseis para aquela do baixo teor de carbono, será possível medir os impactos concretos que ela traz.

Para ilustrar como o aquecimento global é a mais grave das questões, lançou informações históricas e técnicas sobre o fenômeno. Durante a Rio92, na Convenção Quadro sobre Mudança Climática, chegou-se a um consenso de que não poderia haver, no século XXI, um aquecimento superior a um determinado “limite de perigo”, que foi estabelecido, anos mais tarde, a partir de informações científicas, em 2°C. Essa aparente diferença já é suficiente para ocasionar grandes problemas para a humanidade, como a elevação do nível do mar, eventos climáticos extremos, perda de produtividade agrícola, novos problemas de saúde e outros riscos que os cientistas ainda não conseguem precisar. Contudo, apoiado também em estudos científicos, o professor advertiu que o cenário atual torna impossível que esse limite não seja ultrapassado. Nas projeções atuais mais otimistas, que consideram que a sociedade passe por rápidas e profundas transformações, a temperatura subirá 3°C. Conforme ponderou o expositor, essas transforma-

ções seriam não só de cunho tecnológico, mas sobretudo econômicas, políticas e sociais, pois a desigualdade das populações está na base desse problema todo. Na hipótese de a sociedade permanecer no atual modelo de negócios, chegaríamos em 2100 com uma temperatura de 5°C a 6°C acima da ideal, o que, nas palavras dele, seria um “pesadelo inimaginável”. Por último, analisou que um grande acordo de política de mudança climática implicaria em perdedores: empresas ou países com modelos de negócio ligados a uma matriz energética de grande emissão. Portanto, analisou, o que está em jogo são dois elementos: poder e dinheiro.

Sobre a segunda indagação, embora não se proclame otimista com relação às decisões que podem surgir com a Rio+20, o professor disse ser esperançoso quanto a um futuro processo político global de transformação.

- Questões da Senadora Ana Amélia:

Ao professor Eduardo José Viola, questionou se a falta de definições claras do Brasil diante da Rio+20 decorre de problemas propriamente políticos ou ideológicos. Perguntou também como o professor vê o Brasil no contexto internacional – especialmente no contexto latino-americano – diante da reforma de seu Código Florestal, levando em consideração que países vizinhos, como a Argentina, não dispõem de qualquer restrição legal quanto ao uso da terra.

- Resposta do professor Eduardo José Viola:

Sobre a aparente falta de posições claras do Brasil ante a iminência da Rio+20, o professor apontou algumas causas. A primeira seria uma falta de compreensão profunda sobre a gravidade da crise planetária pela cúpula do Governo, que vem de outro contexto histórico. Mas adiciona-se a isso a falta do senso de oportunidade da equipe atual. Embora sem conhecimento profundo sobre o problema, o ex-Presidente Lula teve sensibilidade, em 2009, de inaugurar uma política nacional sobre mudanças climáticas. A Presidenta Dilma Rousseff passou a ter mais abertura à problemática ambiental somente em 2009,

com a ameaça da candidatura da ambientalista Marina Silva e em função da persuasão de Lula, contudo, a cultura política dela é outra.

Outro dado que explica a postura brasileira, para o expositor, tem a ver com a lógica do Itamaraty, que costuma ser mais conservadora, tendente a não assumir os riscos de que o País conduza uma Conferência mal sucedida. Assim, assume-se uma postura de mediação, que é mais segura. Tudo indica, finalizou, que a Rio+20 seja percebida como um “fracasso”, a não ser que haja um esforço governamental como o que houve durante o Governo Collor para convencer o maior número possível de chefes de estado a participarem da Rio92.

- Considerações do Senador Cristovam Buarque:

O Senador se disse preocupado com o risco que a Rio+20 seja um fracasso. Parece não haver, disse, um empenho decisivo do Governo em fazer da Conferência um tema presente na agenda nacional. Sua suspeita, completou, é de que haja uma inflexão na maneira como se enxerga o progresso, em prol de uma ideologia que prega o desenvolvimento do País de acordo com um modelo já superado. Sugeriu, assim, que o Senado expresse à Presidenta a preocupação da instituição com o futuro da Conferência. O Senador teceu, também, críticas ao Itamaraty. A saída da audiência, momentos antes, do Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado e a ausência de alguém que o substituisse no restante do encontro fizeram com que o Senador declarasse ser essa uma demonstração do “pouco caso” que o Ministério das Relações Exteriores está fazendo com o desafio que foi lançado ao Governo brasileiro, de promover um evento no porte do que foi a Rio92. Expressou, ainda, sua vontade de ver as universidades envolvidas no processo de realização da Rio+20.

- Resposta do professor Sérgio Besserman Viana:

Concordando com o Senador, o professor disse que a ideia do crescimento a qualquer custo é a filosofia da “célula cancerosa” que vivemos socialmente. Nosso atual modo de desenvolvimento é base-

ado na globalização da economia de mercado. Contudo, os demais aspectos da vida social permaneceram no âmbito dos Estados-nação. Para exemplificar, disse que, nos anos 60, o voto representava poder de decisão sobre diversos aspectos da vida social. Hoje, o poder do voto restringe-se a alguns poucos aspectos. Grande parte de nossa vida é decidida no plano global, onde os únicos aspectos que importam é a economia de mercado e a acumulação de capital. É esse o déficit de governança global. Outro aspecto é que vivemos um dos grandes momentos de nosso tempo, em que teremos que tomar decisões para gerações futuras, evitando um problema que ocorrerá daqui a vinte ou mais anos. Contudo, a preocupação da maioria dos governantes é com um voto que ele terá daqui a, no máximo, oito anos.

Sobre a hipótese de o Brasil assumir um papel de impulsionador de mudanças durante a Rio+20, o professor lembrou que, à época da Rio92, grande parte da imprensa classificou o evento com um fracasso. Entretanto, vinte anos depois, enxergamos a Rio92 como um sucesso, mesmo que, nela, não tenhamos avançado significativamente na luta contra o aquecimento global ou contra a perda da biodiversidade. Pensando na atualidade, ele considera fundamental que o Governo brasileiro tenha uma proposta audaciosa sobre as temáticas da economia verde, combate à pobreza e desenvolvimento sustentável. Ainda que a Conferência não acolha tais ideias, estaremos, aos olhos do mundo, demonstrando uma postura ativa. Conforme ele, é isso que ocorreu com relação à Rio+10, em Johannesburgo, África do Sul, em 2002: o Brasil foi extremamente audacioso em sua proposta sobre utilização global, até 2030, de fontes renováveis de energia, ainda que a proposta não tenha sido acatada e a Conferência em si tenha sido considerada um evento vazio.

- Resposta do professor Eduardo José Viola:

O expositor concordou que o Governo brasileiro ainda tem, como paradigma predominante, o desenvolvimentismo tradicional. E isso está refletido também nos trabalhos do Itamaraty – cuja história liga-se ao desenvolvimentismo –, que tem um papel-chave na condu-

ção da Rio+20. Liga-se a isso a pressão do G77, que transparece um posicionamento que não reflete a realidade brasileira.

O Brasil, alegou, tem muito a ganhar com a descarbonização. É um interesse nacional afinado com o interesse geral da humanidade. Citou exemplos. O desmatamento da Amazônia foi reduzido significativamente nos últimos três anos, o que, a seu ver, marca um avanço social irreversível. O carvão, principal responsável pelos gases geradores do efeito estufa, não faz parte da matriz energética brasileira.

Em síntese, o professor enfatizou a necessidade de mudança do paradigma do Governo. O presidente Lula demonstrou isso no segundo semestre de 2009, quando aprovou a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas. Porém, depois disso, tivemos estagnação e até retrocesso. A política industrial do Governo Dilma, por exemplo, é fortemente desenvolvimentista, como no caso dos automóveis. Mesmo países como a China já fazem políticas industriais tendo como componente decisivo o emprego de tecnologias de baixo carbono.

Sobre a participação das universidades no processo da Rio+20, considera que um engajamento profundo delas é pouco provável, embora elas sejam claramente favoráveis ao sucesso da Conferência. Isso se deve, ponderou, a um estado geral de apatia da juventude com relação a determinadas questões sociais. Contudo, a depender da dinâmica mundial, poderá haver uma mobilização mais intensa dos quadros universitários quando a data da Conferência se aproximar.

Por fim, disse parecer fundamental que haja uma reunião do Senado com a Presidenta Dilma, a qual, embora mais ligada ao paradigma desenvolvimentista, preocupa-se com o sucesso da Conferência, que pode trazer capital político ao País. Se o País, no plano diplomático, demonstrar uma posição incisiva e consistente de avanço, transmitirá uma mensagem favorável de que atua em prol do interesse universal da humanidade. Esse *soft power* favorece o poder político da Presidenta. De qualquer forma, o Brasil não será visto como responsável por um possível “fracasso” da Rio+20.

- Resposta do professor José Goldemberg:

Também concordando que o paradigma do atual Governo brasileiro é o do século passado, o expositor afirmou que, embora haja alguns setores mais sensíveis à sustentabilidade, as ações do núcleo governamental tornam perceptível a visão de que qualquer coisa que coloque restrição ao desenvolvimento deve ser afastada.

O economista inglês Nicholas Stern demonstrou que o custo de atuar agora em prol da contenção do aquecimento global é muito mais baixo do que tentar solucionar problemas como a inundação de ilhas e áreas costeiras. Mas essa percepção, considerou, tem a ver com o nível de esclarecimento das pessoas.

Lembrou, ainda, que o Município e o Estado de São Paulo adotaram leis concretas (Lei nº 14.933/ 2009 e Lei nº 13.798/ 2009, respectivamente) que determinam a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa. A Lei federal (Lei nº 12.187/2009) sobre emissões é mais complicada e de difícil execução, inclusive em função da própria política econômica do Governo Federal.

- Considerações do Senador Eduardo Suplicy:

O Senador disse somar-se ao apelo do Senador Cristovam Buarque, de que o Senado transmitisse à Presidenta da República um posicionamento institucional de preocupação com os rumos da Rio+20. Lembrou também que o Senador Fernando Collor disse, reiteradas vezes, sobre a importância de que a Presidenta Dilma expresse ao presidente norte-americano Barack Obama – durante a visita oficial do Brasil aos Estados Unidos, agendada para abril de 2012 – a importância de que ele compareça à Conferência.

Sobre a temática de como compatibilizar sustentabilidade com a promoção da justiça, lembrou-se de um princípio expresso pelo economista norte-americano Edward Glaeser que diz que a preocupação com o meio ambiente deve incluir incentivos. O Senador exemplificou o pensamento com a hipótese da criação de uma taxa de emissão global que incida sobre as pessoas que, com seu estilo de vida, mais

emitem gases do efeito estufa. O retorno desse dinheiro seria feito em prol da parcela da sociedade que vive em áreas que sofrem impactos decorrentes da exploração de recursos ambientais.

Deu como exemplo projetos experimentais de pedágio urbano realizados em Indaiatuba e Campinas, ambas as cidades paulistas, em que motoristas são cobrados por quilômetro rodado, o que faz com que quem consuma mais combustível pague mais para se locomover.

- Resposta do professor Sérgio Besserman Viana:

O professor concordou quanto ao fato de a base da sustentabilidade estar na equidade social. Os atuais modos de produzir e consumir são insustentáveis não somente pelo impacto direto sobre os recursos ambientais que provocam, mas também porque jamais poderiam ser generalizados a todas as nações. Conforme ilustrou, bilhões de habitantes do planeta não podem sequer ambicionar ter um estilo de vida como os americanos, europeus, japoneses ou as classes média e alta dos países emergentes. É essa injustiça na distribuição dos bens que precisa ser modificada.

Mas essa mudança, ainda concordando com o Senador, não irá se operar apenas pelo apelo à consciência, e sim por mudanças nos preços. Contudo, considerou que o exemplo dado pelo parlamentar, embora teoricamente viável dos pontos de vista tecnológico e econômico, é impraticável se fôssemos pensar de forma global. Isso porque os países não conseguiriam implementar um imposto global sobre as ações de consumo. E esse imposto precisaria, necessariamente, ser global, já que as moléculas dos gases que provocam o efeito estufa não trazem malefícios apenas aos países que as produziram.

- Resposta do professor Eduardo José Viola:

O expositor concordou com o professor Sérgio Viana sobre a possibilidade de estabelecer um imposto global ao carbono. Enri-quecendo a discussão, explicou as razões do insucesso do modelo do mercado de carbono e explicou como poderiam ser criados impostos nacionais com base nas emissões de carbono.

O mercado de carbono, criado com o Protocolo de Kyoto, tem estrutura diferente da de um imposto, o que ajudou a proposta a ser aceita politicamente por países como os Estados Unidos. Contudo, além de não gozar das experiências nacionais com a cobrança de impostos, o mercado de carbono tem alto custo de transação e provas históricas de fraude na União Europeia. De outra forma, já existe alguma forma de imposto sobre o carbono. Na Europa, por exemplo, a gasolina é cara e, assim, há um estímulo à produção de carros mais eficientes e aos transportes coletivos. Diferentemente, nos Estados Unidos a gasolina é, historicamente, baratíssima e daí uma resistência a um imposto sobre carbono. Contudo, apontou a ideia de um imposto ao carbono começa a ganhar força, principalmente diante das dificuldades do mercado de carbono.

Nesse sentido, as negociações para um acordo mundial podem avançar se, num cenário positivo, tivermos a reeleição do presidente Barack Obama e a eleição de uma maioria democrática no parlamento norte-americano. Em termos globais, o que se pode negociar é uma diminuição das curvas de crescimento rápido nos países de renda média em troca de uma queda de emissões dos países de alta renda. Para o sucesso desse acordo, o mecanismo nacional mais eficiente pode ser o imposto sobre emissão de carbono.

Mas, alerta o professor, para o sucesso desse novo modelo, o ponto-chave é que o novo imposto substitua, gradualmente, os impostos sobre trabalho e capital. Essa seria uma boa oportunidade, completou, para que o Brasil simplifique uma estrutura tributária já obsoleta e com alto custo de transações. Assim, sugeriu aos Senadores que comecem a sondar, perante a sociedade, a tese do imposto sobre carbono, o que deve ser uma tendência.

- Questão do Senador Cristovam Buarque:

O Senador pediu que o professor José Goldemberg falasse sobre vantagens e desvantagens da ação da energia proveniente de fontes nucleares.

- Resposta do professor José Goldemberg:

O expositor lançou dois argumentos contrários à utilização da energia nuclear. O primeiro é que ela não é competitiva, citando como referência uma matéria do semanário *The Economist*. O segundo é que o desastre de Fukushima (Japão) mostrou que, nessa área, a segurança absoluta não existe. E acidentes nucleares, quando ocorrem, além de caros, produzem disrupção social. O acidente de Chernobyl (Ucrânia), de 1986, é um bom exemplo: até hoje uma área de três mil quilômetros quadrados se mantém inabitada. Em Fukushima, o governo japonês teve que deslocar 80 mil pessoas e arcará com um custo estimado de US\$ 275 bilhões. Outras fontes mais amenas estão se firmando, como a energia eólica, que se torna mais competitiva, beneficiando, no Brasil, especialmente os estados do Norte e do Nordeste. Assim, os próprios fatos vêm demonstrando que há opções melhores que a energia nuclear.

- Considerações finais do Senador Fernando Collor:

O Senador afirmou que o sucesso da Rio+20 será dado pelo nível de ambições da sociedade, que não pode se conformar com pequenos e esparsos avanços. E elevar o nível de ambições, avaliou, dependerá de uma presença afirmativa no evento, conclamando governantes a assumirem responsabilidades. A mudança dos atuais modelos econômicos é difícil, reconheceu. Porém, diante da iminência de um desastre ambiental, a sociedade civil deverá se unir e modificar hábitos, porque a capacidade de ação do governo tem limites.

Sobre críticas feitas ao desempenho do Itamaraty na condução da Conferência, afirmou que acompanha de perto o trabalho do Ministério das Relações Exteriores e que confia na qualificação de nossos diplomatas. Contudo, como servidores do Estado, esses têm autonomia limitada, inclusive quanto à possibilidade de aperfeiçoar o *Draft Zero*.

Em relação à possibilidade da vinda do presidente Barack Obama à Rio+20, lembrou que como foi a juventude norte-americana pro-

motora do alicerce que o levou à vitória, em nome dessa geração, ele não poderá faltar à Conferência.

Alertou, ainda, que não se pode pretender que a Rio+20 repita o que ocorreu na Rio92. São duas épocas completamente diferentes. A seu ver, o melhor caminho é elevar o nível de ambições com relação à agenda que será discutida na atual Conferência e com relação ao documento final que será preparado após o evento. Isso fará que os chefes de estado e de governo tomem consciência de que a sociedade civil não perdoará suas ausências, que serão encaradas como atos de omissão perante a discussão de problemas que atingem todo o Planeta.

Por fim, assegurou que a Presidenta Dilma Rousseff é interessada no sucesso da Rio+20, percebendo o evento como oportunidade de o Brasil – vanguardista em questões que serão tratadas na Conferência – ser ouvido. Mas concordou com a sugestão de agendar uma audiência com a Presidenta, levando a ela questionamentos sobre os pontos da Rio+20 que necessitam de mais atenção do Governo Federal.

Painel 5

I – Identificação

Assunto: O mundo Árabe I – Síria e Irã.

Local: Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

II – Participantes

1. Professor Márcio Scalercio, Professor do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ;
2. Professor Jorge Muniz de Souza Morteau, Bacharel em Geografia Política da Universidade de São Paulo – USP, Mestrando em Assuntos Iranianos pela Escola de Relações Internacionais do Ministério de Relações Exteriores do Irã.
3. Prof. Dr. Williams da Silva Gonçalves, Professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; e
4. Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Subsecretário-Geral Político III (África e Oriente Médio) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil;

III – Introdução

Realizou-se, no dia 19 de março de 2012, Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para tratar do assunto: “O Mundo Árabe I – Síria e Irã”. A presente discussão integra o tema “Temas da Agenda Internacional”, dentro do ciclo de audiências públicas “Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)”.

Para proferir as palestras, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades: Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Subsecretário-Geral Político III (África e Oriente Médio) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; Professor Márcio Scalercio, Professor do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ; Prof. Dr. Williams da Silva Gonçalves, Professor do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ; e Professor Jorge Muniz de Souza Morteau, Bacharel em Geografia Política da Universidade de São Paulo – USP, Mestrando em Assuntos Iranianos pela Escola de Relações Internacionais do Ministério de Relações Exteriores do Irã.

A reunião foi presidida pelo Senador Fernando Collor. Estiveram presentes e fizeram uso da palavra o Senador Eduardo Suplicy, o Embaixador Mohammad Ali Ghanezadeh, Embaixador da República Islâmica do Irã e o Embaixador Baker Fattah Hussien, Embaixador do Iraque.

IV – Relato das exposições dos palestrantes

1. Professor Márcio Scalercio

O Professor Márcio Scalercio introduziu sua exposição explicando a Primavera Árabe, a qual ele denomina “levantes árabes”, diferenciando o atual momento do fenômeno histórico ocorrido em 1848 nos países europeus. Avaliou o movimento como uma reação aos governos autoritários, no cenário de uma difícil situação econômica. Acredita que o processo guarde uma similaridade com o ocorrido nos anos 80 na América Latina, o qual conduziu a transição para o regime democrático, guardadas as devidas diferenças entre os países. Assim, firmou sua posição de que, por meio desses movimentos julgados como antiautoritários, os povos árabes lutam por justiça e liberdade, acrescentando na sociedade pontos democráticos.

A seguir, abordou os casos específicos da Síria e Irã.

Quanto à Síria, ele a qualifica como um país complexo, pois além da maioria muçulmana sunita, tem a população constituída por diferentes comunidades identitárias e algumas religiosas. Essas comunidades apresentam como característica a proteção de seus costumes e autonomia à religião e seus modos de vida.

Quanto ao regime do País, foi constituído em aproximadamente 1970. Em 1971, teve início o governo de Hafez al-Assad, pai do atual Presidente Bashar al-Assad. O regime impediu que o governo fosse controlado por uma maioria muçulmana xiita. Assim, as demais comunidades do País temem que, com o resultado dos conflitos atuais, sejam oprimidas com a tomada de poder dessa maioria.

Ademais, a oposição não conseguiu conquistar território ou liberar uma área determinada para seu controle total. O que se pode observar é um quadro de violência que se assemelha a uma guerra civil. A violência não é apenas do governo sírio, que possui a superioridade militar. Há uma oposição completamente fragmentada, composta por dois grupos maiores, um dividido em dezesseis facções e outro em sete, além do autodenominado Exército Sírio de Libertação. Segundo a opinião do Professor, não há garantias da derrota do regime ser sucedida por um governo estável, por ser improvável a conflagração entre os grupos opositoristas.

Segundo o palestrante, os Estados Unidos e seus aliados apresentam um discurso contundente contra o governo sírio, entretanto esses países não estão dispostos a praticar ações sem o apoio das Nações Unidas, tais como intervenção unilateral. A Síria também tem uma velha oposição dentro da Liga Árabe, liderada por Arábia Saudita e suas aliadas monarquias do Golfo.

Quanto à análise do posicionamento da Rússia e China diante da situação debatida, afirmou que a Rússia é um velho aliado, visto que a Síria era o regime árabe mais próximo da União Soviética. As relações entre os países foram estreitadas atualmente, pois a Rússia é o principal fornecedor de material bélico do País. A solução seria uma intervenção unilateral, o que o palestrante acredita que não vai acontecer, pois a comunidade internacional está paralisada diante do proble-

ma. O máximo de atuação será procurar convencer os grupos de oposição e o próprio governo a constituírem uma mesa de negociações.

O Professor Márcio Scalercio posicionou-se contra a intervenção, pois acredita que, embora a finalidade dela seja poupar a vida dos civis, na prática os mata.

Em relação aos conflitos no Irã, a questão abordada foi se haverá nova guerra no Oriente Médio, tendo em vista que o país é visto como uma nação ameaçadora e uma grande potência militar. Entretanto, o palestrante se diz convencido da fraqueza militar do país em termos de forças convencionais. O Irã não tem condições de disputar com os Estados Unidos o controle aéreo e das águas do Golfo Pérsico, pois não tem acesso à compra de equipamentos militares de ponta no mercado internacional. Para compensar, o País investe em desenvolvimento de tecnologia de mísseis e forças que atuam em guerra irregular, tais como guerrilhas, terrorismo e sabotagens. A própria capacidade dos mísseis iranianos é débil. Afirmou que há uma estratégia política e de manipulação da opinião pública para que se acredite que o Irã desenvolve armas nucleares, o mesmo que ocorreu em relação ao Iraque.

Conforme o Professor, segundo o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, o governo iraniano deve aceitar as inspeções da Agência Internacional de Energia Nuclear. Mas acredita que essa aceitação não deve ser imposta por armas. Em pesquisa norte-americana, *Program on International Policy Attitudes*, apurou-se que 70% dos americanos são favoráveis a uma solução negociada da crise, divididos em 79% de democratas, 58% republicanos e 67% independentes.

Como conclusão, defendeu que a questão nuclear não deve ter enfoque no Irã, e sim um debate em torno de todo Oriente Médio. Acredita em complicações para o futuro, principalmente após as eleições americanas. O Brasil deve estar preparado para, por exemplo, missões de resgate de cidadãos brasileiros que estão nos países em guerra.

Nas considerações finais, o palestrante expôs que a preocupação dos brasileiros com as questões do Oriente Médio e África deve-se ao fato de acreditarmos que todos viemos daquela região, das águas

do Nilo. Temos crença de que estamos cuidando das nossas próprias raízes.

2. Professor Jorge Muniz de Souza Morteau

A apresentação do Professor Jorge Muniz deu enfoque às relações entre o Irã e a União Europeia, contextualizando suas interações e abordando os pontos de cooperação.

As relações iniciaram-se em 1998, após negociações multilaterais conjuntas dos países-membros europeus e de Teerã, com enfoque em acordos comerciais e apoio à candidatura iraniana para entrada na Organização Mundial do Comércio. Deste ponto, estabeleceu-se uma relação de cooperação mais desenvolvida. Importante ressaltar que a União Europeia não tem delegação em Teerã, a representação acontece através das embaixadas.

Assim, criaram-se vários pontos de cooperação, abordados pelo palestrante. O principal deles é o intercâmbio acadêmico, que vai adquirindo cada vez mais força, principalmente entre países como França e Reino Unido. As universidades iranianas e as europeias têm uma série de acordos nesse aspecto.

Outro ponto de cooperação de grande relevância é o combate ao tráfico de drogas no Oriente Médio. Há uma atuação conjunta da União Europeia e da alta comissão das Nações Unidas apoiando o Irã no controle das fronteiras, com destaque para a fronteira do Afeganistão, que tem o aspecto poroso.

Em relação ao vizinho Afeganistão, há o problema dos refugiados, ocorrido a partir da queda do regime talibã. Estima-se que três milhões de afegãos migraram para o Irã, causando grande desequilíbrio social. Ainda sobre a ajuda humanitária, há assistência para a população afetada nas grandes catástrofes, como o terremoto em Bam.

Do ponto de vista econômico, destaca-se o fluxo comercial entre os dois lados. A partir de dados de 2010, a maioria das exportações e importações iranianas para a União Europeia é de, respectivamente, combustíveis minerais e maquinários e equipamentos de transporte.

O Professor Jorge Muniz viveu no Irã e constatou que todas as marcas e as principais indústrias europeias estão no País, qualificado como o 22º destino das exportações da Europa, com volume comercial em torno de 11 bilhões. A União Europeia é o segundo maior consumidor do petróleo iraniano, contabilizado como um quinto da produção do País.

Entretanto, as atividades nucleares não declaradas no Irã causaram enorme repercussão na relação entre eles. Foi estabelecido um embargo econômico a partir de agosto de 2005, época de descoberta dessas atividades. A União Europeia declarou-se favorável aos programas nucleares, desde que para fins pacíficos e com respeito aos tratados internacionais promulgados pela Agência Internacional de Energia Atômica. Mas de um ponto de vista europeu, algumas inspeções realizadas nas usinas iranianas não foram esclarecidas. Do outro lado, o Irã entende ter o direito de resguardar parte do ciclo de desenvolvimento do urânio, preservando a tecnologia nacional.

Diante do impasse causado pelas questões do programa nuclear, o acordo comercial ficou estagnado. A estagnação ocorreu a partir da promulgação de resoluções e sanções causadoras de embargos à indústria iraniana, em especial à indústria de petróleo. A Europa deparou-se com o problema de novos fornecedores, pois muitos países árabes já declararam que não conseguem suprir a demanda imediata. Ademais, foi observada uma aproximação do Irã e os países do Brics, com destaque para Brasil, Rússia, China, Índia, sendo os dois últimos totalmente dependentes do petróleo iraniano. Como resolução do impasse, em maio de 2010 os países europeus tentaram um acordo nuclear que foi frustrado pelo Irã, realizado por Brasil e Turquia. Observa-se um afastamento iraniano constante.

Concluindo, o Brasil tem hoje a oportunidade de estreitar suas relações com o Irã e firmar uma nova cooperação nos pontos de intercâmbio acadêmico e combate às drogas. Do ponto de vista acadêmico, o Irã tem anualmente de 10 a 13 mil profissionais absorvidos pelo Canadá e Reino Unido. Com o afastamento da União Europeia, o Bra-

sil poderia absorver os acadêmicos altamente qualificados, não mais aproveitados pelo Reino Unido.

Por fim, quanto ao combate ao tráfico de drogas, o Brasil tem uma grande experiência militar em geografia e florestas, o que poderia auxiliar o combate nas fronteiras do Afeganistão, principal porta de entrada dos entorpecentes. A experiência brasileira também seria contributiva na ajuda humanitária dos refugiados afegãos, a exemplo de Timor Leste e Haiti.

Assim, o Professor Jorge Muniz sugeriu que os diplomatas brasileiros e turcos tenham mais determinação no cumprimento da Declaração de Teerã pelos iranianos, pois, embora estes tenham assinado o acordo, não houve avanço diplomático-político. O Brasil, segundo o palestrante, deveria melhorar as relações comerciais com o país do Oriente Médio, pois a balança comercial já aponta queda em função do fim da importação da carne brasileira pelo Irã.

3. Prof. Dr. Williams da Silva Gonçalves

O Prof. Dr. Williams da Silva Gonçalves iniciou sua exposição afirmando que na política internacional não existe posição neutra. Portanto, sua análise tem como base o interesse nacional brasileiro.

O palestrante introduziu o tema contextualizando-o na nova dinâmica mundial, em que os Estados Unidos perderam a sua posição de única potência e em que se observa a ascensão dos Brics, grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O futuro aponta para uma multipolarização do sistema internacional, com uma democratização das decisões, sob o aspecto de passarem por um maior número de Estados e das perspectivas dos países do Brics. A democracia, usada como justificativa para intervenções militares, terá conotação de respeito à soberania dos Estados. Esta mudança de visão formará uma nova ordem internacional, representando uma verdadeira revolução.

Sob esse paradigma, Prof. Dr. Williams da Silva Gonçalves analisou a posição da Rússia e da China no Conselho de Segurança

das Nações Unidas diante dos conflitos no Oriente Médio. Afirmou que o conflito é caracterizado por duas grandes questões: o petróleo e a segurança, que são pano de fundo para o conflito na região.

No que diz respeito ao petróleo, a grande preocupação dos Estados Unidos e seus aliados europeus é a entrada dos chineses e sua vinculação com os países produtores do produto. Com o crescimento da China, sua dependência dos países exportadores de petróleo aumentará, havendo a necessidade de boas relações entre eles. Com isso, é criado um cenário de disputa dos vínculos com os países produtores de petróleo.

Já a questão da segurança é analisada tanto do ponto de vista norte-americano, quanto de Israel. Os Estados Unidos objetivavam remodelar a política do Oriente Médio quando tentaram transformar o Iraque em uma vitrine democrática. A experiência demonstrou que isso não seria possível. Assim, restou a tentativa de mudar os governos do Irã e da Síria, principalmente evitando um governo de maioria xiita aliado ao Irã.

Nesse aspecto, apresenta-se a política de Israel, buscando a ideia de segurança absoluta que, segundo o Professor, é ilusória e traz insegurança absoluta aos demais Estados. Assim, Israel dispõe de armas atômicas e considera que outros Estados que também dispõe dela ameaçam sua segurança. Há uma pressão de Israel para que os Estados Unidos avance militarmente sobre o Irã a fim de que, na realidade, se impeça qualquer pesquisa nuclear, e não apenas o projeto de bomba atômica.

A posição do Prof. Dr. Williams da Silva Gonçalves é de que o Brasil não deve permanecer distante desse ou de outro conflito, tendo em vista sua projeção internacional. Ressaltou o excelente papel da diplomacia brasileira de evitar intervenções militares, principalmente as intervenções usadas supostamente para defender direitos humanitários. O poder deve ser usado para dissolver o conflito, convocando um diálogo racional para ativar a negociação diplomática.

Para concluir sua exposição, o palestrante afirmou que a posição da Rússia e da China no Conselho de Segurança contribui para evitar a intervenção, embora a pressão contrária seja muito forte. Observou que no cenário internacional há um conflito de forças entre os

que querem conservar sua posição, não medindo as consequências e a nova ordem emergente que busca a paz mundial, a estabilidade e a democracia.

4. Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto

O Embaixador focou sua palestra na atuação do Ministério das Relações Exteriores nos conflitos mundiais. Iniciou sua exposição citando o artigo 4º da Constituição da República do Brasil, que determina as diretrizes de atuação internacional do Ministério. Defendeu que, a partir dessas diretrizes, atua-se na defesa e construção da paz.

O princípio básico da diplomacia, contido na Constituição Brasileira e no preâmbulo da Carta das Nações Unidas, é de que não se deve fazer intervenção nos assuntos internos dos Estados. A Carta, como qualquer tratado, limita de maneira voluntária a soberania de um Estado, por isso sua assinatura é opcional. Outros tratados foram citados pelo Embaixador, dentre eles a Convenção de Direitos Humanos e o tratado de Não Proliferação Nuclear. Assim, ao se referir a países do Oriente Médio, área de constantes conflitos, o Embaixador afirmou que esses princípios devem ser sempre observados.

O Embaixador Paulo Cordeiro relatou sua experiência de ter sido enviado a uma visita à capital da Síria. Na ocasião, transmitiu ao governo a mensagem de preocupação com a situação do país e condenação a todas as formas de violência. A Comitiva seguiu para Damasco, onde foi recebida pelo Vice-Ministro das Relações Exteriores, pelo Chanceler e, a pedidos, pelo Presidente al-Assad. Durante a visita, afirmou que, no momento, a melhor solução para a crise seria um processo político liderado pelos sírios, visando às aspirações legítimas da população e o livre exercício das liberdades individuais. Também na ocasião, o palestrante pediu o fim da violência e o respeito aos direitos humanos, direito humanitário e fim da vigência da “lei de talião”. Relatou, na reunião, os instrumentos usados pela polícia brasileira para controlar distúrbios, todos não letais.

O Brasil é considerado um país amigo da Síria, de onde descendem mais de três milhões de brasileiros e onde vivem cerca de 1,2 mil

portadores de passaportes brasileiros. A Síria é uma região estratégica, com um enfrentamento de várias forças, dentre elas as ocidentais e as novas forças políticas e religiosas. Possui proximidade, ao sul, com a Arábia Saudita, além da influência do Irã. O palestrante relatou a dificuldade de aproximação com o Irã, devido às diferenças culturais e religiosas entre os países. E, mesmo diante de toda essa dificuldade, o Brasil adota o princípio da não indiferença. Por isso ele defendeu que um diálogo é necessário, convidando outros países e estabelecendo um espaço onde as oposições e os governos possam falar com segurança.

Assim, concluiu sua apresentação enfatizando que nosso País preza a paz e o diálogo, entretanto não é ingênuo. Buscamos o instrumento da democracia em detrimento da força armada. Enquanto signatário da Carta da ONU, respeitam-se as regras para o uso da força, que são extremamente precisas. Antes de qualquer ataque, é preciso usar os instrumentos diplomáticos de negociação.

Em considerações finais, o Embaixador ressaltou a importância da academia na formulação de boa política externa, agradecendo a possibilidade de estar presente em tão rico debate. Posicionou-se quanto à questão nuclear, no sentido de que o Brasil defenda, no Oriente Médio, uma zona de paz livre de armas nucleares. Sobre o conflito na Síria, considerou de extrema gravidade a violência sofrida no País, defendendo o respeito aos direitos humanos e condenando abusos. Finalizou sua participação afirmando que o Conselho de Segurança e a Liga Árabe são os foros institucionais para resolução da crise na Síria. Não se pode fornecer armamento à oposição. É necessário que o governo estabeleça reformas político-institucionais democratizantes e trabalhe para um diálogo inclusivo de todas as forças da população síria.

V – Questionamentos e Debates

- Comentários do Senador Eduardo Suplicy:

Primeiramente, o Senador Eduardo Suplicy enfatizou que é preciso empenho do Brasil para evitar situações de tragédias trazidas à

discussão pelo Professor Márcio Scalercio, como uma nova guerra no Oriente Médio partindo do Irã. Segundo o Senador, por convivermos bem com todas as raças e origens, temos uma vocação para a conciliação.

Em seguida, elogiou a visita feita pelo Embaixador Paulo Cordeiro, relatando que em sua ida ao Iraque foi bem recepcionada e obteve grande reconhecimento nas ideias de pacificação e democratização do País. Os diálogos seguem na direção de esforço diplomático e da não utilização da guerra.

Ademais, o Senador considerou importantes as propostas de colaboração brasileira no Irã trazidas pelo Professor Jorge Muniz de Souza Morteau.

Tratando-se do caso iraniano, informou que, em 2011, o país aprovou lei que modificou os subsídios dos combustíveis, acarretando uma diminuição significativa em torno de U\$100 bilhões (cem bilhões de dólares). Como forma de compensação, o governo iraniano proveu todos os cidadãos, sem distinção, de uma renda. As pessoas de maior estrato social foram estimuladas a abrirem mão dessa quantia, o que causou grande discussão entre os estudiosos da *Basic Income Earth Network* – Rede Mundial da Renda Básica. O Senador Eduardo Suplicy ressaltou que a iniciativa foi levada para o Iraque e transformada na lei do óleo e do petróleo, que confere renda mínima a todas as famílias iraquianas. Acredita que a proposição colabora com a pacificação no Oriente Médio.

Concluindo suas colocações, o Senador Eduardo Suplicy relatou que conversou com o Primeiro-Ministro, Presidente da Autoridade Palestina, e transmitiu, na ocasião, a sugestão do Presidente Lula de um jogo de futebol entre a seleção brasileira e um time misto formado por palestinos e israelenses. Ainda como forma de pacificação do Oriente Médio, sugeriu a ideia de renda básica para todos.

- Comentários do Embaixador Mohammad Ali Ghanezadeh, Embaixador da República Islâmica do Irã:

O Embaixador enfatizou quatro pontos em seu debate: questão nuclear iraniana, sanções e restrições ao país, cooperação brasileira e possibilidade de o Brasil aproveitar oportunidades decorrentes das condições impostas ao Irã.

Inicialmente, questionou a legitimidade da preocupação do ocidente com os progressos nucleares iranianos. Afirmou que a questão nuclear do País teve início há 50 anos, com a sugestão do governo norte americano de colaborar com o aperfeiçoamento e desenvolvimento da tecnologia nuclear no Irã. Foi assinado um tratado entre os países, sob a responsabilidade da Universidade de Illinois, para que o Irã produzisse, através de usinas nucleares, cerca de 20 mil megawatts de energia, substituindo a demanda por petróleo.

Ademais, relatou que mais de 16 serviços de inteligência dos Estados Unidos e algumas autoridades israelenses constataram a não procura de bombas nucleares pelo governo iraniano. O país demonstrou a cooperação com a Agência Internacional de Energia Atômica, através de 40 mil horas de inspeção de instalações e, ainda, manifestou disponibilidade em continuar o diálogo sobre armas nucleares. Questionou a verdadeira intenção de cooperação da própria Agência. Segundo o Embaixador, não existe na doutrina militar do Irã o preceito de desenvolvimento de bomba atômica, mesmo porque usar energia nuclear é proibido pela religião do País.

Em sua concepção, o participante considerou três motivos para o ocidente disseminar ideias e políticas contra o Irã. A primeira delas é que o país é sempre contra a ordem injusta do mundo, ficando ao lado dos povos injustiçados. O segundo ponto é que os iranianos buscam estabelecer uma nova ordem que satisfaça aos anseios da atualidade. E, por último, a defesa de que tecnologia nuclear para fins pacíficos seja aplicada para todo o mundo.

Outro ponto abordado na palestra do Embaixador Mohammad Ali Ghanezadeh são as sanções contra o Irã. Inicialmente, considerou-as contra o espírito da Carta das Nações Unidas, além de transferirem

as leis nacionais de um país para outro, o que fere os direitos internacionais. As restrições realizadas aos bancos centrais de um país ferem sua soberania, ato igualmente atentatório ao ordenamento internacional.

Essas sanções causam impactos no País, tais como restrições de recebimentos de satélites e impossibilidade de nacionais estudarem em cursos específicos em alguns países. Por outro lado, também motivam o desenvolvimento de setores como, por exemplo, no campo científico, o desenvolvimento de satélites, da nanotecnologia, estudos sobre células-tronco e avanços no sistema de defesa. Ainda foram realizados grandes planos econômicos e uma maior integração nacional, caracterizada, nas últimas eleições, pela participação de 65% da população com direito a voto.

Na opinião do Embaixador, os países que promovem as sanções contra o Irã são os mesmos que incrementam as relações comerciais com o País, como por exemplo, os Estados Unidos. Defendeu que um dos principais motivos da aplicação das sanções é colocar dificuldades para que outros países tenham acesso ao mercado iraniano, por considerarem exclusividade deles.

Sobre a participação do Brasil no conflito, o Embaixador Mohammad Ali Ghanezadeh afirmou que o País se encontra em posição de poder emergente, por isso deve atuar em questões de relevância internacional. A situação do Oriente Médio pode ser uma oportunidade para o Brasil, em diversos segmentos. O primeiro deles é a possibilidade de aumento de cooperação entre brasileiros e iranianos no campo científico. Poderá ser observada, também, cooperação no campo econômico, assim como está ocorrendo com a Turquia, Iraque e China.

Tratando da lei que concede subsídios a certos produtos, o convidado a considera um plano econômico bem sucedido. Esclareceu que, a partir do fim dos subsídios, o governo indicou ajuda para camadas mais vulneráveis da sociedade a fim de diminuir impactos sociais. Os que possuem salários foram estimulados a desistir de receber os subsídios. Apesar das mensagens falsas sobre o processo, o governo está dando bom andamento na aplicação do plano proposto.

- Comentários do Embaixador Baker Fattah Hussen, Embaixador do Iraque:

O Embaixador iniciou sua exposição agradecendo a presença do Senador Eduardo Suplicy em seu país. Entretanto ressaltou que a lei do óleo e do petróleo, à qual o Senador se reportou em seus comentários, ainda não fora aprovada. A lei encontra-se em discussão no parlamento há três anos. Este processo pode ser considerado como prova da democracia que o Iraque vem conquistando, pois em épocas de ditadura, apenas um dia era necessário para que uma resolução fosse aprovada.

Painel 6

I – Identificação

Assunto: O Mundo Árabe II – Egito e Líbia.

Local: Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

II – Participantes

1. Prof. Dr. Hussein Ali Kalout. Professor de Relações Internacionais do Centro Universitário do Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB e Diretor de Assuntos Internacionais do Superior Tribunal de Justiça – STJ;
2. Prof. Dr. Mohamed Habib. Professor Titular da Universidade de Campinas – Unicamp e Vice-Presidente do Instituto de Cultura Árabe;
3. Prof. Dr. Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. Coordenador da Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense e Coordenador do Núcleo de Estudos do Oriente Médio da Universidade Federal Fluminense;
4. Prof. Dr. Salem Nasser. Professor de Direito Internacional da Escola de Direito de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas – FGV.

III – Introdução

Realizou-se, no dia 26 de março de 2012, Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para tratar do assunto: “O Mundo Árabe II – Egito e Líbia. Eleições no Egito. Irmandade Muçulmana e lideranças políticas. Repercussão na estabilidade política do Oriente Médio. Líbia: exemplo negativo de intervenção

militar, em face da ausência de liderança e os embates armados entre as diversas facções.”. A presente discussão integra o tema “Temas da Agenda Internacional”, dentro do ciclo de audiências públicas “Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)”.

Para proferir as palestras, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades: Prof. Dr. Hussein Ali Kalout. Professor de Relações Internacionais do Centro Universitário do Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB e Diretor de Assuntos Internacionais do Superior Tribunal de Justiça – STJ; Prof. Dr. Mohamed Habib. Professor Titular da Universidade de Campinas – Unicamp e Vice-Presidente do Instituto de Cultura Árabe; Prof. Dr. Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto. Coordenador da Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense e Coordenador do Núcleo de Estudos do Oriente Médio da Universidade Federal Fluminense; E o Prof. Dr. Salem Nasser. Professor de Direito Internacional da Escola de Direito de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas – FGV.

A reunião foi presidida pelo Senador Fernando Collor.

IV – Relato das exposições dos palestrantes

1. **Sr. Hussein Ali Kalout**

O Sr. Hussein Ali Kalout iniciou sua exposição sublinhando a importância da situação atual do Oriente Médio para as relações internacionais em geral e, em especial, para o Brasil. Disse que a área é uma região sensível, onde as grandes potências disputam uma inserção diplomática e uma ampliação de influência, tendo se tornado um espaço de concertação de hegemonia dos países europeus e dos Estados Unidos.

Na sequência, dividiu sua fala em três partes. Na primeira, tratou do aspecto histórico. Neste ponto, ressaltou que o mundo árabe passou por quatro processos de transição política. Inicialmente, existiram os califados; em segundo lugar, houve o domínio otomano sobre os países árabes; em terceiro, o poderio colonial franco-britânico; por

fim, o quarto modelo foi concebido no século XX, pela lógica da guerra fria e da geopolítica internacional do pós segunda guerra mundial.

Salientou que, durante o último período, os países árabes ganharam a feição daquilo que conhecemos hoje, com ditaduras hereditárias, regimes absolutistas, estados teocráticos e regimes policiaes-cos. Recentemente, todavia, houve um reordenamento político-social que constituiria um quinto formato.

Como tem sido chamada, a Primavera Árabe emana de um modelo falido de estado, que gerou grande descontentamento das massas quanto aos seus governos, marcados pela ineficiência dos órgãos do estado, pela ausência de direitos políticos, pela falta de transparência, pela corrupção e pelo desrespeito aos direitos humanos.

Alertou, porém, que a sociedade já tinha percebido e discutido esse modelo em declínio, mas em virtude da dinâmica da Guerra Fria e do conflito árabe/israelense, ele ficou camuflado e perdurou até o início do século XXI.

Nesse passo, ressaltou que a grande pergunta que se faz é se esses movimentos levarão à instauração de democracias no Oriente Médio. Para ele, isso não ocorrerá de imediato e as democracias que surgirão não serão semelhantes às ocidentais.

Feita esta introdução, passou à análise do que ocorre na Líbia. Disse que é importante compreender que o levante em cada país do mundo árabe tem suas próprias características. Na Líbia, especificamente, isso ocorreu de fora para dentro e não de dentro para fora. Ou seja: a queda do ditador Muammar Kadhafi foi um projeto concebido pela França e pelo Reino Unido, sendo que os pretextos utilizados para a proteção da população civil e o estabelecimento de uma zona de exclusão aérea serviram para dar legalidade e legitimidade a uma ação armada mais ampla.

Com efeito, o objetivo pretendido com essa estratégia era expandir o poderio comercial na região da Líbia. No entanto, o especialista afirmou que, para se proceder à invasão, alguns aspectos tiveram que ser levados em conta: 1) a força militar leal a Muammar Kadhafi

era limitada e não resistiria a um plano macro de invasão; 2) a união das Forças Armadas era frágil, possuindo um índice elevado de deserção; 3) reação dos países árabes, que desejavam ver o ditador fora do poder; 4) reação das grandes potências, em especial da Rússia e da China, que não tinham interesse na região, ao contrário do que se sucede na Síria, no Egito e no Irã, onde há uma grande importância geopolítica; e 5) a comunidade internacional sabia que o conflito não transcenderia a fronteira da Líbia.

Nesse passo, era necessário conseguir o aparato legal para legitimar a invasão. Iniciou-se, assim, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, por meio de uma proposta do Marrocos, um projeto de resolução que levasse à condenação da Líbia e ao estabelecimento de uma zona de exclusão aérea.

A Resolução foi aprovada, com o voto contrário da Alemanha (que pretendia resguardar os seus contratos com o governo Kadha-fi), delegando à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), a efetivação da medida militar. Apesar da aparente legalidade da ação, opositor defendeu sua falta de legitimidade perante o Direito Internacional Público.

O que se tem hoje na Líbia, após esse cenário de invasão, é a falta de um plano abrangente de governabilidade. O Conselho Nacional de Transição está enfraquecido e dividido. É preciso desmilitarizar as milícias e impedir a divisão da Líbia, além de proceder ao julgamento de presos políticos, como o filho de Muammar Kadhafi. Nessa linha, sustentou que é necessário um engajamento da comunidade internacional para equacionar tais problemas.

No que diz respeito ao Egito, disse que este é o país mais estratégico do mundo árabe, o mais populoso e o que tem um corpo de forças armadas bem equipado, além de concentrar a maior profusão de tendências religiosas organizadas e operativas.

Mesmo assim, o mundo se surpreendeu com a derrocada, em menos de um mês, do forte regime de Mubarak. Isso aconteceu em virtude do descontentamento da grande massa quanto às assimetrias so-

ciais, à marginalização e à falta de oportunidades econômicas, oriundas de um regime desgastado e sem um projeto de renovação.

Em relação às recentes eleições para o parlamento no Egito, afirmou que a sociedade egípcia teve algumas surpresas com a Irmandade Muçulmana e o Partido Al-Nour, os quais obtiveram, aproximadamente, 65% dos votos. Mas salientou que a Irmandade Muçulmana é um grupo organizado politicamente e tem uma capacidade profunda de interlocução social.

Asseverou, também, que, dentro de uma ou duas décadas, os partidos laicos poderão se organizar e equacionar essa balança partidária. O especialista não crê, dessa forma, que haja espaço para a construção de um estado teocrático no Egito, em razão da multiplicidade de forças políticas existentes no país.

Encerrando sua fala, lembrou que só quem saiu de cena foi Mubarak, mas o regime em si não caiu de fato. Ele ainda persiste na junta militar que governa o país e que exercerá uma influência preponderante sobre o processo de transição política e sobre a nova constituição, sendo que ela mesma sofre influência dos Estados Unidos e da Europa.

2. Sr. Salem Nasser

O Sr. Salem Nasser abordou três temas em sua exposição. O primeiro foi em relação ao que ele denominou de “contrarrevolução” ou de “contenção de danos”. Em seu ponto de vista, no Egito, desde o primeiro momento, tentou-se manter Mubarak no poder, mas quando isso ficou inviável, passou-se à segunda opção: passar o governo ao seu vice-presidente e à junta militar. Aqui indagou se a revolução trouxe alguma mudança ou ela apenas levou adiante o mesmo projeto político interno e externo por meio de outras lideranças.

O segundo ponto no qual o especialista se debruçou relaciona-se com a guerra de informações. “Como sabemos o que de fato está ocorrendo nos países árabes?” Na senda desta reflexão, afirmou que há um problema de acesso à informação e de escolha dos inter-

locutores, pois a depender de quem se entrevista, a narrativa pode ser totalmente diferente.

Em terceiro lugar, deteve-se ao que nomeou de “chaves interpretativas”. Numa primeira acepção, pode-se pensar nos recentes conflitos árabes como um problema de democracia e de direitos humanos, resultante de demandas populares por mais participação e, também, por mais direitos.

Em outro aspecto, os conflitos árabes traduzem os jogos de poder das potências mundiais na região. Nessa perspectiva, sustentou que quando há uma intervenção estrangeira, isto não é feito para defender os direitos humanos ou a democracia, mas, sim, para ampliar a grau de influência em determinada área, seja pelo petróleo ou pelo gás ali existente.

No seu modo de ver, o Brasil tem uma agenda que avança no sentido de estimular a democratização e a proteção dos direitos humanos. Por outro lado, o país percebe o jogo de poder e a sua relevância, preocupando-se em ampliar sua influência e não permitir que algumas potências ganhem carta-branca para intervirem onde quiserem.

3. Sr. Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto

O Sr. Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto arquitetou sua explanação na análise detalhada dos movimentos islâmicos. Disse que eles são ganhadores dos novos processos políticos e que existe uma tendência a enxergá-los de forma homogênea, com uma agenda única que culminaria na criação de um Estado Islâmico teocrático.

Devido à complexidade do assunto, o especialista recorreu à história. No Egito, certamente, a Irmandade Muçulmana é o grande ícone do Islã político, sendo a criadora dos movimentos de reforma. Em 1928, Hassan Al-Banna é o primeiro a propor a codificação da política com conceitos islâmicos, dando início à ideia de Estado Islâmico, que seria o estado que aplica a Sharia (código de leis do islamismo).

Num primeiro momento, a Irmandade Muçulmana procura uma aliança com as forças políticas da monarquia egípcia; posterior-

mente, em razão de sua ascensão, com Nasser. No entanto, em ambos, a Irmandade sofreu repressões, tendo sido a mais severa a de Nasser.

Isso levou à radicalização de alguns irmãos muçulmanos. O mais famoso dentre eles foi Sayyid Qutb, que se transformou no ideólogo da *jihad*, da tentativa de conquista violenta do Estado e da islamização da sociedade. Foi morto em 1966, por ter publicado o livro *Maálim fi Al-Tariq* (Sinais na Estrada), mas acabou influenciando movimentos radicais que romperam com a Irmandade Muçulmana.

Nos anos 60, principalmente depois de 1967, com a derrota do regime nasserista e de outros países árabes diante de Israel, na Guerra dos Seis Dias, tem-se uma ascensão do Islã político como uma alternativa a esses nacionalismos autoritários no mundo árabe. Mas a alternativa se radicalizava cada vez mais, rompendo de vez com a Irmandade. O que se teve no Egito, nas décadas de 70 e 80, foi uma guerra desses grupos radicais contra o Estado e uma repressão desses grupos pelo Estado.

Já no início dos anos 90, ficou claro que o projeto revolucionário radical fracassou, sobretudo porque se baseou em uma estreita base política. Tendo sido severamente reprimidos, os militantes desses grupos vão se dispersar pela sociedade e tentarão construir uma base social para suas ideias.

Com a ampliação social de sua ideologia, o movimento islâmico deixa de pertencer à classe média e passa a atingir camadas populares da sociedade. Pela primeira vez, há a mobilização de pessoas através das ideias do islã político. Esse quadro leva a uma modificação do próprio Islã, que abandona a ideologia revolucionária de conquista do Estado e passa a adotar a ideia de reforma do indivíduo. Criam-se grupos de leitura nas mesquitas, cursos de profissionalização para viúvas, cursos de alfabetização etc.

Uma vez que o foco é direcionado para o indivíduo, ao invés de mirar o Estado, abre-se caminho para uma diversidade de atores e uma diversidade de projetos concorrentes entre si. E, no ano 2000, a islamização da sociedade se mostra um projeto bem sucedido, com possibilidade de efetivar mudanças políticas.

Há a formação de partidos políticos – a exemplo do AKP, na Turquia, que governa o país até hoje – que passam a usar o islã como linguagem cultural que permite articular diferentes interesses e diferentes grupos sociais. O especialista destacou, também, o Partido Al-Nour, dos salafistas, que parecia ser apolítico, mas acabou se candidatando e vencendo.

Nessa linha de raciocínio, salientou que a base impressionante conquistada pela Irmandade Muçulmana no parlamento egípcio (cerca de 70% dos assentos), na verdade, se mostra frágil. Feita uma análise “microscópica”, evidencia-se uma multiplicidade de identidades, de projetos e de formas de entender o que é o islã, o que levará, certamente, à fragmentação da Irmandade.

Ao contrário do que ocorreu com o Egito, o Estado Líbio surge a partir de uma ordem sufi, da Senussia, que tinha uma rede enorme de centros religiosos lutando contra o colonialismo italiano. Esta ordem resiste até os anos 30, sem que os italianos controlem o território da Senussia, que é basicamente a Cirenaica, na Líbia Oriental.

Em outro momento, eles vão lutar contra os ingleses pela sua independência e, conquistada esta, o Estado Líbio sai da Senussia. Com o golpe de Kadhafi, a região passa a ser reprimida e há a destruição de qualquer expressão pública da religiosidade sufi. Todavia, apesar de não existir mais como rede religiosa, a ordem sufi persistiu nas relações de amizade, o que cria um regionalismo na Cirenaica impermeável à construção de um Estado Líbio homogêneo.

A corrente que tem caráter religioso na Líbia e possui o ideal de reforma a partir do indivíduo é a salafista. A Irmandade Muçulmana apresentou-se como possível candidata a mobilizar os salafistas, mas ela não possui nenhuma base social no país. Algo parecido ocorre na Síria, que também não possui um movimento islâmico organizado. O que existe é o uso do islã como vocabulário cultural nos protestos.

Finalizou dizendo que esses movimentos islâmicos são atores sociais importantes na reconstrução do mundo árabe, mas, em algumas áreas, precisam ser mais bem estruturados.

4. Sr. Mohamed Habib

O Sr. Mohamed Habib iniciou sua fala salientando a relevância para o Brasil em compreender o que se passa no mundo árabe, sobretudo para se posicionar em futuras questões políticas internacionais.

Em seguida, analisou os movimentos revolucionários. Disse que, num primeiro momento, pensava-se que sua origem fosse autônoma, fruto de uma vontade social por mais direitos e mais dignidade. No entanto, pela importância econômica da região do Oriente Médio, os levantes passaram a ter outra conotação, ligada à disputa de influência na região. Disputa que se desenvolveu durante toda a Guerra Fria e se desenrola até os dias atuais.

Houve uma verdadeira divisão do mundo árabe, objetivando a apropriação de recursos energéticos, tais como gás natural e petróleo. Uma vez que o consumo energético de países como a Líbia é bem baixo, devido ao seu baixo desenvolvimento econômico e industrial, a diferença entre produção e consumo é destinada à exportação, especialmente para os países europeus.

Para sustentar este modelo de “neocolonialismo”, as grandes potências inventaram um modo de controlar politicamente a região, para que pudessem ter acesso, também, os recursos desejados. Dessa forma, nasceram as ditaduras árabes, incentivadas por países europeus como França, Itália e Alemanha, e pelos EUA.

Esta ideia é corroborada pelo fato de a França ter sido a primeira a intervir a favor do regime autoritário na Tunísia, quando os levantes nesta região começaram. Igualmente, no Egito, os EUA foram chamados para intervir na manutenção de Mubarak. Assim, o especialista disse que é errôneo pensar que não havia movimentos sociais antes do século XXI. Havia, mas eram duramente reprimidos pelas potências ocidentais.

Citou o fato de o Egito ter 35 bilhões de dólares de dívida externa, ao passo que a família de Mubarak aglutina, hoje, uma fortuna de 70 bilhões. Destacou que o governo de Mubarak foi responsável pelo empobrecimento do Egito, mas a “ajuda” dos EUA foi essencial.

Com a retirada de Mubarak do poder, o Conselho Superior das Forças Armadas (Junta Militar) convocou a população para um plebiscito com o fim de determinar as medidas necessárias para se governar o país, tais como formação de partidos livres, eleições para o legislativo e para presidente. As eleições para o legislativo já ocorreram e deram a vitória para os grupos religiosos, principalmente para a Irmandade Muçulmana.

As eleições para presidente estão marcadas para maio de 2012 e dois nomes estão sendo cotados atualmente: Mohamed ElBaradei, ex-presidente da Agência de Energia Atômica da ONU, que participou e apoiou o movimento dos jovens, no dia 25 de janeiro; e Amr Mousa, Presidente da Liga dos Países Árabes durante os últimos dez anos e que representa a extensão do regime de Mubarak.

Sublinhou que a Liga nunca fez uma manifestação contrária a qualquer regime desrespeitador dos direitos humanos e, mesmo assim, Amr está sendo o mais cotado para presidente. Indagou onde estaria o verdadeiro movimento islâmico no Egito, capaz de barrar sua eleição. Além desses candidatos, o especialista citou outros, como Ahmed Sahfik, último Primeiro-Ministro de Mubarak, que está com 8,5% da intenção dos votos, e Omar Suleiman, o Vice-Presidente de Mubarak, que governou o Egito por 24 horas.

Tendo em vista o quadro de continuísmo que a política egípcia apresenta, o palestrante sustentou que o Egito está optando por um processo de transformação muito lento, no qual a Irmandade Muçulmana não está se colocando como protagonista, não lançando qualquer candidato. Paralelamente, há a dúvida de a Junta Militar passar, efetivamente, o poder para o presidente eleito, já que a Constituição atual assegura sua supremacia em face do presidente.

Focando na situação da Líbia, afirmou que a qualidade de vida neste país era bem melhor do que a no Egito ou na Tunísia, em período anterior às revoluções. No entanto, em termos de regime autoritário, assemelhava-se aos demais estados árabes. Dito isto, indagou a quem interessa esses movimentos islâmicos de transformação social e a futura construção da democracia.

Nesse sentido, trouxe os números e os países que contribuíram financeiramente para a intervenção militar na Líbia. O Reino Unido fez um aporte de mais de 1,5 bilhão de dólares, seguido pelos EUA, com 896 milhões, e pela França, com 450 milhões, ao lado da Turquia, da Dinamarca, da Bélgica e da Espanha.

Claramente, os países europeus e os EUA estão interessados no petróleo e no gás natural líbios, além dos lucros que virão de grandes projetos de engenharia civil. No ponto de vista do expositor, o mapa mundial foi “dividido” pelas potências ocidentais, sendo que os EUA ficaram com o Iraque e os europeus com a Líbia.

Por fim, asseverou que a Líbia encontra-se em verdadeiro caos, emergindo duas questões que precisam ser solucionadas: 1) o relatório investigativo da ONU sobre a intervenção militar na Líbia concluiu que houve morte de civis na ação, ao passo que a Otan, responsável pela operação, afirma que só houve baixas de militares; 2) as milícias tribais da região leste da Líbia, rica em petróleo e gás natural, estão totalmente fora de controle e reivindicam a autonomia política do seu território, criando uma situação difícil para o Conselho Nacional de Transição, que não pode fazer nenhuma intervenção militar na área.

V – Questionamentos e Debates

- Questões do Senador Fernando Collor, para todos os participantes:

1. No que se refere à formulação da Constituição do Egito, como ela será elaborada e o que se espera de seu resultado, já que a maioria do parlamento egípcio pertence à Irmandade Muçulmana? Que tipo de regime será instaurado e qual papel será destinado às Forças Armadas e à Junta Militar?

2. Em relação à Líbia, há alguma possibilidade de se construir uma coesão interna dos diversos grupos e tribos que comandam o território para um projeto de unificação da Líbia, de modo que ela não volte a ser dividida em três (Cirenaica, Tripolitânia e Fezzan)?

- Resposta do Sr. Salem Nasser

Em relação à primeira pergunta, o Sr. Salem Nasser disse que já há alguns traços da influência da Irmandade Muçulmana no desenvolvimento da Constituição, ao colocar algumas condições para o candidato à presidência, como a nacionalidade egípcia e o matrimônio com egípcia. Outro ponto defendido por esse grupo é a preservação dos valores islâmicos no Egito, não se lhe aplicando a Sharia como direito islâmico propriamente dito. Quanto às Forças Armadas, afirmou que nada passará na Constituição, sem que haja um acordo prévio com os militares.

No que se refere à Líbia, afirmou que a união da sociedade em torno de um projeto de nação será longo, pois o país está fortemente dividido em milícias, criadas pela catastrófica intervenção militar, não tendo havido o desejado e fantasioso desarmamento.

- Resposta do Sr. Hussein Ali Kalout

Anuindo com as ideias do Sr. Salem Nasser, o Sr. Hussein Ali Kalout asseverou que nada passará na Constituição sem o crivo da Junta Militar. Além disso, alguns aspectos sociais das leis islâmicas devem ser contemplados na Constituição, em razão das demandas das várias agremiações religiosas que compõem o parlamento. Sobre a Líbia, acredita que uma coesão interna é possível, mas será difícil, haja vista a divisão tribal existente no país. Isso poderá levar o estado líbio a adotar o federalismo.

- Resposta do Sr. Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto

O Sr. Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto destacou, inicialmente, o fato de que a Junta Militar impôs a própria composição da assembleia encarregada da elaboração da nova Constituição egípcia (50 membros do parlamento e 50 representantes da sociedade). Além disso, sustentou que a Irmandade Muçulmana possui um pacto com os militares, não tendo lançado um candidato à presidência de forma deliberada com o fim de arquitetar alianças futuras com o presidente eleito.

Todavia, destacou que há um empecilho nesse pacto da Irmandade com os militares, que é a questão do orçamento dos militares e do Estado egípcio em geral. Hoje, o Egito não possui orçamento e o orçamento dos militares é secreto. Isso deslegitima a Irmandade Muçulmana perante sua base, essencialmente popular. Ela terá que solucionar esse impasse.

Na questão da Líbia, defendeu que a intervenção militar impediu que as forças destinadas a derrubar Muammar Kadhafi formassem alianças e houvesse uma coordenação de interesses. Dessa forma, passaram a existir diversas milícias no país. Ele crê na tendência da Líbia em se transformar num Estado Federativo, mas ainda não há um projeto político claro.

- Resposta do Sr. Mohamed Habib

O Sr. Mohamed Habib disse, primeiramente, que, no Egito, dentro de alguns meses, os militares abrirão mão da sua posição hierárquica superior à do Presidente, uma vez que a sociedade se tornou intolerante a esse modelo. Todavia, a Junta Militar insistirá no regime presidencialista, pois é um modelo que ela poderá facilmente influenciar. No que se refere à possibilidade de o Egito se tornar um país teocrático, defendeu que ele se manterá laico, como sempre o foi.

No que tange à Líbia, argumentou que não é possível pensarmos num regime democrático aos moldes do que existe no Ocidente. Isso porque o país é formado por 90% de área desértica, que propicia a formação de tribos e culturas próprias, com características bem distintas umas das outras. Ele afirmou que o ideal seria as grandes potências deixarem o país desenvolver seu próprio modelo de democracia.

Painel 7

I – Identificação

Assunto: Terrorismo, ilícitos transnacionais e a ameaça cibernética:
Terrorismo – principais ameaças terroristas; Ilícitos transnacionais – tráfico de pessoas, armas e drogas; e Ameaça cibernética.

Local: Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

II – Participantes

6. General-de-Divisão José Carlos dos Santos, Chefe do Centro de Defesa Cibernética – CDCiber;
7. Senhor Bo Stenfeldt Mathiasen, Representante Regional para o Brasil e o Cone Sul do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC;
8. Professor Jorge Henrique Cabral Fernandes, Professor do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília – UnB; e
9. Professor Márcio Paulo Buzanelli, Ex-Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, Ex-Diretor do Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo – CPCT, Ex-Conselheiro do Conselho Nacional Antidrogas, Ex-Conselheiro do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

III – Introdução

Realizou-se, no dia 9 de abril de 2012, Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para tratar do assunto: “Terrorismo, ilícitos transnacionais e a ameaça cibernética:

Terrorismo – principais ameaças terroristas; Ilícitos transnacionais – tráfico de pessoas, armas e drogas; e Ameaça cibernética”, dentro do ciclo de audiências públicas “Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)”.

Para proferir as palestras, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades: General-de-Divisão José Carlos dos Santos, Chefe do Centro de Defesa Cibernética – CDCiber; Sr. Bo Stenfeldt Mathiasen, Representante Regional para o Brasil e o Cone Sul do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC; Prof. Jorge Henrique Cabral Fernandes, Professor do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de Brasília – UnB; e Prof. Márcio Paulo Buzanelli, Ex-Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, Ex-Diretor do Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo – CPCT, Ex-Conselheiro do Conselho Nacional Antidrogas, Ex-Conselheiro do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

A reunião foi presidida pelo Senador Fernando Collor. Estiveram presentes e fizeram uso da palavra a Senadora Ana Amélia e o Senador Cristovam Buarque.

IV – Relato das exposições dos palestrantes

1. **General-de-Divisão José Carlos dos Santos**

O General José Carlos dos Santos iniciou sua exposição afirmando que a guerra cibernética já teve início. Mencionou o autor mais conhecido sobre o assunto na atualidade, o norte-americano Richard Clarke, que compartilha de sua opinião, e enumerou os casos de conflito cibernético observados até hoje: Estônia, em abril de 2007; Síria, em setembro do mesmo ano; Geórgia, em agosto de 2008; e, por último, o ataque do vírus *Stuxnet* ao programa nuclear iraniano, em 2010. Sobre esse último episódio, comentou que a complexidade do ataque indica o envolvimento de algum país.

O palestrante destacou que a Estratégia Nacional de Defesa estabeleceu o setor cibernético como essencial para a defesa nacional, ao lado dos setores espacial e nuclear. Explicou que coube ao Exército brasileiro coordenar as ações de integração do setor, por ser, das três Forças, a de maior capilaridade. Foi criado então o Centro de Defesa Cibernética – CDCiber, com o objetivo de construir um complexo militar-universitário-empresarial para desenvolver as capacidades defensivas do País, buscando sempre a aplicação dual das inovações tecnológicas resultantes. Ressalvou que a ativação do centro depende ainda de decreto presidencial.

De acordo com ele, a implantação do setor segue um plano que envolve programas que vão do reforço da segurança das redes corporativas do Exército, passando pela capacitação de pessoal para emprego operacional e apoio tecnológico até a organização de uma rede nacional de segurança da informação e criptografia.

Em seguida, o General passou a tratar da necessidade de maior investimento em ciência e tecnologia no Brasil. Primeiro mostrou que o País só tem uma universidade entre as duzentas consideradas melhores do mundo. Destacou então o exemplo da Índia, que elegeu o setor de tecnologia da informação como uma alavanca para o desenvolvimento econômico e, desde então, percebe resultados bastante promissores. Em sua opinião, o Brasil precisa e tem potencial para desenvolvimento na área. Afirmou ainda que o esforço deve ter como focos a tecnologia da informação e a telecomunicação, áreas em que o investimento é menor e as resultantes são mais promissoras.

O General mencionou a realização, em 2011, de duas jornadas de trabalho sobre defesa cibernética coordenadas pelo Exército e pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. As jornadas tinham como premissas: contemplar a multidisciplinaridade e a dualidade das aplicações, fomentar a indústria nacional de defesa, induzindo-a à produção de sistemas inovadores, e produzir nacionalmente os componentes críticos. A quantidade de participantes superou as expectativas iniciais. Destacou, também, que dessas jornadas resultaram programas como a criação de uma escola nacional de defesa cibernética e um programa para desenvolvimento do setor da supercomputação.

Por fim, disse que o CDCiber atuará durante a Rio+20, sob coordenação do Ministério das Relações Exteriores e informado pelo modelo canadense utilizado nos jogos de Vancouver. Será a primeira experiência operacional do centro.

2. Senhor Bo Stenfeldt Mathiasen

O Sr. Bo Mathiasen adiantou que trataria do narcotráfico na América do Sul. Primeiro notou que o desenvolvimento econômico da região na última década aumentou o poder de compra dos habitantes, tornando mais atraente o mercado consumidor na região.

Tratando do tráfico de cocaína, disse que os três principais produtores são a Colômbia, o Peru e a Bolívia. Com relação a apreensões da droga na América do Sul, disse que são concentradas principalmente na Colômbia. Salientou também o grande volume de apreensões no Equador, revelando uma tendência crescente de envolvimento desse país tanto no tráfico colombiano quanto no peruano. Comparando dados de 1998 e 2009, apontou uma mudança no fluxo global da cocaína, deslocado parcialmente dos Estados Unidos para a Europa, causada sobretudo por mudanças de hábitos de consumo nesses dois mercados. Considerando os países do Cone Sul, notou um aumento tanto do fluxo de cocaína quanto do volume de apreensões.

Quanto ao lucro do tráfico global de cocaína, apontou que chegou a US\$ 85 bilhões em 2009. Segundo suas estimativas, na América do Sul, considerados os lucros da venda e do trânsito, o lucro foi de US\$ 16 bilhões, dos quais, US\$ 5,6 bilhões foram lavados no continente e US\$ 7,4 bilhões foram enviados para lavagem em outras localidades.

Ainda de acordo com suas estimativas, em todo o mundo, o crime organizado movimentou US\$ 650 bilhões na primeira década do milênio. Por esses números, disse ele, é possível perceber o tamanho dos desafios relacionados à lavagem de dinheiro e à corrupção, como: evitar a infiltração nos mecanismos políticos do dinheiro oriundo do narcotráfico, pelo financiamento de campanhas políticas e interferên-

cia na criação de normas e procedimentos de investigações; evitar que o dinheiro se infiltre nos setores produtivos e econômicos de um país e evitar a corrupção nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Analisando especificamente o Brasil, destacou o desafio de controle de fronteiras, agravado pela extensão da fronteira brasileira e pela vizinhança dos três maiores produtores de cocaína e do maior produtor de *cannabis* da região. Segundo ele, dada a dimensão do problema, é recomendável ponderar bem os custos-benefícios dos mecanismos de controle, considerando-se, por exemplo, a importância de ações de inteligência e de infiltração em organização criminosas e da cooperação internacional. Quanto ao último ponto, ressaltou ser importante o desenvolvimento de um sentimento de responsabilidade compartilhada entre países produtores e consumidores.

Sobre os desafios da segurança pública associados ao narcotráfico, apontou que países e regiões próximas de centros produtores ou rotas de tráfico apresentam, em geral, índices mais elevados de homicídios; que as organizações criminosas nessa atividade dispõem de muitos recursos e operam com grau elevado de sofisticação e que o tráfico de drogas tende a se instalar e tomar regiões urbanas do controle estatal.

Na área da saúde pública, destacou os desafios do aumento da oferta e do barateamento da cocaína, bem como da introdução do *crack*, derivado da cocaína cujo baixo custo torna-o acessível a qualquer pessoa. Além disso, mencionou a dificuldade em se dimensionar o problema, saber quantos usuários existem. Quanto ao ponto, o especialista mostrou-se esperançoso com o Plano Integrado de Enfrentamento ao *Crack* e outras drogas, lançado pelo governo brasileiro em 2011. Destacando que estudos mostraram que pessoas que não consomem drogas dos 15 aos 25 anos provavelmente não o farão pelo restante de suas vidas, enfatizou a importância de programas de prevenção focados nos jovens.

Por fim, mencionou acordo entre a UNDOC e o Ministério da Justiça para criação de uma aliança estratégica destinada ao enfrentamento dessas questões no nível regional, com o desenvolvimento

de uma plataforma mais forte de combate ao crime organizado e ao narcotráfico.

3. Professor Jorge Henrique Cabral Fernandes

O Professor Jorge Henrique Cabral Fernandes esclareceu inicialmente que abordaria em sua apresentação os aspectos conceituais e práticos da defesa cibernética, considerando tanto a situação brasileira como a internacional.

O primeiro aspecto tratado foi o da transição de uma sociedade analógica para uma sociedade digital. Essa mudança, explicou ele, consiste na adoção de equipamentos digitais computadorizados em toda a infraestrutura de serviços essenciais, como comércio, finanças, transportes, saúde, energia, água, telecomunicações, radiodifusão e outros. Ela traz como benefícios o funcionamento flexível e atualizável da infraestrutura, elevada interconectividade, convergência de mercado, inovação e conectividade. Por outro lado, essa transição implica na dependência crítica dos *softwares* e das redes de computadores que interligam todas essas infraestruturas.

Considerando a questão dos *softwares*, destacou que não são produto de um trabalho isolado, mas sim de um trabalho colaborativo, desenvolvido ao longo de vários anos. Segundo o especialista, não há quem consiga dominar o processo inteiro, por ser uma cadeia complexa, de valor agregado, construída ao longo de dezenas de anos por milhares pessoas espalhadas por todo o mundo. O resultado dessa característica é que qualquer sistema de computador possui vulnerabilidades latentes e presentes que qualquer grupo suficientemente motivado será capaz de explorar por um processo sistemático de análise. Da mesma forma acontece com as estruturas de redes de computador, afirmou.

Além disso, continuou ele, esses sistemas se destinam ao gerenciamento de informações que serão utilizadas por pessoas dentro de uma organização. Por isso, explicou, o fator humano, e sua vulnerabilidade inerente, também é um componente crítico do funcionamento seguro da infraestrutura.

Em conclusão da análise sobre a transição atual para uma infraestrutura digital, afirmou que o compromisso social com a tecnologia é muito grande, daí decorre a vulnerabilidade observada dentro da chamada “sociedade da informação”.

Sobre a questão da defesa cibernética, o especialista observou que os sistemas militares padecem dos mesmos tipos de vulnerabilidades a que estão sujeitas as demais infraestruturas digitais da sociedade. Ademais, destacou que a vulnerabilidade da infraestrutura de defesa é tanto maior quanto mais interconectada e complexa se torna.

Entre os possíveis efeitos de ataques a essas vulnerabilidades, citou a negação dos serviços, o vazamento de informações sigilosas ou proprietárias, a adulteração de informações, o roubo de bens e até mesmo danos materiais e humanos.

Ponderando sobre a existência de soluções para essas vulnerabilidades dos *softwares* e das redes computacionais, afirmou que as tentativas de estabelecimento de barreiras até agora resultaram em sistemas complexos e de difícil utilização, sem capacidade de penetração de mercado. Em sua avaliação, o mercado demanda, em última instância, que as soluções não sejam suficientemente seguras por uma questão de economia de escala. Além disso, explicou ele, por dependerem em parte de sistemas comerciais, os sistemas de defesa também são inseguros.

Analisando declarações de autoridades dos EUA sobre defesa cibernética, o especialista destacou que lá adotam a premissa de que não apenas os sistemas de defesa são vulneráveis, mas que essas vulnerabilidades são constantemente exploradas por forças adversárias. Reconheceu-se também que o aumento de gastos com mecanismos de defesa pouco resultou em aumento da segurança. Outro problema detectado foi a perda de pessoal qualificado da área de defesa para a iniciativa privada, em razão da diferença significativa de remuneração. Lá, a conclusão dos especialistas é que uma postura passiva de defesa cibernética não é suficiente, pelo que recomendaram o desenvolvimento de capacidades ofensivas, integrando a guerra cibernética com a guerra eletrônica em níveis sem precedentes.

O palestrante apontou também que ainda não há regulamentação internacional do conflito cibernético: definição clara de suas finalidades, a quem atribuir os ataques ou as regras de engajamento. Salientou que os EUA ainda não têm uma doutrina definida para o conflito, mas que países como China e Rússia já têm seus modelos definidos.

Especificamente quanto à defesa cibernética brasileira, destacou que ainda é preciso definir sua finalidade: se é a proteção da internet no Brasil, das infraestruturas críticas da sociedade, dos sistemas de informação e de comunicação do Estado, da infraestrutura militar nacional ou, ainda, se é o emprego de sistemas computacionais dentro de um teatro de combate real, causando danos lógicos e físicos ao adversário e negando-lhe a capacidade do uso da internet e do espectro eletromagnético.

Para concluir, elencou alguns caminhos para o desenvolvimento da segurança e defesa cibernética nacional: o aprimoramento de uso da informação e da comunicação pelo Estado brasileiro; o desenvolvimento de uma inteligência cibernética; a cooperação, internacional e intranacional, no combate ao crime organização cibernético; o aprimoramento das plataformas civis e militares que compõem a infraestrutura crítica nacional; a pesquisa e desenvolvimento de armas cibernéticas defensivas e ofensivas e, por fim, a integração dos setores militar e civil brasileiros.

4. Professor Márcio Paulo Buzanelli

A exposição do Professor Márcio Paulo Buzanelli tratou de terrorismo. O especialista começou analisando a ideia comumente aceita de que o terrorismo não é uma ameaça real ao Brasil. Segundo ele, esse pensamento decorre da percepção de que o terrorismo é algo que afeta somente países conflagrados por conflitos ou países centrais que optam, por questões de protagonismo internacional, por aceitar esse risco. Argumentou que, não tendo o Brasil inimigos ou experiência de ataques terroristas e dado seu exemplo de integração e tolerância religiosa, bem como sua distância de locais de conflitos, a ideia mais

aceita é de que um ataque terrorista é um evento altamente improvável no País.

Em sua opinião, é preciso, no entanto, atentar para alguns aspectos. Primeiro de que as distâncias no mundo atual têm pouca relevância, ou, em suas palavras, “somos todos vizinhos do Paquistão”. Segundo, ilustrando com o exemplo argentino, nada impede que um país sem experiência de eventos de terrorismo sofra um ataque. Por fim, destacou que o altamente improvável às vezes acontece e que, por isso, os agentes de segurança brasileiros devem considerar os ataques em seus modelos de risco.

Afirmou que o conceito básico de terrorismo é o de violência premeditada politicamente motivada contra alvos não combatentes e destinada a causar um impacto psicológico em uma determinada audiência. Lembrou que o terrorismo tem várias manifestações, mas identificou como o que mais ameaça o País aquele inspirado por um pensamento religioso radical.

Destacando o ataque este ano à Noruega, salientou que esse radicalismo não é característica isolada da religião islâmica. Ainda assim, afirmou que são grupos e indivíduos motivados por interpretações radicais do Islã a quem o País deve mais atenção. Explicou que são movimentos informados por uma visão de que o Islã se encontra atualmente sob ataque do Ocidente e cuja estratégia consiste, no Oriente, em atrair os países ocidentais para guerras de atrito prolongado e, no Ocidente, na prática de ações terroristas desmoralizantes. Para esses grupos, trata-se de uma guerra assimétrica e essencialmente econômica. Buscam não mais um atentado em larga escala, mas muitos e frequentes pequenos atentados, estão organizados em pequenas células e seus principais recrutas atualmente são jovens cidadãos dos países alvos, principalmente descendentes de imigrantes, convertidos para o radicalismo. Segundo observou, por serem jovens inexperientes, seus planos geralmente são desbaratados, mas que resultam mesmo assim em impacto estratégico ao manterem uma situação de ameaça permanente.

O professor apontou também as tendências do terrorismo radical islâmico para o futuro. Primeiro a continuação do terrorismo, tanto

pela tendência de continuidade das causas políticas e sociais subjacentes quanto pela percepção, por parte das organizações perpetradoras, de que o método tem funcionado. Outra tendência é a da manutenção pelos terroristas da iniciativa estratégica. A última, que bem concerne ao Brasil, a de que não existe um teatro de operações principal, o mundo inteiro hoje é teatro de operações para o terrorismo.

Quanto ao terrorismo no Brasil, disse ser preciso esclarecer se é uma ameaça a ser considerada e se o País está preparado para identificar seus agentes e enfrentá-la. Lembrando que brasileiros já foram vítimas circunstanciais por estarem presentes em locais de atentados, ponderou a possibilidade de ações deliberadas contra brasileiros na África Ocidental, onde há interesses brasileiros desenvolvidos por empreiteiras e pela Petrobrás.

Hipóteses que considerou bem mais prováveis foram ações terroristas no Brasil contra alvos tradicionais, como sinagogas, escolas judaica e representações diplomáticas; contra chefes de Estado em visita ao País e durante os próximos megaeventos internacionais, como a Copa do Mundo, as Olimpíadas e a visita papal, quando haverá grande vulnerabilidade e visibilidade internacional. Outra hipótese que aventou foi a utilização do território brasileiro para trânsito, refúgio, recrutamento e financiamento de ações terroristas. Por fim, lembrou a possibilidade de magnicídio por indivíduos em busca de notoriedade súbita.

Sobre o preparo brasileiro para esses eventos, destacou primeiramente a dificuldade de prevenção, por ter o terrorismo como escolher o momento, o lugar e a forma do ataque. Dito isso, afirmou que deve o Estado se preparar para responder pronta e efetivamente a um ataque, evitando a paralisia e a descoordenação.

Para o especialista, no campo do antiterrorismo, da prevenção de ataques, é importante fortalecer a atividade de Inteligência, com a integração de informações entre os diversos órgãos e o aprestamento de forças contra o terrorismo. No campo do contraterrorismo, da resposta militar ou policial à ação terrorista, disse considerar o País bem preparado, citando elementos tanto das Forças Armadas como da Polícia Federal.

O convidado destacou também o aspecto legislativo. De acordo com ele, embora a Constituição Federal trate o terrorismo como crime insuscetível de fiança, graça ou anistia, a tipificação do crime de terrorismo é feita pela Lei de Segurança Nacional, anterior à Constituição e considerada por muitos juízes com ela incompatível.

Para finalizar, retomando e sintetizando, afirmou que é possível uma ameaça terrorista ao Brasil e que o País poderia estar mais bem preparado, com mais integração e interoperabilidade e munido de uma legislação adequada.

V – Questionamentos e Debates

- Comentários do Senador Fernando Collor:

Antes de dar início aos questionamentos, o Senador Fernando Collor destacou os diversos megaeventos internacionais que terão sede no Brasil e lembrou que, embora não seja um alvo preferencial de ataques terroristas, o País receberá países que o são. Sobre isso, apontou a dificuldade de se afirmar que o País está preparado para prevenir algum ataque nessas ocasiões.

Quanto à legislação sobre crimes de terrorismo, trazendo o paralelo da situação norte-americana, enfatizou o problema de que, qualquer que seja a legislação elaborada, haverá cerceamento de liberdades individuais.

- Comentários do Senador Cristovam Buarque:

Para o Senador Cristovam Buarque, o momento atual é de grande vulnerabilidade, tanto no campo da guerra cibernética como na guerra contra as drogas. Em sua opinião, para se enfrentar essas vulnerabilidades, é preciso ter um projeto de nação que vá além do circunstancial e conjuntural, que perceba a importância do desenvolvimento educacional para engrandecer e tornar menos vulnerável o País.

- Questões da Senadora Ana Amélia:

Sobre terrorismo, a Senadora perguntou em que medida o governo brasileiro se ocupa de ações preventivas e se já aconteceram casos concretos que justificassem uma maior atenção na área. Destacou, no ponto, a área da Tríplice Fronteira e os recentes atos nas obras das hidrelétricas na região Norte do País. Indagou se são justificadas preocupações com ataques terroristas na Copa do Mundo e se o tema do terrorismo é tratado no Brasil mais ideologicamente do que tecnicamente.

Perguntou se há algum intercâmbio de questões sobre defesa cibernética entre o Gabinete de Segurança Institucional – GSI e o Exército brasileiro, responsável pelo CDCiber.

Quanto à defesa cibernética, perguntou como a comunidade acadêmica poderia contribuir no campo e se as instituições públicas de ensino estariam preparadas para tanto.

Lembrando a afirmação de que nenhum sistema de informações é totalmente invulnerável, quis saber se o sistema de urnas eletrônicas é totalmente seguro e se se pode confiar nele.

Questionou o Sr. Bo Mathiasen qual sua avaliação a respeito do cumprimento do 1º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e quais deveriam ser as prioridades para o Estado brasileiro em matéria de cooperação internacional voltada para o combate a crimes transnacionais de tráfico de armas, drogas e pessoas. Perguntou se a UNODC dispõe de diagnósticos sobre as alterações legislativas necessárias e as proposições já feitas para prevenção e repressão eficiente de terrorismo e ilícitos transnacionais. Por fim, quis saber se a diminuição do consumo de cocaína nos EUA teria relação com seu enfrentamento mais severo ao tráfico de drogas.

Ainda sobre defesa cibernética, quis saber do General José Carlos dos Santos como ele classificaria a vulnerabilidade do setor a ações terroristas. Perguntou também se o raio de ação do CDCiber era limitado ao setor militar e, em caso positivo, indagou a respeito da existência de formas de comunicação entre o centro e o responsável

pelo setor civil. Quis saber também se o centro dispõe de recursos humanos adequados e se existiriam planos de contratações de *hackers* para o centro.

- Respostas do General José Carlos dos Santos:

O General José Carlos dos Santos comentou inicialmente acreditar que a importância crítica dos setores cibernéticos resultará em um equilíbrio dissuasório de conflitos nessa arena, a exemplo do que foi observado nos conflitos nucleares.

Explicou que o CDCiber destina-se primordialmente à defesa das redes militares, mas que há o reconhecimento de que isso não é suficiente. Em razão disso, tem sido buscada a integração com os demais órgãos da administração pública federal.

Salientou que as medidas na área envolvem educação e desenvolvimento tecnológico, e citou o exemplo dos EUA, que já ensina a crianças noções fundamentais de segurança na internet.

Sobre o sistema de urna eletrônica brasileiro, destacou que tem comprovado sucesso, fundado tanto em seu *hardware* e *software* como em seus procedimentos de segurança, que permitem a correção de vulnerabilidades detectadas.

Disse que o CDCiber busca trocar informações com vários órgãos, inclusive o GSI, e o auxílio dos setores acadêmicos e das empresas.

Sobre a questão dos *hackers*, disse que é preciso avançar as discussões legislativas sobre o marco civil da internet e que o Exército pensa em contratá-los. Explicou que é uma medida adotada também por outros países.

- Resposta do Sr. Bo Mathiasen:

Tratando do I Plano Nacional contra o Tráfico de Pessoas, o convidado esclareceu antes que o instrumento internacional para esse tipo de crime é muito novo, negociado em 2000 e em vigor desde

2003. Destacou que o Brasil foi um protagonista durante as negociações. Em sua avaliação, o I Plano Nacional contra o Tráfico de Pessoas abordou todos os pontos da convenção, há legislação, foram desenvolvidos projetos e atividades e já existem sentenças aplicando a legislação. Para o especialista, o primeiro plano teve êxito.

Sobre as alterações legislativas para combate ao terrorismo e ilícitos transnacionais, afirmou que o Brasil é um protagonista internacional e que já possui os instrumentos necessários, por ser signatário dos instrumentos internacionais relacionados.

Quanto à diminuição do consumo de cocaína nos EUA, além das ações de repressão e prevenção, destacou a mudança do perfil de consumo de drogas, passando da cocaína para as metanfetaminas.

- Respostas do Professor Jorge Henrique Cabral Fernandes:

Sobre a contribuição do setor acadêmico para a segurança cibernética do País, o convidado citou um trabalho com o GSI e servidores públicos de vários órgãos para estudar problemas de segurança dentro das organizações. Citou também a cooperação com o Exército brasileiro para constituição da Escola Nacional de Defesa Cibernética.

Em relação à urna eletrônica, disse que, apesar de vários departamentos de universidades federais contribuírem para o tema, eles ainda não estão adequadamente mobilizados. Afirmou que, em recente oportunidade aberta pelo Tribunal Superior Eleitoral, foi identificada uma vulnerabilidade do sistema que permitiria a identificação da sequência dos votos. Para o especialista, isso demonstra a necessidade de um maior envolvimento com grupos que possam identificar essas vulnerabilidades.

Sobre a questão educacional, disse ser preciso repensar todo o sistema educacional, em razão da inserção das crianças na sociedade da informação.

- Respostas do Professor Márcio Paulo Buzanelli:

Comentando primeiro os episódios das obras das hidrelétricas na região Norte, o convidado afirmou não enxergar associação com o terrorismo, apenas ações violentas organizadas por motivos trabalhistas e sociais.

Com relação à presença de células terroristas na Tríplice Fronteira, explicou a percepção internacional da região é equivocada, fundada no relacionamento de imigrantes libaneses e sírios com seus países natais, que afirmou não serem diferentes das demais comunidades migrantes pelo mundo, e nos atentados argentinos de 1992. Segundo ele, o monitoramento da região por serviços de inteligência não encontrou até hoje evidências claras de estruturas conspirando para o terrorismo.

Quanto à qualidade das informações produzidas pela inteligência brasileira, disse que é muito boa e que qualidade do pessoal é excelente. Destacou que há uma integração no campo do combate ao terrorismo, inclusive com troca de informações com serviços de inteligência internacionais.

Sobre a Copa do Mundo, lembrou o episódio de Munique, em 1972, em que os anfitriões não eram alvos, mas sim uma delegação específica. Para o convidado, as organizações terroristas são atraídas para eventos desse tipo em razão da grande visibilidade que eles possuem.

Por fim, reforçou a necessidade de uma legislação atual e efetiva contra o terrorismo, argumentando que os instrumentos presentes são obsoletos e contrários à Constituição Federal.

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Painel 1

I – Identificação

Assunto: 2012, um ano de crise no Mundo – Expectativa para 2012.

Local: Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

II – Participantes

10. Sr. José Ricardo Roriz Coelho – Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp; e
11. Prof. Demétrio Magnoli – Sociólogo.

III – Introdução

Realizou-se, no dia 16 de abril de 2012, Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para tratar do assunto: “2012, um ano de crise no Mundo – Expectativa para 2012. Análise dos aspectos econômicos, políticos, sociais, ambientais e de defesa dos principais atores globais e para os países em desenvolvimento”. A presente discussão integra o tema “Política Externa Brasileira”, dentro do ciclo de audiências públicas “Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)”.

Para proferir as palestras, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades: Sr. José Ricardo Roriz Coelho, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP; e Professor Demétrio Magnoli, Sociólogo.

A reunião foi presidida pelo Senador Fernando Collor. Estiveram presentes e fizeram o uso da palavra os Senadores Eduardo Suplicy e Inácio Arruda.

IV – Relato das exposições dos palestrantes

1. Sr. José Ricardo Roriz Coelho

O Vice-Presidente da Fiesp dividiu sua apresentação em três partes, a saber: crise econômica dos países desenvolvidos e consequências para o crescimento mundial; os efeitos da crise no Brasil e na América Latina; e ameaças à retomada no crescimento econômico brasileiro e na América Latina.

Sobre o primeiro ponto, traçou o histórico da crise nos países desenvolvidos, com base em gráficos apresentados. Caracterizada pelo agravamento dos problemas fiscais na Europa e pela relativa estagnação da demanda nos EUA e Japão, a crise teve como antecedente a uniformização das taxas de juros na Zona do Euro em patamar idêntico ao da Alemanha, na época da implantação da moeda comum. Essa medida incentivou o endividamento privado nos demais países. Conforme os dados exibidos pelo palestrante, após a crise financeira internacional, para evitar uma forte contração da atividade econômica, os governos aumentaram gastos, agravando desequilíbrio das finanças públicas. O resultado foi o aumento do endividamento na Zona do Euro, que atingiu um patamar insustentável em países como Irlanda e Grécia. Na tentativa de reduzir o déficit público e evitar insolvência, os países mais afetados pela crise passaram a adotar políticas fiscais restritivas, impactando o crescimento econômico da região. Essa estratégia tende a agravar ainda mais a crise, criando o que chamou de “ciclo vicioso da política fiscal restritiva”, no qual a queda da atividade econômica gerada pela política leva à redução da arrecadação fiscal, aumentando ainda mais o déficit e, portanto, agravando o endividamento. Nesse cenário, houve um baixo crescimento do PIB na Zona do Euro em 2010 e 2011, tendência que deve continuar em 2012 e 2013.

Entrando no segundo tópico de sua apresentação, o Sr. José Ricardo Roriz Coelho ressaltou que o baixo crescimento observado nos EUA e na Europa afetou os fluxos comerciais de todo o mundo, causando efeitos no Brasil e na América Latina. Conforme relatou, o

excesso de bens manufaturados nas economias líderes, bem como a grande oferta de produtos da Ásia para esses países, provocou uma busca por mercados consumidores alternativos: Brasil e outras economias em desenvolvimento. Desse modo, visando ampliar as exportações para o resto do mundo – oferecendo um produto com o preço competitivo – esses países adotaram uma política monetária expansionista, desvalorizando suas moedas.

O resultado dessa política foi o chamado “tsunami monetário” aplicado no Brasil, que, segundo os dados apresentados, pode ser de mais de US\$ 8,8 trilhões nos três anos da crise, quase quatro vezes o Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Na conjuntura mundial, o grande atrativo brasileiro foi a combinação de câmbio flutuante com as maiores taxas de juros do mundo. Como consequência, o real valorizou em torno de 106% em relação ao dólar americano no período de janeiro de 2004 a fevereiro de 2012, uma valorização superior à verificada em países como Rússia e Índia.

No entanto, há um risco no financiamento do déficit de manufaturas, pois este tem sido compensado por fluxos financeiros e pelo saldo de produtos básicos (*commodities* e outros agroindustriais), elementos sujeitos à volatilidade. Nesse cenário instável, o expositor apontou como riscos para o Brasil a reversão dos preços das *commodities* (o que deve ocorrer nos próximos dois anos, de acordo com o FMI) e a desaceleração da importação desses insumos por parte da China. A queda dos preços e da quantidade de *commodities* exportadas poderão comprometer o resultado do comércio externo brasileiro, ameaçado também pelo déficit de bens manufaturados. Além disso, a dependência da entrada de capital internacional constitui um risco no balanço de capitais, ameaçando uma crise no balanço de pagamentos.

Posto isso, o Sr. José Ricardo Roriz Coelho iniciou o último tema de sua exposição: as ameaças à retomada de crescimento econômico do Brasil e da América Latina. Segundo seu relato, a indústria de transformação nacional é o setor que mais sofre com os efeitos da crise, uma vez que, além de haver uma ameaça concreta de agravamento do processo já em curso de substituição da produção industrial doméstica por importados, o principal mercado importador de manufaturados

brasileiros – a América Latina – também sofre do mesmo problema. E como o País não tem uma política permanente e efetiva para a indústria, seu crescimento, que já era baixo, quando comparado com os outros BRICS e alguns países da América Latina, ficou ainda pior.

O palestrante ressaltou que um dos responsáveis pelo baixo crescimento industrial na última década é o chamado “custo Brasil”. Os principais fatores desse custo são a alta carga tributária da indústria de transformação; o custo da burocracia para pagar os tributos; o encarecimento decorrente de um sistema logístico deficiente, que não faz jus aos tributos arrecadados pelo Estado; os juros básicos e *spread* bancário; os altos encargos trabalhistas; a alta tarifa de energia elétrica (uma das maiores do mundo); e os incentivos inconstitucionais que favorecem o produto importado, concedidos em razão da guerra dos portos.

Analisando a variação do PIB brasileiro em 2011, do ponto de vista da demanda e da oferta, concluiu que a expansão do consumo no País foi absorvida pelas importações e que a participação da indústria no cálculo final caiu. Conforme os dados apresentados, a indústria de transformação, que em meados da década de 1980 chegou a representar 27% do PIB, correspondeu a 14,6% em 2011. E trata-se de um setor cujo crescimento é importante para o desenvolvimento econômico, pois é o segmento da economia que agrega mais valor por empregado, além de investir no desenvolvimento do capital humano e promover inovações tecnológicas.

A partir da análise de dados referentes à participação da indústria no PIB de diversos países, pontuou que os que têm a maior participação desse setor levaram menos tempo para dobrar a renda *per capita* nacional. Destacou que à medida que uma economia cresce, a renda *per capita* e os serviços tendem a crescer em uma proporção maior do que a indústria. No entanto, esse processo de desindustrialização vem ocorrendo precocemente no Brasil.

Disse que a expansão das classes A, B e C verificada no País deve continuar, aumentando fortemente a demanda de consumo nos próximos anos. Sendo assim, se a indústria nacional não tiver condi-

ções de atender a essa demanda, será necessário um aumento das importações, o que causará um impacto negativo na balança comercial.

Assim, encerrando sua apresentação, propôs algumas medidas emergenciais para retomada do desenvolvimento industrial, com destaque para medidas macroeconômicas e medidas para alçar o investimento produtivo e promotor do crescimento econômico. Nesse sentido, disse considerar positiva a discussão sobre as taxas de juros e ser necessária a desoneração integral de todos os tributos federais e estaduais do investimento destinado à produção.

2. Professor Demétrio Magnoli

O Professor Demétrio Magnoli focou sua exposição em alguns aspectos relevantes do panorama mundial atual: a crise do euro, a questão árabe e o recente fracasso da Cúpula das Américas em Cartagena.

Inicialmente, criticou o fato de se referirem à crise do Euro apenas como um fenômeno financeiro. Conforme explicou, apesar de o estopim ter sido a questão financeira, a crise acabou se revelando uma crise política, resultante das respostas que a Zona do Euro – em especial, a Alemanha – deu aos problemas. Caracterizadas por programas de austeridade com caráter deflacionário e recessivo, essas respostas são familiares à América Latina, que passou por uma série de medidas semelhantes nos anos 80. Apesar de recentemente, com a troca do comando do Banco Central Europeu, essa linha de atuação ter perdido um pouco de sua força, ela continua sendo a base da política econômica europeia.

Segundo o Professor, os países têm um limite para suportar esses programas. Se na América Latina essas medidas acabaram por levar à queda das ditaduras que as impuseram, no caso europeu, as democracias não devem suportá-las por muito tempo, deflagrando uma crise política. As sondagens eleitorais já vêm evidenciando essa questão. Como exemplo, citou o caso da Grécia, onde os dois grandes partidos (um de centro-esquerda e outro de centro-direita) têm, juntos, apenas 37% das intenções de voto. Os partidos extremistas têm, somados, a maioria dos votos. Devido ao mesmo fenômeno, os dois

principais candidatos franceses à presidência (Nicolas Sarkozy e François Hollande) mudaram seus discursos na época da campanha eleitoral, na tentativa de aproximar-se da fala dos partidos extremistas. Na Espanha, os programas de austeridade levaram a uma greve geral e a situação política é extremamente instável, mesmo depois da eleição de um novo governo (de Mariano Rajoy).

No Brasil, a reação à crise tem sido sintetizada pela expressão “tsunami monetário”. Segundo o palestrante, ao insistir em enfatizar esse fenômeno, o País adia a resolução de questões nacionais de competitividade e de produtividade. E as principais moedas não voltarão ao patamar de valorização de alguns anos atrás. A redução do valor do Euro e do Dólar refletem fundamentos da economia internacional ligados à produtividade, à eficiência e ao equilíbrio de mercado. Uma alternativa para o Brasil seria o protecionismo cambial e tarifário. No entanto, disse não achar uma medida interessante, além de não contar com o apoio da sociedade brasileira. Logo, é hora de analisar as causas estruturais dos problemas internos e procurar resolvê-las.

Afirmou ainda que, com a crise, o Brasil se voltou tanto para a União Europeia que deixou de lado a China. Sendo assim, continua-se falando deste País como se suas taxas de crescimento econômico da última década (cerca de 10% ao ano) fossem se manter nos próximos dez anos. Conforme relatou, durante muito tempo, especialmente no Governo Lula, foram criados mitos que nos impediram de olhar para mudanças estruturais que vinham ocorrendo na economia mundial: o mito da reconfiguração Sul-Sul, o mito de uma nova geografia comercial no mundo e a ideia de uma aliança estratégica entre Brasil e China. Enquanto isso, na realidade, a China acoplou-se aos núcleos da economia mundial – Estados Unidos e União Europeia – de tal maneira que permitiu o aumento acelerado do consumo na região entre 2000 e 2008, sem provocar inflação. Configurou, assim, uma parceria baseada na assimetria e na instabilidade, que culminou, em 2008, na crise de todo esse processo desenvolvido durante a “etapa chinesa da globalização”. Dessa forma, essa fase de grande crescimento chinês está se encerrando, pois a China não pode manter as bases desse mo-

delo econômico, que depende de condições externas como o consumo desenfreado nos EUA e na Europa.

Alem disso, as condições internas de manutenção do modelo econômico chinês também estão se erodindo. Com o envelhecimento da população, a mão de obra não está mais tão barata, os salários estão crescendo, tem havido greves e os salários estão aumentando. De acordo com o Professor Demétrio Magnoli, enquanto normalmente os países envelhecem depois de enriquecerem, a China vai envelhecer antes de ficar rica. O País encontra-se, portanto, em uma encruzilhada.

Nesse cenário, salientou que o interesse nacional brasileiro é semelhante ao interesse norte-americano: forçar a valorização do yuan para que a China se torne um grande polo de consumo. Isso significa dar direitos sociais, previdenciários e de propriedade à população chinesa. Dessa forma, enfatizou que o Brasil deve começar a pensar em estratégias nesse sentido.

A respeito das questões que permeiam o Oriente Médio, ressaltou que a chamada “Primavera Árabe” possui semelhanças e diferenças com relação ao movimento de queda dos regimes comunistas na Europa Oriental, em 1989. Assemelha-se ao processo de então pelo fato de as revoltas em um país terem desencadeado revoltas em outros países com uma história comum. Ademais, a população vai às ruas reivindicando as mesmas questões: liberdade, direitos políticos, democracia, governos responsáveis perante os cidadãos. Porém, no caso atual, não há um rumo definido a se seguir, como na Europa do leste, que já vislumbrava o caminho da União Europeia. No Mundo Árabe, cada país deve responder de maneira diferente.

Diante desse dilema, há duas possibilidades: o alastramento de regimes fundamentalistas islâmicos ou a reforma dos partidos políticos fundamentalistas. Citou como exemplo, o caso da Turquia, que tem no poder um partido democrático islâmico, resultante de uma longa transformação de um partido fundamentalista. Há possibilidade de o mesmo ocorrer em países como Egito, Líbia, Marrocos e Argélia.

Na opinião do Professor, o Brasil, mesmo que modestamente, seria uma voz a ser ouvida pelos países da região, pois é uma nação

emergente, democrática e pluralista do ponto de vista político. Contudo, a postura brasileira na política externa é de adesão aos piores e mais ditatoriais regimes do mundo. Para ilustrar, lembrou que o País chegou a se opor clara e frontalmente à intervenção internacional no conflito civil na Líbia, no momento em que a ação era uma solicitação da maior parte dos países árabes e em que a ONU votava uma resolução sobre a proteção de civis sob ameaça de genocídio.

No caso sírio, apesar de não se tratar de um caso de intervenção militar, o Brasil apoia quase integralmente o governo de Bashar al-Assad. Na Síria, existe um regime que representa as duas grandes minorias da população: os alauitas e os cristãos. Embora ditatorial, o modelo vigente transformou a ideia de laicidade do Estado em um escudo de proteção de minorias religiosas, contando com o apoio dessas minorias. Devido a essa configuração, o processo político sírio exige uma complexa negociação entre o governo e os grupos opositores, e só essa negociação ou uma intervenção internacional podem evitar um massacre. Sendo assim, ao se negar a criticar a violência do regime de Bashar al-Assad, o Brasil prejudica esse processo de acordo.

Encerrando a questão árabe, criticou ainda a postura brasileira com relação à política de sanções aplicada ao Regime iraniano, o que, do seu ponto de vista, revela uma incompreensão fundamental da divergência entre EUA e Israel quanto ao Irã. O palestrante afirmou que há real possibilidade de Israel, qualquer que seja seu governo, bombardear as instalações nucleares do Irã no momento em que o programa nuclear do País chegar a um ponto sem volta, por considerá-lo uma ameaça à existência do Estado judeu. Nesse cenário, os Estados Unidos de Barack Obama se contrapõem à política de ataque israelense com a política de sanções, na tentativa de levar o Irã à mesa de negociações. Ao se posicionar contra o ataque e contra a política de sanções, o Brasil atrapalha o único instrumento que pode produzir uma negociação efetiva (que parece ter se iniciado recentemente) entre o Irã e a comunidade internacional.

O último item debatido, as relações entre Estados Unidos, Cuba e América Latina, foi motivado pelo recente fracasso da Cúpula das Américas, em Cartagena. Para o palestrante, esse fracasso é resul-

tado de divergências com relação ao futuro de Cuba, cuja relevância atual é apenas simbólica, derivada do fato de a revolução cubana ter dado origem à esquerda latino-americana. No entanto, com o resultado da reunião, esse simbolismo acabou se transformando em importância geopolítica, uma vez que as discussões em torno do País podem ter motivado o fim da Conferência, que não deve voltar a ocorrer tão cedo. Nesse ponto, disse achar razoável a reivindicação e o questionamento de diversos pontos referentes a Cuba (a própria participação na Cúpula das Américas, o embargo econômico dos EUA e o fim da suspensão do País na Organização dos Estados Americanos – OEA), mas que, do ponto de vista da política externa brasileira, o fim da reunião não é nem um pouco interessante.

Assim, opinou que o Brasil, mais uma vez, em função de preconceitos ideológicos, agiu contra seu interesse nacional, que é manter esse foro multilateral de diálogo que inclui todos os países das Américas e afirmar-se como protagonista da América Latina. Ao invés disso, deixou nas mãos da Venezuela, da Argentina, do Equador e da Bolívia a decisão dos rumos da Cúpula.

Dando outro exemplo do preconceito ideológico brasileiro, lembrou que em uma mesma reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal foram aprovados dois requerimentos de recomendação aos EUA – um do fechamento de Guantánamo e outro de eliminação do embargo a Cuba – e rejeitado um requerimento de recomendação para que Cuba concedesse a seus cidadãos o direito de ir e vir. Trata-se de uma postura contrária à própria Constituição Federal.

Concluindo sua exposição, enfatizou que o Brasil deve olhar com atenção para a instabilidade política atual da Venezuela. Com um regime político que se encontra entre a democracia e a ditadura, o País vive um momento tenso, decorrente de uma eleição com resultados incertos e da doença de seu chefe de estado. Nesse cenário, há o risco de uma conflagração interna até o fim do ano. Diante dessa situação, defendeu uma manifestação do Brasil, por meio de um discurso que enfatize os valores democráticos e da pluralidade política. Na opinião do Professor, a falta de uma atitude nesse sentido, um apoio tácito ao

Governo venezuelano, seria ceder a outros países, com menos condições, o papel de apaziguador, caso um conflito venha a se deflagrar.

V – Questionamentos e Debates

- Considerações e questionamentos do Senador Eduardo Suplicy

O Senador abordou dois assuntos, propondo que os palestrantes fizessem suas considerações sobre os temas: medidas para o estímulo do crescimento e competitividade da indústria brasileira, com enfoque em sistemas de transferência de renda adotados pelos Estados Unidos e países da Europa; e o papel do Brasil perante o impasse entre Estados Unidos e Cuba.

Sobre o crescimento da indústria brasileira, observou que a exposição do Sr. José Ricardo Roriz Coelho reconhecia que o Governo Federal conseguiu, nos últimos dez anos, compatibilizar o crescimento econômico com melhor distribuição de renda, diminuição das desigualdades e avanços na erradicação da pobreza.

O programa governamental Brasil Maior, iniciado em 2011, promoverá, por fases, a desoneração da carga tributária, uma das necessidades apontas pelo expositor. Outras medidas para o estímulo da indústria são a autorização para preferência de produtos de origem nacional nas compras realizadas pelo Poder Público e a diminuição das taxas de juros e do *spread* bancário. Por fim, considerou que o Governo busca mecanismos efetivos para a que a taxa de câmbio favoreça as exportações.

Nesse ponto, pediu que o expositor citasse o ponto de vista da Fiesp sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 72/2012²⁷, que estava por ser votado.

27 O projeto, transformado na Resolução do Senado Federal nº 13/2012, unifica em 4% a alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior. A intenção foi acabar com a chamada “guerra dos portos”. A norma entra em vigor em 2013.

Falando sobre a competitividade da indústria nacional, considerou a necessidade de observar modelos de transferência de renda que acabam por estimular a produção industrial. Nos Estados Unidos, o Crédito Fiscal por Remuneração Recebida (*Earned Income Tax Credit*), vigente desde 1975 e expandido sobretudo durante os governos de Bill Clinton e de Barack Obama, faz com que trabalhadores que ganhem abaixo de determinado piso recebam parte de sua remuneração da empresa e a outra parte por meio dos impostos arrecadados dos contribuintes com melhor renda, o que gera, segundo o Senador, um sentido de equidade. Baseados na experiência americana, muitos países europeus passaram a adotar sistemas semelhantes.

Prosseguindo, o Senador defendeu que se faça algo semelhante no Brasil, já que o programa Bolsa Família não tem o mesmo poder de alcance de um modelo de “imposto de renda negativo”. Avaliou que um dos efeitos desse sistema seria o aumento da competitividade da economia brasileira, já que os custos com a remuneração de quem ganha menos é repartido entre as empresas e a própria sociedade.

O Senador passou, então, ao segundo tópico de sua intervenção. Iniciou lembrando a recente aprovação, pela Flórida, de uma lei que proíbe entes públicos do Estado de fazerem negócios acima de US\$ 1 milhão com empresas que tenham negócios em Cuba. A medida impactará diretamente a multinacional brasileira Odebrecht, que mantém negócios com o país caribenho e com o Estado norte-americano.

Reconhecendo a medida como um contrassenso, o parlamentar ponderou que, para além de pedir à Flórida a revisão da medida²⁸, o Governo brasileiro poderia atuar no sentido de sensibilizar o Governo cubano quanto à importância de uma maior abertura democrática na ilha. Isso porque medidas simbólicas como a permissão para que a jornalista Yoani Sánchez²⁹ visite o Brasil podem servir como sinal para que os Estados Unidos revejam o embargo contra Cuba.

28 Em abril de 2012, a presidenta Dilma Rousseff conversou com o presidente americano, Barack Obama, sobre a lei da Flórida. O ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, tratou do assunto com o secretário de Comércio dos Estados Unidos, John Bryson.

29 Jornalista cubana que ganhou notoriedade por criticar, por meio de seu blog, *Generación Y*, a situação social vivida em Cuba.

Por fim, lembrou que o Senado estava às vésperas de votar dois requerimentos importantes sobre a relação Estados Unidos/ Cuba³⁰ e pediu que o Sr. Demétrio Magnoli fizesse ponderações sobre o assunto.

- Considerações e questionamentos do Senador Fernando Collor

O primeiro assunto abordado pelo Senador foi a orientação brasileira quanto à sua política de relações externas. Num passado recente, a instabilidade vivida pelo Brasil nas relações com países vizinhos causava preocupação partilhada entre a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, o Governo brasileiro e aqueles que coordenam as relações externas do País. Citou vários exemplos.

Com a Argentina, o País enfrentou problemas no plano comercial e até uma certa disputa por um papel hegemônico no Cone Sul – papel esse que, conforme destacou o parlamentar, o Brasil nunca reivindicou. Com o Paraguai, os problemas giram em torno da usina hidrelétrica de Itaipu e da hostilidade aos “brasiguaios”³¹. Em relação à Bolívia, o País assistiu ao episódio da nacionalização da exploração dos negócios de gás e petróleo, que implicou na ocupação dos campos de produção da Petrobras sitiados em solo boliviano. O Equador reivindicou, em dado momento, uma área da floresta amazônica. No caso da Colômbia, o sucesso do governo em combater as Forças Armadas Revolucionárias (FARC) acabou trazendo guerrilheiros para a fronteira com o Brasil. Por fim, citou duas ques-

30 O Requerimento nº 114/2012, de autoria do Senador Eduardo Suplicy propõe que “sejam transmitidos ao Governo dos Estados Unidos da América o apelo e manifestação do Senado Federal, no sentido de que os Estados Unidos da América suspendam o bloqueio econômico e comercial a Cuba e libertem cidadãos cubanos que se encontram presos em seu território por motivos políticos”. Já o Requerimento nº 115/2012, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Pedro Simon, propõe que “sejam transmitidos ao Governo de Cuba o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que Cuba providencie o indulto geral aos apri- sionados por posicionamentos políticos ou de consciência e autorize todos os seus habitantes a poderem entrar e sair de seu país, mesmo aqueles que criticam o regime político estabelecido na ilha”.

31 Brasileiros que vivem na região fronteira entre Brasil e Paraguai. Na sua maioria, são agricultores e falantes de portugueses.

tões que envolvem a Venezuela: o ingresso do país no Mercosul e a disputa, com a Guiana, da região de Essequibo, marcada pelo tráfico de pessoas e de drogas.

Após vários debates, concluiu-se que o Brasil – que estava crescendo e tendo sucesso em sua política de inclusão social –, ao alcançar um novo patamar no dito “concerto das nações” pode ter criado, no inconsciente dos países do entorno, a ideia de um país imperialista; e que o Brasil não poderia posicionar-se no sentido de resolver seus problemas sem enxergar os problemas dos países vizinhos. Foi isso, analisou o Senador, que fez com que o Governo brasileiro não entendesse a encampação da Petrobras como uma provocação por parte da Bolívia. O resultado, concluiu ele, é que a diplomacia brasileira acertou ao evitar choques com outros países. Assim, no decorrer dos últimos cinco anos, verificou-se uma atenuação dos conflitos potenciais entre o Brasil e os demais países.

O segundo ponto abordado foi a postura intervencionista dos países ocidentais desenvolvidos – notadamente os Estados Unidos – em suas relações externas. Conforme recuperou, vivemos hoje em um mundo unipolar, em que os Estados Unidos – com capacidade militar e tecnológicas incomparáveis – se utilizam das Nações Unidas para intervir em países a título de prestar ajuda humanitária.

É o caso do Iraque e, mais recentemente, do Irã, acusados de deterem artefatos atômicos. No caso do Iraque, constatou-se não haver desenvolvimento de armas nucleares. Já no caso do Irã, destacou o Senador, ocorreram inúmeras visitas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) às instalações onde são realizadas pesquisas nucleares, sendo que nenhuma arma foi encontrada. Ele frisou que nenhum país pode ser privado de desenvolver tecnologia nuclear para fins pacíficos.

Na sequência, narrou o caso da Líbia que, após a queda do ditador Muamar Kadafi, encontra-se dividida em parte como reflexo da intervenção externa no processo de democratização do país. Ao invés de evitar um atentado aos direitos humanos, a intervenção ocidental resultou em domínio do território líbio por milícias, dotadas de armas

distribuídas aos rebeldes pelas grandes potências. Hoje, concluiu, a tendência é que o país seja dividido em três regiões.

Citando mais um exemplo, disse que nos fins da década de 70, o presidente norte-americano Jimmy Carter, em visita diplomática à China, questionou a aplicação, no território chinês, do direito de ir e vir. Em resposta, o então primeiro-ministro, Chu En-Lai, disse que a ação iria gerar um êxodo imediato de 100 milhões de chineses, muitos dos quais poderiam se dirigir à costa americana. Essa ameaça à estabilidade norte-americana fez com que o país recuasse em sua cobrança.

Isso mostra, retomou, que os Estados Unidos, em coro com outros países ocidentais, usualmente cobram a implementação dos direitos humanos em outros países. E, se necessário, intervêm em outras nações a título de ação humanitária. Situações como essas fazem ver, continuou, que os organismos constituídos no pós Segunda Guerra Mundial não mais combinam com a atual realidade das relações internacionais. Ainda assim, há notória resistência dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU em aceitarem mudanças quanto à entrada, nesse Conselho, de outros países.

A política externa brasileira, defendeu, vem se mantendo numa posição independente em relação às grandes potências, levando em consideração, inclusive, as moções votadas pela Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Citou como exemplos o posicionamento do Brasil perante o Conselho de Segurança da ONU nos casos da Líbia e da Síria.

No caso da Líbia, o Brasil apoiava o texto original da Resolução 1.973 das Nações Unidas, que criava uma zona de exclusão aérea sobre a Líbia visando proteger civis. Contudo, o texto foi modificado para incluir o direito de promoção de ações militares de caráter humanitário no território líbio. Essa inclusão fez com que o Brasil se abstinhasse de votar, dada a percepção de que essas ações militares poderiam agravar os conflitos no país. Já no caso da revolta síria, o Governo brasileiro tem sido, conforme o Senador, extremamente prudente, defendendo que se esgotem todas as possibilidades de diálogo para evitar um conflito em que seja necessário o uso de força bélica.

Passando à parte de questionamentos, o parlamentar abordou aspectos do panorama econômico brasileiro, dos resultados da última Cúpula das Américas e dos reflexos da crise financeira internacional.

Sobre a questão econômica brasileira, questionou, primeiramente, em que medida as ações protecionistas de outros países afetam, de fato, a indústria brasileira. Ocorre, de fato, um processo de desindustrialização no Brasil? Em que medida a falta de demanda, os altos custos, a baixa produtividade e o câmbio prejudicam a indústria? Lembrou, por fim, que muitas indústrias, ante a realidade de não poderem competir com produtos importados, estão deixando de produzir para se transformar em “casas de comércio” desses importados.

Sobre os resultados da 6ª Cúpula das Américas, que ocorreu em abril de 2012 na cidade de Cartagena das Índias, Colômbia, indagou-se, primeiramente, se a defesa do fim do embargo econômico norte-americano a Cuba não decorre de uma natural tendência de que os seres humanos apoiem o mais fraco. É hora de extinguir esse embargo? Fez referência à questão da Flórida – já explorada pelo Senador Eduardo Suplicy –, que decidiu limitar o investimento, naquele estado, de empresas que tenham negócios também com Cuba, prejudicando sobretudo a construtora brasileira Odebrecht.

Por fim, sobre a atual crise econômica internacional, e que afeta diretamente a economia brasileira, perguntou quais as possibilidades de que o País cresça neste momento. Falta ao Brasil maior produtividade, melhores condições de competir? A política de juros interfere diretamente no dito “custo Brasil”, repercutindo, também, na capacidade brasileira de exportar? Que cenário pode-se desenhar para um futuro próximo?

- Respostas e considerações do Sr. José Ricardo Roriz Coelho

O Sr. José Ricardo Roriz Coelho respondeu, primeiramente ao questionamento do Senador Eduardo Suplicy sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 72/2012, que procura acabar com a chamada “guerra dos portos”.

Primeiro, contextualizou que um novo processo por que passam muitos países desenvolvidos – oferta excedente de produtos em razão da diminuição da demanda dos mercados internos desses países – impacta diretamente os países em desenvolvimento. Na falta de mercado interno, esses países buscam exportar para países com demanda crescente. Esse é o caso do Brasil, em que se observa o aumento do poder de compra da população.

Ocorre, todavia, que alguns Estados, ao incentivarem a entrada dos exportados por meio da aplicação diferenciada do ICMS, acabam criando uma vantagem de preço que prejudica os produtores nacionais, gerando demissões. Segundo estudos da Fiesp, o País perdeu, nos últimos anos, cerca de 900 mil empregos em fábricas que deixaram de produzir para comprar produtos importados com incentivos. Assim, a Federação apoia a unificação do imposto interestadual, com a caracterização do que seja um produto industrializado. Essa caracterização evitará que produtos que chegam já finalizados ao País sejam considerados como tendo sido industrializados em solo brasileiro.

A segunda questão debatida pelo expositor, em resposta ao Senador Fernando Collor, foi sobre a existência de um processo de desindustrialização no Brasil. Para ele esse processo é um fato, já que o estudo da Fiesp aponta que até 2016, o Brasil poderá perder 1,5 milhão de empregos na indústria. A participação do setor industrial no Produto Interno Bruto (PIB) chegou a 30% quando que, em 2011, essa participação foi de pouco mais de 14%. Ele ponderou que é natural que, em função do aumento da renda nacional, o setor de serviços passe a ocupar uma fatia maior do PIB. Contudo, é notório que ainda é muito baixa a participação da indústria no PIB.

O palestrante passou a falar, na sequência, sobre fatores que podem levar a indústria nacional a ganhar competitividade e reverter o processo de desindustrialização. O primeiro ponto levantado é que a população brasileira possui renda para o consumo de bens industrializados, já que os salários têm subido acima dos índices de inflação e o País conta com políticas de distribuição de renda. Só que isso, por si só, não gera produtividade. Para aumentar a produtividade, elencou,

é preciso aumentar investimentos em maquinário e novas tecnologias. Mas ao produtor só interessa aumentar a produção se ele tiver perspectiva de melhorar suas vendas. No caso brasileiro, esse é um impasse, já que, no mercado interno, o produtor nacional sofre com quatro principais fatores: a concorrência dos produtos importados – que têm preço atrativo graças ao câmbio e, ainda, incentivos econômicos para a entrada no País; com o alto preço da energia elétrica – um dos maiores do mundo; com a alta carga tributária imputada à indústria – desproporcional em relação à participação desse setor no PIB nacional; e com, por último, o baixo investimento governamental em infraestrutura, o que gera um custo adicional no valor final dos produtos industrializados³².

Como reflexo, a indústria brasileira trabalha na ociosidade. Sem competitividade para exportar e assistindo as importações capturando o crescimento econômico, o nível de produtividade permanece estático. Esse é, nas palavras do expositor, “um nó que precisa ser desatado”. Um segundo reflexo virá por meio da inflação. Como o poder de compra da população cresce, a demanda por produtos industrializados pode acarretar um processo inflacionário caso a indústria não tenha condições de oferecer esses bens. Em sua análise, para que o País consiga viver períodos longos de baixa inflação, é premente que consiga ofertar produtos brasileiros em volume e qualidade competitivos.

Prosseguindo, cotejou indústria com outros setores da economia, reforçando o argumento de que é necessário mais investimento no setor industrial. O agronegócio, explicou, embora exporte muito, não tem capacidade de gerar o volume de empregos que o País precisa até 2025: 150 milhões. Os setores de óleo e gás já contam com um volume significativo de investimentos: R\$ 270 bilhões. O setor de serviços, embora seja responsável por boa parcela da inflação³³,

32 Conforme o palestrante, o investimento brasileiro em formação bruta de capital fixo (máquinas, equipamentos, construção, tecnologias e infraestrutura) é da ordem de 18%. A China investe 40%, a Índia 30% e a Coreia do Sul 26%. Esse baixo nível de investimento é um entrave à criação de novos empregos.

33 A relação entre serviços e inflação, explicou, deve-se ao rápido crescimento da demanda por serviços e a falta de pessoal e estrutura para atender a essa demanda. Isso faz com que o preço de quem oferta serviços aumente, o que contribui para o aumento da inflação.

está crescendo graças ao aumento de renda do brasileiro. O comércio encontra-se numa boa fase porque acaba utilizando o menor custo do produto importado para fazer frente aos produtos nacionais. Os maiores problemas, retomou, estão concentrados na indústria, que funciona como mola propulsora da economia como um todo. Isso porque, exemplificou, cada 1 dólar investido na indústria gera 2,2 dólares no restante da economia. Se a indústria não receber investimentos e estímulos para aumentar sua capacidade, o Brasil continuará a crescer pouco nos próximos anos, já que os setores de serviços e comércio, embora na sua melhor fase, não são capazes de impulsionar um crescimento significativo da economia.

Concluindo, explicou o posicionamento da Fiesp sobre a divisa entre políticas claramente protecionistas e aquelas voltadas ao estímulo de setores sensíveis da economia. Conforme ele, de fato é preciso que haja complementaridade entre produtos importados e aqueles produzidos no Brasil, o que gera competitividade e estímulo às exportações. Contudo, é preciso olhar com atenção para os países que ganham participação no comércio exterior graças a uma política agressiva, que se aproveita de mecanismos desleais – como baixos salários e desrespeito ao meio ambiente – para baratear seus custos de produção.

Sob esse prisma, proteger alguns segmentos industriais mais sensíveis, como os de tecnologia de ponta e aqueles que estão em sua fase embrionária, pode ser importante para que o Governo consiga fazer com que o investimento colocado nesses setores ganhe escala e consiga atingir o mercado internacional. Citou como exemplos as áreas de semicondutores, de nanotecnologia, de biotecnologia e de fônica.

- Respostas e considerações do Sr. Demétrio Magnoli

O expositor abordou três pontos em sua fala: o recente anti-americanismo da política externa brasileira, o programa de energia nuclear iraniano e suas implicações para os interesses do Brasil e, por fim, a necessidade de dar alcance prático ao princípio da prevalência dos direitos humanos no plano das relações internacionais.

Sobre o primeiro ponto, considerou preocupante que a política externa brasileira se utilize de alguns feitos do ex-governante estadunidense George Bush como “pretexto” para disseminar uma atual postura de antiamericanismo. Curiosamente, a política externa de Bush se tornou importante para o Brasil quando esse governo encerrou seu mandato. Um exemplo é a atual posição da política externa brasileira quanto ao fechamento da prisão de Guantánamo, Cuba. Na época em que ocorriam torturas nessa prisão, argumentou o expositor, o Congresso brasileiro não se posicionou por seu fechamento. Quando finalmente essas torturas cessaram, o Brasil passou a se manifestar pelo fechamento da prisão. Dados como esse merecem análises políticas, disse o palestrante, que arrematou: não se podem tomar as políticas de Bush como “escudo” para, por exemplo, explicar o apoio brasileiro a regimes violadores dos direitos humanos, como os do mundo árabe.

O segundo ponto externado, que diz respeito ao programa de energia nuclear iraniano, é que devemos compreender que o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) acarreta impactos políticos e econômicos positivos para os países signatários, incluindo a possibilidade de desenvolver tecnologias pacíficas e de ter relações comerciais e financeiras internacionais. Assim, ao defender a postura do Irã de se esquivar de inspeções amplas e irrestritas em seus projetos nucleares, o Brasil pode colocar em risco seu próprio interesse nacional de desenvolver o uso das tecnologias nucleares com fins pacíficos. O palestrante esclareceu que isso não representava uma acusação ao Irã, mas que uma defesa irrestrita do país relativiza, para o Brasil, seu compromisso com a Agência Internacional de Energia Atômica, que é o centro desse sistema garantidor do uso pacífico da energia nuclear.

Por último, o Sr. Demétrio exemplificou como a promoção dos direitos humanos, objetivo central da política externa brasileira – à frente inclusive da defesa da autodeterminação das nações –, passou a ser, na prática, letra morta. O Brasil saúda a capacidade de resistência de Cuba, alimentando o “discurso romântico” da resistência do fraco em relação ao forte. Isso não leva em conta o que está escrito em nossa Constituição: o desejo de que os cubanos tenham os mesmos direitos humanos que os brasileiros têm.

O argumento de que a dissidente cubana Yoani Sánchez seria financiada pela *Central Intelligence Agency* (CIA) foi tomado a sério pela Comissão de Relações Exteriores do Senado, a ponto de levar à derrota um requerimento que aprovaria uma manifestação de censura à política restritiva de direitos humanos do país caribenho. É esse argumento vergonhoso, lembrou, que foi lançado contra todos os dissidentes da extinta União Soviética, justificando perseguições. De outra forma, apoiá-lo corresponderia a acolher o argumento que justificou a prisão e tortura de muitos brasileiros, incluindo a atual Presidenta Dilma Roussef: o de que eram eles agentes do comunismo internacional. É esse mesmo argumento, indignou-se, que é discutido sem escândalo moral e que é base de uma maioria de votos na Comissão de Relações Exteriores. O gesto vai contra os valores que estão inscritos na própria Constituição brasileira, finalizou o palestrante.

Em aparte ao apontamento do Sr. Demétrio, o Senador Fernando Collor esclareceu que a questão da relação da Senhora Yoani nunca foi utilizada pela Comissão como fundamento para a tomada da decisão de adiar a votação do requerimento citado. Já o Senador Eduardo Suplicy explicou que a própria jornalista cubana esclareceu que quem traduz seus textos são civis que consideram importante o direito de que ela expresse suas críticas contra o regime cubano. Afirmou, ainda, que o posicionamento brasileiro quanto a esse caso deverá expressar o desejo de que se construa, em Cuba, um socialismo por meios democráticos.

Painel 2

I – Identificação

Assunto: Avaliação e prioridades da política externa brasileira. Acordos bilaterais, atuação em organizações internacionais; ingresso no Conselho de Segurança das Nações Unidas, parcerias e oportunidades (Europa, Estados Unidos, China e Américas).

Local: Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

II – Participantes

1. Embaixador Roberto Abdenur;
2. Embaixador Luiz Felipe Lampreia, ex-Ministro de Estado das Relações Exteriores;
3. Sr. Thomaz Zanotto, Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP; e
4. Professor Oliveiros da Silva Ferreira.

III – Introdução

Realizou-se, no dia 23 de abril de 2012, Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para tratar do assunto: “Avaliação e prioridades da política externa brasileira. Acordos bilaterais, atuação em organizações internacionais, ingresso no Conselho de Segurança das Nações Unidas, parcerias e oportunidades (Europa, Estados Unidos, China e Américas)”, dentro do ciclo de audiências públicas “Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)”.

Para proferir as palestras, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades: Embaixador Luiz Felipe Lampreia, ex-Minis-

tro de Estado das Relações Exteriores; Embaixador Roberto Abdenur; Sr. Thomaz Zanotto, Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP; e Professor Oliveiros da Silva Ferreira.

A reunião foi presidida pelo Senador Fernando Collor, estando presente a Senadora Ana Amélia.

IV – Relato das exposições dos palestrantes

1. Sr. Roberto Abdenur

Iniciando o debate, o palestrante diferenciou os conceitos de “poder” e “poderio”. Este último é o estoque estático de recursos com que conta um país: o território, os recursos naturais, a população, o tamanho de sua economia. O poder, por sua vez, refere-se ao poderio transladado em ações, em dinâmica de atuação no plano internacional, por conseguinte, é projeção dos países. Nos campos da diplomacia e da política externa, o interesse maior é pela análise do poder de cada país.

Trouxe também o conceito de “*persona*” de um país aplicado à análise das relações internacionais. Tal conceito representa mais do que sua identidade nacional, pois inclui também a maneira como se projeta e se posiciona perante as grandes questões e no seio das organizações internacionais. É algo que pode e deve mudar a cada nova fase da evolução interna e do contexto internacional.

O poder de um país é consequência, portanto, da maneira como ele evolui e da sua capacidade de se adequar às novas circunstâncias internacionais, de modo a projetar com o maior ímpeto possível sua influência sobre as questões da agenda internacional.

Em sua avaliação, o Brasil vem ganhando peso no cenário internacional, devido à maior capacidade de afirmação, agindo como verdadeiro ator global em diversos cenários. Porém, para que ganhe mais arrojo, **é necessário o reconhecimento interno do acentuado**

pluralismo da *persona* do País. Somos “sul”, mas em um mundo em que não cabe mais a ideia de “norte hostil”. Somos um país de renda média, emergente e com interesses diferentes dos das potências estabelecidas, mas reconhecemos a possibilidade de parcerias estratégicas com tais potências. Somos um dos BRICS, mas também possuímos interesses diferenciados dos de China, Índia, Rússia e África do Sul. Somos da América do Sul e voltados para o Atlântico, mas ainda os maiores parceiros da Ásia na América Latina. Somos G-20 na área financeira e outro G-20 no comércio internacional, mas o que o pretendemos é a reforma das instituições multilaterais, sem adotar posições anticapitalistas.

Dessa forma, há necessidade de o Brasil delinear sua *persona* no plano internacional. Frisou que, no mundo da globalização econômica e dos desafios globais, é preciso que o País abandone a ideia de confrontação entre ricos e pobres, com campeões ou líderes dos pobres. Afinal, seria contraditório a sexta maior economia do mundo agir como país pobre indignado e negligenciar a defesa dos interesses do sul à custa dos interesses em grandes mercados.

Quanto aos fatores da recente projeção internacional brasileira, indicou: democracia, sociedade civil vibrante, quadro institucional em positiva evolução, ambiente regulatório confiável, respeito a contratos, abertura da economia e retomada do dinamismo. Lembrou que, nos últimos 30 anos, o Brasil passou por diversas mudanças, alcançando o controle da inflação e a estabilidade macroeconômica; o controle da dívida, passando inclusive de devedor a a atual situação de credor internacional; a autossuficiência e a condição de exportador de petróleo; a valorização e militância pelos direitos humanos. Tudo isso favorece a imagem de confiabilidade e previsibilidade do País frente a terceiros.

Por fim, apontou que, na política externa brasileira, por vezes foram adotadas posturas ideológicas e partidárias prejudiciais aos interesses do País, em detrimento de políticas de Estado. Assim, houve, por exemplo, a pretensão de se liderar um Terceiro Mundo que já não existe mais, com base na suposta existência de continuadas contradições e confrontações entre ricos e pobres. Ademais, elementos de

voluntarismo, dispendo o Brasil como líder de um bloco de países sul-americanos, criaram resistências a nossa presença na região.

2. Sr. Oliveiros da Silva Ferreira

O Sr. Oliveiros da Silva Ferreira abordou a política externa brasileira por meio da perspectiva histórica.

Primeiramente, pontuou que o maior erro dos responsáveis pela condução da política exterior é confundir necessidades com virtudes – estas alegadas pelos Governos como estas supostamente existentes no Estado.

As necessidades do Estado consistem na tranquilidade das instituições internas e na segurança do território. A tranquilidade das instituições internas decorre da implantação de políticas voltadas para um tipo de desenvolvimento econômico que seja capaz de integrar as grandes massas e os benefícios da civilização industrial. O atendimento de tais necessidades permite que um Estado possa reclamar maior consideração da parte dos demais, aumentando sua projeção internacional. E a posição relativa de um Estado decorre sempre do que se chama “poder”.

Assim, sempre será função da capacidade do Estado garantir militarmente suas fronteiras e seus interesses além delas. Será também função da capacidade do Estado a projeção de poder nas diferentes áreas do mundo em que a tranquilidade seja indispensável para a manutenção da segurança nacional e para a realização de políticas de desenvolvimento por parte do governo.

Feitas essas considerações, o palestrante traçou uma análise da política externa de diferentes Governos brasileiros.

De acordo com o Sr. Oliveiros Ferreira, a bandeira das virtudes nacionais foi erguida por diversas vezes pelo Governo da Primeira República, mas a realidade mostrou-se alheia a elas. Esse foi o caso da insistência na igualdade dos Estados durante a Conferência de Haia e da reclamação de proeminente papel na Sociedade das Nações.

No período do Estado Novo, a Constituição então em vigor previa a possibilidade de acrescerem-se novos territórios, por incorporação ou por aquisição, conforme as regras do Direito Internacional. Trata-se de um espírito diferente do manifesto na Carta Magna de 1988, que prescreve a busca pela integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana.

A primeira manifestação do Brasil no sentido de afirmar-se diferentemente na comunidade internacional ocorreu no Governo Kubitschek, com a Operação Pan-americana e os Acordos de Roboré. Nesses acordos, houve a primeira evidência de que o Governo compreendera as reais necessidades do Estado, bem como as do capital que, tolhido pelas estruturas de uma sociedade ainda atrasada, necessitava de mercados externos para expandir-se. Entretanto, a reação das formas políticas, internas e externas, acabou por frustrar tais tentativas de arrancada para a afirmação brasileira no âmbito regional. Nesse período, o País passou a integrar os Estados a serviço da Organização das Nações Unidas – ONU, participando, em posição subordinada, das chamadas “Forças de Paz”.

Durante o período militar, com o Governo ainda refém de uma economia não modernamente desenvolvida em todo o território nacional, voltou-se a desejar que o Estado projetasse poder, mesmo que de maneira “associada”. Dessa forma, na presidência de Castello Branco, o Brasil participou da guerra em São Domingos (República Dominicana), integrando a Força Interamericana de Paz, com a finalidade de retirar a capacidade de apenas um único Estado – notadamente os Estados Unidos –intervir na América Latina.

Subscrevendo o Tratado de Tlatelolco, o qual autorizava as partes contratantes a empregar artefatos nucleares com fins pacíficos, e recusando-se a assinar o Tratado de Não Proliferação Nuclear, o Governo Costa e Silva pretendia desfazer-se das amarras que prendiam o País aos Estados Unidos. Era claro que os estadunidenses possuíam os mesmos interesses das demais grandes potências, interesses com as

quais o Brasil não deveria confundir os seus próprios. Entretanto, tal política nuclear, na opinião do palestrante, acabou mal compreendida.

O Governo do Presidente Médici foi lembrado por três gestos virtuosos: o mar das 200 milhas, sem que o País tivesse força naval capaz de garantir a execução dessa decisão que contrariou os Estados Unidos; o empréstimo à República Dominicana, dando a entender que o Brasil possuía interesse nas Antilhas; e a oferta de mediação no conflito Israel-Palestina, sem mesmo o Brasil tivesse condições de projetar poder sequer diplomático.

Virtudes e necessidades do Estado imiscuíram-se ainda mais no período Geisel, simbolizadas pelo poder militar e pela capacidade de projetar poder, ainda que econômico. Todavia, o orçamento continuou sendo aquém das necessidades de reequipamento e modernização das Forças Armadas regulares, e elas foram, definitivamente, afastadas do centro de poder. Destacou que, com a criação do Ministério da Defesa durante o Governo Cardoso, reduziu-se ainda mais a influência das Forças Armadas no Estado, deixando-as restritas ao cumprimento da missão de garantia da lei e da ordem.

Os Governos civis que se sucederam a partir de 1985, em sua opinião, foram todos virtuosos, ressaltando que o Presidente da República não tinha mais poderes extraordinários como ocorreu no período militar. Os poços destinados à exploração de artefatos nucleares foram fechados e o Tratado de Não Proliferação Nuclear foi assinado. No entanto, tais ações foram alvo de críticas, na medida em que o Brasil possuía a tecnologia para a construção dos poços e a assinatura do Tratado não foi capaz de fazer cessar as pressões da comunidade internacional para que o País abrisse totalmente as portas dos locais de enriquecimento de urânio.

Analisando o cenário atual, considerou que Brasil está indefeso contra penetrações, ainda que sutis, em seu território. Assim, citou a presença de organizações estrangeiras ditas não governamentais, que procuram aproveitar-se das riquezas vegetais e minerais existentes, especialmente na Amazônia. Mencionou a recente pressão que o País vem sofrendo por parte de certo chefe de Estado estrangeiro para que a

região amazônica seja declarada de interesse internacional. Ademais, disse considerar que a política indigenista adotada traz consequências negativas ao território nacional. Por fim, mencionou a cobiça de vários Estados aos recursos naturais brasileiros, como o aquífero do Centro-Oeste.

Outro tema em voga na política externa brasileira é o ingresso do País no Conselho de Segurança da ONU como membro permanente, sem que esteja claro se há ou não o direito a veto. Essa pretensão foi manifestada por diversos Governos ao longo do tempo, sendo uma virtude que responderia à necessidade de afirmação do Brasil nos foros internacionais. Foi o que aconteceu, por exemplo, em 1945, quando o País reivindicou tal ingresso após colaborar com a vitória aliada na II Guerra Mundial.

Hoje em dia o cenário é diferente, sendo necessário pensar em termos mundiais. Após o fenômeno da globalização, a política exterior praticada no passado não mais produz resultados e a comunidade internacional já percebe o Brasil como um Estado cuja opinião deve ser ouvida nas reuniões multilaterais. Sublinhou que essa nova percepção decorre da política do Itamaraty de privilegiar os foros multilaterais em detrimento dos bilaterais. Atuando dessa forma, apesar de o Brasil não ter poder para intervir ou projetar-se por sua conta e risco, pode ter sua capacidade de negociação reconhecida nesses foros. Assim, imperando a regra do consenso, caso não obtenha condições de fazer valer sua vontade, ao menos impede resoluções contrárias aos interesses nacionais.

Além disso, tenta-se difundir uma ideologia que afirma a redução da importância dos Estados na comunidade mundial após a globalização. Entretanto, essa redução de poder não é sentida por todos os Estados, especialmente por aqueles que podem, nas suas relações com terceiros, quaisquer que sejam os compromissos assumidos, tomar atitudes fundadas na soberania. De fato, aqueles que vêm sofrendo progressiva perda de soberania são os países situados ao sul geográfico, incapazes, ou proibidos, de manter seu poder nacional e de projetar poder.

Na análise do expositor, a ONU é quem mais sentiu os feitos da nova situação, uma vez que sua ação somente foi efetiva para manter a segurança internacional quando a ausência da União Soviética no Conselho de Segurança permitiu que se legalizasse a intervenção militar contra a Coreia do Norte. Várias foram as ações frustradas da ONU, dentre as quais mencionou: a incapacidade de resolver a crise entre Israel e os Estados árabes; a desconsideração por parte da União Soviética das condenações da Assembleia Geral devido às invasões na Hungria e na Tchecoslováquia; e as intervenções da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN – na Iugoslávia somente depois de referendadas pelo Conselho de Segurança. Também destacou a iniciativa do ex-presidente estadunidense, George W. Bush, de declarar a ONU incapaz de exercer seu poder de garantia da paz e da segurança internacionais e, por conseguinte, autorizar os Estados Unidos, na sua soberania, a intervir no Iraque. Isso tudo sem sofrer maiores consequências, mas apenas reações da “Velha Europa”.

Dessa forma, entende o professor que os Governos brasileiros que pleitearam e pleiteiam o ingresso do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança não analisaram os ganhos e perdas decorrentes da ascensão a um posto de relativa relevância. Antes de tudo, seria uma mudança de *status*, pois o Brasil passaria a representar a América Latina, concretizando o compromisso constitucional de integração econômica, política social e cultural dos povos com vistas à formação de uma comunidade latino-americana.

No entanto, é preciso verificar se essa mudança traria consigo mais vantagens ou desvantagens, uma vez que acarretaria aumento das responsabilidades do País perante a comunidade internacional. Dessa perspectiva, é indispensável saber se o Brasil teria condições de vencer os demais membros permanentes – especialmente os que hoje têm poder de veto – da conveniência de suas políticas que tendem a mudar a distribuição do poder no mundo, mesmo sem ainda ter capacidade de intervir e de projetar poder.

Nesse aumento de responsabilidades, pode-se pensar nas situações em que a ONU é convocada para restabelecer ou para buscar man-

ter a paz em regiões conflagradas, longe do território nacional. Historicamente, o Brasil tem sido solícito em atender as necessidades da organização internacional quando se trata de integrar missões de paz, mas pode ser chamado também a atuar em casos de imposição de paz, devendo prestar sua colaboração com força militar. Em uma situação como esta, pode vir a desempenhar o papel de Sipaios da globalização sem retirar os dividendos esperados.

Outro ponto do cenário internacional a ser analisado são os riscos do sistema financeiro decorrentes da globalização. A existência de enormes fundos de investimentos que movimentam bilhões diariamente e a dificuldade de identificação de seus proprietários podem acarretar prejuízo à soberania dos Estados. No entanto, os países do Norte, mesmo com a perda de importância dos Estados em geral, sabem defender sua soberania. É em nome dela que tomam decisões que afetam o Brasil e o obrigam a adotar políticas que poderão, um dia, ser contestadas na Organização Mundial do Comércio – OMC.

Por fim, o palestrante abordou a questão do Brics, grupo composto por Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul. Pertencer a esse novo grupo apenas aumenta o chamado “*soft power*” do País, o qual confronta não apenas o indiscutível e forte *soft power* dos Estados Unidos e da Europa, mas também o da Rússia, da Índia e da China. Ressaltou que esses três últimos possuem interesses nacionais próprios, muitas vezes não coincidentes com os do Brasil. Da perspectiva geopolítica, chamou atenção para o novo quadro que se estrutura na Ásia, que pode levar a uma alteração do *status quo* euro-asiático.

Em conclusão, disse que a expectativa do acréscimo do *soft power* pode alimentar a vaidade dos que praticam políticas virtuosas. Alertou que a globalização – que vem fazendo do Brasil uma *global trader* e província de acúmulo dos rendimentos do capital financeiro mundial – coloca o País em situação difícil: por não possuir capacidade de intervir e de projetar poder, caso haja uma crise global, poderá ter seu desenvolvimento econômico prejudicado, arriscando a tranquilidade das instituições.

3. Sr. Thomaz Zanotto

O palestrante abordou o tema do comércio exterior e expressou o posicionamento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp – nas políticas brasileiras adotadas nos últimos oito anos.

Iniciou sua exposição explicando que as questões de comércio exterior estão cada vez mais ligadas à política externa, sobretudo desde 2001, quando três fatos importantes ocorreram: o atentado terrorista às Torres Gêmeas, o acesso da China à OMC e o lançamento do Ciclo de Negociações Multilaterais de Doha.

A primeira ocorrência fez com que os Estados Unidos, imediatamente, desviassem o foco de sua política externa para a chamada “guerra ao terror” retirando a atenção antes dedicada à América Latina.

No extremo oriente, o acesso da China à OMC catalisou um processo de inclusão social de quase 300 milhões de pessoas, que saíram da subsistência agrícola e migraram para as cidades para serem empregados fabris. A China, então, passou a investir maciçamente na criação de um setor industrial e de infraestrutura. Como exemplo, lembrou que em aproximadamente vinte anos, a capacidade de produção de aço da China aumentou em 23 vezes, sendo, atualmente, dezessete vezes maior que a brasileira.

O lançamento das negociações externas na Rodada Doha surgiu em decorrência da reação da diplomacia norte-americana ao ataque às Torres Gêmeas, quando os EUA deixaram de privilegiar foros multilaterais. Contrapondo-se a tal posicionamento, o Brasil, à época, apoiou as negociações em órgãos multilaterais. Havia o entendimento, inclusive da Fiesp, de que determinados assuntos que interessavam muito ao Brasil não deveriam ser tratados em foros bilaterais, como é o caso dos subsídios aos produtos agrícolas americanos e as questões de regras nos acessos a mercados europeus.

Durante o primeiro Governo Lula, internamente, foram adotadas políticas para a manutenção da estabilidade financeira baseadas, principalmente, no câmbio flexível, na política fiscal sóbria e no controle da inflação. Além disso, adotaram-se políticas de redistribuição

de renda, resultando em um processo de integração de cerca de 30 milhões de pessoas ao mercado de consumo. Sendo à época o Brasil uma economia mais aberta, com o aumento das importações, o consumo pôde crescer em ritmo superior ao da produção interna, sem pressionar a inflação. Por outro lado, as exportações de *commodities* mantiveram a balança comercial equilibrada, inclusive com o País acumulando seguidos superávits e reservas internacionais.

Entretanto, falando especificamente sobre política exterior, criticou o Governo de então por manter diversos interlocutores além do próprio Itamaraty. Ademais, políticas de Estado foram imiscuídas com políticas partidárias, como no episódio da decretação da China como economia de mercado em 2004. Até hoje a China não é uma economia de mercado e essa decretação apresentou uma série de consequências técnicas, por exemplo, na aplicação dos chamados *trade damages*, os instrumentos de defesa comercial. Por conta disso, atualmente, apesar de o Brasil reconhecer oficialmente a China como economia de mercado, os órgãos que analisam os casos de *antidumping* ainda não internalizaram as regras do decreto. Desse modo, há diversos pontos de atrito com os chineses que poderiam ter sido evitados se tal reconhecimento tivesse sido postergado.

No segundo mandato do Presidente Lula, a política ganhou tons mais pragmáticos, além de passar a ser centralizada no Ministério das Relações Exteriores, na figura de seu Chanceler.

Em 2008, a Rodada de Doha foi paralisada devido aos impactos sofridos pela crise iniciada nos países do G7 no ano anterior, e o Brasil ficou praticamente sem acordos comerciais. Ainda, após a crise do banco norte-americano Lehman Brothers, diversos países passaram a dar importância central à questão de investimentos e geração de empregos. Em consequência, hoje em dia vê-se uma corrida por acordos comerciais: os Estados Unidos, por exemplo, fazem parte da *Trans-Pacific Partnership* – TPP, possuindo acordos com países da Ásia e América do Sul; e a União Europeia firmou acordo com a Índia. Dessa forma, expressou que a Fiesp tem como fundamental para o Brasil a retomada dos acordos comerciais, sobretudo com a União Europeia e com os Estados Unidos, uma vez que esses são os principais mercados mundiais.

O palestrante também lembrou a importante iniciativa, no período Lula, de aproximação com a África, pois acredita que esse continente é uma próxima fronteira para investimentos brasileiros, principalmente em agronegócio.

Quanto ao mandato da Presidenta Rousseff, destacou as relações com China e Estados Unidos.

Disse que, com o passar dos anos, o governo brasileiro entendeu que a China não compartilhava a mesma ideia do que seria uma parceria estratégica entre os dois países. Atualmente, o Brasil não concorda com o ponto de vista chinês de que a complementaridade está em comprar *commodities* brasileiras e vender produtos industrializados.

Em relação aos Estados Unidos, há um esforço da atual Presidenta em retomar o relacionamento com o país norte-americano. A posição da Fiesp é de apoio à iniciativa, uma vez que há a percepção de um grande potencial econômico na integração dos países do continente devido à autossuficiência em energia, à grande disponibilidade de água e ao bônus demográfico de populações jovens.

Também destacou o programa brasileiro “Ciência sem Fronteiras”, com foco em inovação, em ciência e tecnologia, promovendo parcerias realmente estratégicas.

Finalizando, elogiou o corpo diplomático nacional, mas lembrou que esse é apenas um exército cuja missão é implementar políticas que devem ser definidas pela sociedade brasileira.

4. Sr. Luiz Felipe Lampreia

Em sua exposição, o palestrante optou por acrescentar à discussão pontos que considera centrais e que são focos importantes da inserção internacional do País.

No primeiro ponto, tratou da questão do nosso relacionamento com a América Latina e, particularmente, com a América do Sul – palco histórico e vizinhança imutável.

Até alguns anos, o Brasil repetia o discurso de ser o líder da região. Entretanto, salvo situações históricas passadas, autoritárias, proclamar-se líder não se mostrou a forma mais adequada de conduzir relações. Tal atitude pode ser considerada pretenciosa e provocar reações alérgicas nos demais países, levando a um efeito oposto ao desejado. Liderança deve ser adquirida e não proclamada.

De toda forma, o Brasil, no passado, mantinha um relacionamento diplomático e político muito bom com os países da América do Sul. Porém, a crescente presença de empresas brasileiras em setores vitais e às vezes politicamente sensíveis, como petróleo, mineração e construção de rodovias, resultou no surgimento de interesses contrariados.

Em sua opinião, o conflito de interesses provoca dilemas ao Governo, que nem sempre os trata de forma adequada, como o caso da nacionalização da Petrobras na Bolívia – episódio que classificou como constrangedor. No entanto, pontuou que houve aprendizado por parte do Brasil no tratamento dessas questões. Quando da abusiva ameaça equatoriana a uma empresa brasileira, por exemplo, houve uma reação suave, mas firme, do Governo brasileiro, o que acabou gerando um efeito positivo.

Dessa forma, expressou a necessidade de se aprender a ter uma relação firme, mas não prepotente; uma relação positiva, mas não arbitrária, com os nossos vizinhos. Deve-se, ao máximo, evitar intervenções que levem a grandes e demorados problemas históricos. Nesse ínterim, lembrou que o Brasil é o único país da América do Sul que não possui conflitos territoriais, sendo uma vantagem muito significativa, que não deve ser perdida por questões de natureza econômica. Ressaltou, contudo, que o País não deve adotar um comportamento leniente permanentemente, tendo em vista também ser tarefa fundamental da diplomacia proteger os interesses dos nacionais e das empresas nacionais, sempre que estes estejam dentro da legalidade e de acordo com os procedimentos previstos pelos países em que se encontram.

Por fim, afirmou que o Mercosul encontra-se muito aquém do desejado no começo da década de 90, e recentemente, ainda sofre com

as atitudes violadoras dos compromissos internacionais por parte da Argentina.

Seguindo para o segundo tema, teceu considerações acerca do pleito brasileiro em prol da obtenção de uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU. Do ponto de vista internacional, o Brasil possui credenciais que o identificam como membro leal das Nações Unidas, como um país que prestou serviços internacionais ao longo de muitas décadas, que tem um compromisso forte com o multilateralismo e que não possui conflito com nenhum outro país. Dessa forma, há legitimidade na aspiração brasileira de pertencer ao Conselho de Segurança e o País é, provavelmente, o que mais terá facilidade em ser admitido. Entretanto, é preciso esperar que os Estados-membros permanentes abram campanha de reforma do Conselho em questão, pois, de outra sorte, não haverá consenso mundial, tampouco eleição majoritária na assembleia que faça o Conselho mudar.

Quanto à questão dos Brics, disse tratar-se de um rótulo extremamente favorável ao Brasil, sendo a primeira vez em que nosso País foi incluído num rol de países de peso. Destacou que esse grupo de Estados não constitui uma coalizão de poder internacional ou mesmo um agente de poder internacional que fará com que o Brasil tenha, junto com China, Índia, África do Sul e Rússia, o poder de mudar o mundo. Ainda, tais países não possuem agendas e prioridades comparáveis, e não pretendem delegar ou subordinar sua política externa a um denominador comum que inclua os Brics. Em sua opinião, os Brics são uma excelente plataforma de inserção internacional do país e um instrumento de *soft power* de valor muito grande.

No quarto ponto, discutiu o restabelecimento da normalidade de relações com os Estados Unidos. Em sua opinião, essa recente atitude brasileira é muito positiva, pois a aproximação não tem o caráter de subordinação ou de alinhamento sistemático – e negativo – à posição norte-americana. Deve-se considerar que os Estados Unidos não são uma ameaça ao Brasil e vice-versa. Ademais, são a maior economia do mundo e suas Forças Armadas são sem igual. Assim, é imperioso manter um bom diálogo e entendimento com aquele o País.

Comentou que os Estados Unidos reconhecem o Brasil como um Estado muito importante na região, destacando-se cada vez mais em assuntos como finanças, meio ambiente e comércio. Porém, ainda não reconhecem totalmente nossas credenciais diplomáticas em nível internacional. Para o palestrante, deveríamos ter o mesmo nível de diálogo que a Índia possui com o país norte-americano, além de buscar a inclusão em esferas de discussão internacional, como é o caso do diálogo entre o Irã e os membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU mais a Alemanha.

No quinto ponto, discorreu acerca da questão do *status* de potência emergente. Em sua opinião, há motivos para orgulhar-se desse *status*, nunca antes alcançado. De fato, o Brasil vive seu melhor momento em termos financeiros e econômicos e, ainda que não tenha alcançado altos padrões de renda, é um país de muito peso em todas as vertentes da atividade econômica. Portanto, o Brasil pode e deve ser considerado um país com voz crescente e crescentemente respeitada no cenário internacional. Mas esse *status*, por não ser autoconferido, implica um comportamento dentro de certo padrão, o qual não pode sofrer desvios, aberrações. Assim, criticou o episódio, ocorrido no segundo Governo Lula, no qual, em uma viagem de passagem ao Oriente Médio, o nosso então Presidente da República se ofereceu para mediar conflitos entre Israel e os palestinos.

Finalmente, abordou o tema das negociações sobre acordos comerciais. Afirmou ser lamentável que o Brasil tenha acordos comerciais com apenas três países pouco expressivos no comércio internacional, enquanto o mundo assiste a fortes movimentações para a realização de acordos. Assim, por exemplo, veem-se os acordos entre países da Ásia e entre Ásia e Pacífico, acordos entre Estados Unidos e Coreia, além dos esforços para acordo futuro entre China e Japão. Destacou a relevância do tema, pois se trata da integração de cadeias produtivas muito amplas e, conseqüentemente, da expansão de fronteiras econômicas. Se a lógica de toda atividade econômica internacional passa por uma expansão de fronteiras, o Brasil não deveria ficar alheio a esse processo (atualmente não há perspectiva de acordos des-

se gênero para o País), sob o risco de sofrer consequências negativas no futuro.

V – Questionamentos e Debates

- Questão da Senadora Ana Amélia

Primeiramente, a Senadora questionou se não seria mais interessante ao Brasil procurar maior inserção e protagonismo em outros organismos multilaterais, como a OMC, ao invés de continuar investindo no antigo objetivo de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Após, lembrou a importância das relações econômicas com os países da América do Sul, tendo em vista a recente perda de dinamidade do mercado europeu e questionou se a prioridade dada pelo Brasil a iniciativas essencialmente políticas, como a União de Nações Sul-Americanas – Unasul – e a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos – Celac – não acaba por afetar negativamente o Mercosul.

- Resposta do Chanceler Luiz Felipe Lampreia

Em relação ao primeiro tema, disse que o Brasil deve almejar fazer parte do Conselho de Segurança por questões estratégicas e não em razão da agenda, a qual não trata de temas de interesse central para o Estado brasileiro.

Fazendo considerações acerca do Mercosul, disse estar estagnado e refém do protecionismo argentino, dificultando que o Brasil faça acordos internacionais. As negociações que se fizerem versarão sobre união aduaneira, e a Argentina possui restrições em praticamente tudo. Acredita, no entanto, que esse Mercado Comum não deve ser abolido.

Por fim, quanto às iniciativas políticas na América Latina, seu ponto de vista é o de que a criação de organismos, preferencialmente

sem os EUA, foi um avanço para a América Latina, ainda que não venha trazer grandes proveitos para o Brasil. Especificamente em relação aos vizinhos do Brasil na América do Sul, destacou situações que não devemos aceitar como norma política. A primeira, deixar que fatos aconteçam para depois, então, tentar reagir. Em sua opinião, o Brasil foi leniente em casos na Bolívia e na Argentina. O Brasil deve ser firme para que seu peso e prestígio sejam respeitados, sem mesmo precisar recorrer às Forças Armadas. A segunda, deixar que interesses das empresas brasileiras no exterior sejam prejudicados e assumir posições favoráveis a outros países.

- Questão da Senadora Ana Amélia

Direcionando-se Embaixador Roberto Abdenur, perguntou se a partidização nas relações diplomáticas reflete na área comercial ou na busca de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Após, quis saber se o palestrante considerava falido o modelo da União Europeia, e, em caso afirmativo, qual seria a saída. Além disso, questionou se a crise vivida atualmente pela União Europeia poderia afetar o desempenho da economia brasileira ainda mais do que a crise americana iniciada há dois anos.

- Resposta do Embaixador Roberto Abdenur

Em seu ponto de vista, a campanha feita no Governo Lula em prol do assento permanente no Conselho de Segurança da ONU não foi excessiva. Considerou que alcançar esse objetivo seria a culminação de um processo de ascensão do País no plano internacional, bem como fator de segurança para o Brasil, que se preocupa validamente com questões como a Amazônia e o pré-sal. Ademais, a participação em um órgão decisivo para a paz e a segurança internacionais permitiria ao Brasil influenciar na resolução dessas questões. Além disso, indiretamente, reforçaria a participação do Brasil em outros organismos internacionais. Disse considerar pretexto a alegação dos Estados Unidos de não apoiarem esse pleito brasileiro por temer criar mal-estar com o México e com a Argentina, tendo em vista que os norte-

-americanos apoiaram a Índia, independentemente da oposição do Paquistão. Entretanto, disse acreditar que o Brasil se destaca justamente pelo *soft power* que possui e pelo fato de estar longe das zonas de tensão no plano internacional – grande parte resultado de cem anos de boa diplomacia. Em sua opinião, a nação brasileira é o principal fator de criação de um ambiente de paz na região da América do Sul.

Quanto à partidarização nas relações diplomáticas, afirmou ter notado que alguns assuntos serem conduzidos de forma mais ideológica do que pragmática durante o Governo Lula. Citou, como exemplo, a criação da Área de Livre Comércio das Américas – Alca –, demonizada e apresentada como fator de destruição da economia e da indústria brasileira, desconsiderando que na realidade mostrou ser a China a grande ameaça. Apontou que atualmente o Governo brasileiro reconhece a importância de dinamizar a relação com os EUA e de recuperar o mercado no qual o Brasil perdeu presença. Ressaltou que o Itamaraty e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, com esse objetivo, vêm desenvolvendo trabalho de produção comercial, com apoio da Fiesp e de outras entidades.

Sobre a União Europeia, manifestou-se crer na sobrevivência à crise e, ainda, a solução desta aprofundará e aperfeiçoará o processo de integração entre os países. Acrescentou que a atual recessão na Europa afeta o Brasil, visto ser a União Europeia o principal parceiro comercial do País, mas, em seu entendimento, em menor proporção que a crise de 2008 – esta, durante certo tempo, abalou o próprio sistema financeiro e a circulação de crédito internacionais.

- Questão da Senadora Ana Amélia

Quanto ao Mercosul a Senadora indagou sobre: a sobrevivência ou não do bloco frente as dificuldades atuais, o posicionamento da Fiesp quanto ao tema da entrada da Venezuela e a possibilidade de a atual crise europeia afastar um acordo em relação ao agronegócio entre Brasil-Mercosul e União Europeia.

- Resposta do Sr. Thomas Zanotto

Quanto ao primeiro questionamento, disse não acreditar na possibilidade de retorno com relação ao Mercosul, vislumbrando a busca por maior integração logística, comercial e de infraestrutura. Destacou a possibilidade de a produção brasileira ser escoada pelo porto do Chile, de águas profundas, em navios de até 600 mil toneladas, o que permitiria queda nos preços e tornaria o agronegócio brasileiro competitivo.

Quanto aos acordos envolvendo os países próximos ao Brasil, comentou que, com os países menores, acredita que o Brasil não deve mostrar força e, sim, agir com o cuidado que tem tido – haja vista os acordos com a Bolívia, o Paraguai e o Equador –, pois, afinal, são e serão sempre vizinhos. Ressaltou que o Brasil tem fortes interesses comerciais com a Venezuela, com quem tem tido grandes saltos comerciais. Em sua opinião, o Brasil exerce influência positiva em outros países da América Latina.

A Fiesp considera fundamental a integração da Colômbia, do Peru, do Chile e da Argentina. Lamentou que a presidente Kirchner, ao contrário do esperado após sua eleição, não está corrigindo alguns problemas graves da economia argentina, como a questão da energia fortemente subsidiada, o que coloca o país platino em situação cada vez mais difícil. Entretanto, ressaltou que a Argentina potencializa a força brasileira nas negociações do agronegócio.

Adentrando no tema do agronegócio, falou que a crise tornou os acordos comerciais mais difíceis, pois setores normalmente defensivos ou neutros passaram a agir de modo mais defensivo. Porém, a Fiesp entende que ainda há possibilidade de acordo com a União Europeia, que deve envolver maior acesso aos mercados europeus por parte dos produtos do agronegócio brasileiro. O maior óbice à entrada de bens agrícolas brasileiros na Europa era a França, que passava por eleições, mas há outras dificuldades, como cronogramas de desgravação, listas de exceção e regras de origem. Como exemplo, lembrou que o setor têxtil brasileiro não aceita a etiqueta *made in Italy* em uma calça produzida na China com *design* italiano, alegando que os

italianos, por meio desse estratagema, revendem o produto com lucratividade muito maior. No entanto, ressaltou que tais problemas podem ser superados. Disse que, diferentemente do que ocorria antes da crise, há cinco ou seis anos, o mercado brasileiro é um dos mais atrativos do mundo e que, ainda que não se tenha resultados no curto prazo, existe interesse de ambas as partes. Por fim, destacou que os países nórdicos, a Alemanha, o Leste Europeu e a Inglaterra são muito favoráveis ao acordo.

- Resposta do Chanceler Luiz Felipe Lampreia

Quanto à questão dos acordos comerciais, comentou sobre as tratativas que envolviam a Alca ao final do Governo de Fernando Henrique Cardoso, quando as negociações eram muito difíceis. Os EUA, apesar do interesse em negociar com o Brasil, tinham, e ainda têm, uma política altamente protecionista em termos agrícolas. O Brasil, por sua vez, apesar da impressão difundida à época que queria a Alca a qualquer preço, não aceitaria um acordo que fosse uma alienação econômica do País. Hoje, em sua opinião, os EUA não têm interesse em negociar com o Brasil. O palestrante também disse não ver perspectiva de acordo com a União Europeia, pois há quinze anos tal acordo esbarra em um sólido protecionismo europeu. Todos os países desenvolvidos, segundo ele, protegem fortemente sua agricultura, embora esse setor seja cada vez menos relevante em termos de emprego, força de trabalho e formação de preços para o consumidor.

Mostrou-se cético em relação a acordos com a África do Sul, a Índia, a China ou a Coreia e lembrou que, com a África do Sul, há pelo menos doze anos tenta-se um acordo e, com a Índia, o atual é meramente simbólico.

- Questão da Senadora Ana Amélia

Ao Professor solicitou que expressasse sua opinião acerca do futuro do Brics, uma vez que o bloco é composto por países que buscam o crescimento, mas que possuem culturas e interesses estratégicos diferentes. Perguntou se o palestrante concorda com a previsão do

Instituto de Negócios Alemão (IW) de que, em poucos anos, as economias do Brasil, da Rússia, da Índia e da China superarão a dos Estados Unidos e a dos 27 países que integram a União Europeia.

- Resposta do Professor Oliveiros da Silva Ferreira

Raízes culturais diferentes, distância entre eles e interesses estratégicos específicos, todas são questões que devem ser avaliadas e que tornam incerto o futuro do Brics. A Rússia tem tentado fortalecer sua influência política e estratégica na Europa; a China, aumentar seu poder naval; a Índia experimentou recentemente um foguete intercontinental capaz de conduzir carga nuclear. O único interesse dos integrantes do Brics pelo Brasil são os investimentos que podem fazer em nosso território, alegou.

Quanto à previsão feita pelo Instituto de Negócios Alemão (IW), no seu entender, não possui significado prático, pois, mesmo que a soma da economia dos países integrantes do Brics seja superior à dos EUA e à dos países da União Europeia, cada um deles defenderá sua própria política. Ressaltou que, na última reunião do Bloco, não foi criado o Banco dos Brics em virtude da falta de consenso acerca de quem seria o presidente e qual moeda seria adotada.

- Questão do Senador Collor

O Senador solicitou ao Professor comentar sobre tema Brasil-Argentina-Mercosul.

- Resposta do Professor Oliveiros da Silva Ferreira

O palestrante manifestou sua discordância quanto à forma de como é conduzida a política brasileira em relação aos países do Mercosul. Considerou grave a postura de fazer concessões, que, segundo ele, são pautadas pelo fato de o Brasil ser um Estado mais forte do que os demais e ser considerado imperialista. Em sua opinião, outros países poderão se aproveitar da complacência que o Brasil demonstrou nas negociações com o Uruguai, com o Paraguai e com a Argen-

tina. Inexistem garantias de que a Argentina respeitará os acordos internacionais com o Brasil, visto não tê-lo feito há pouco tempo no caso *Repsol*. Acrescentou haver o risco de rompimento argentino com União Europeia e Espanha. Salientou que o Brasil deve manter sua força e defender seus interesses.

- Questão do Senador Collor

Supondo que cada um dos palestrantes estivesse hoje no comando da política externa brasileira, indagou quais metas prioritárias estabeleceriam para o Brasil se tornar um *Global Player*, isto é, além de potência comercial, ser nação líder, capaz de buscar consensos e objetivos comuns.

- Resposta do Embaixador Roberto Abdenur

Discordou da ideia de criar prioridades, que pode, indevidamente, excluir ou hierarquizar temas, uma vez que o cenário internacional está sempre mudando, e, em consequência, também as pautas da política externa brasileira, que deve continuar no caminho de universalização no sentido geográfico. Citou especificamente a África, continente no qual o Brasil, juntamente com os EUA, é o único país que tem verdadeiramente uma política pró-ativa.

- Resposta do Professor Oliveiros da Silva Ferreira

Disse que a política externa do país envolve, de um lado, a atuação dos diplomatas, responsáveis pela visão de Estado, e, de outro, a possibilidade do respaldo dado pelos generais, vale dizer, a nação deve poder usar a força para manter a paz e defender seus interesses, se necessário for.

Ressaltou que política externa é função privilegiada do Presidente da República, assessorado pelo chanceler. Salientou que, no tocante à América do Sul, o Brasil não pode deixar de abordar a ques-

tão do narcotráfico e do contrabando de armas, que são questões de Estado, e não mais de segurança. O Brasil possui dez vizinhos e tem condições de cuidar dos problemas que vão surgindo, que não afetam a segurança da nação. Preocupou-se, entretanto, com a segurança nas fronteiras e a segurança interna das instituições. Citou a propaganda que o presidente Hugo Chavez faz nas universidades a favor de uma política que não condiz com os interesses brasileiros. O Brasil precisa ter condições de neutralizá-la.

Rebateu a ideia de haver um imperialismo americano, pois acredita que o imperialismo existente no mundo é o do capital. Os investimentos estrangeiros no Brasil, americanos ou não, são importantes para o país buscar o desenvolvimento autônomo.

Afirmou que o jogo geopolítico na Europa com relação à Rússia, talvez exija, no futuro, que o Brasil seja solidário como aconteceu em 1942, na Segunda Grande Guerra.

- Resposta do Sr. Thomas Zanotto

Em sua opinião, a aproximação com a África é muito importante, pois o Brasil tem interesse em prestar serviços, vender serviços de engenharia e, talvez, ampliar a presença no setor de agronegócio nesse continente, onde possui enorme *soft power*.

Acredita também que o Brasil deve intensificar a parceria – em sua opinião, estratégica – com a América Latina, especialmente com a América do Sul, que traz mais ônus que bônus. Defendeu a reaproximação com os Estados Unidos, que passam por um momento de insegurança, no qual se fala muito em declínio americano, ocasião ideal para que se nivele a relação do Brasil com esse país. Quanto à China, disse que este país está mais interessado em seu próprio entorno e os Estados Unidos, sendo que suas relações com o Brasil circunscrevem-se majoritariamente a trocas comerciais e de investimentos.

Ao final, salientou que a política externa brasileira deve, antes de tudo, se abster de ideias partidárias, defender os interesses do Brasil, bem como respeitar direitos humanos e ideais democráticos.

- Resposta do Chanceler Luiz Felipe Lampreia

Disse que a política externa brasileira deve considerar não só o fato de que atualmente os EUA não são tão dominantes como eram no passado, mas também o de que outros países ascendem no cenário internacional, em especial o Brasil, que cresce tanto nos campos financeiro, ambiental e comercial. Em sua opinião, portanto, Estado brasileiro deve procurar expandir e consolidar sua presença internacional.

Observou ser um engano acreditar que a China tenha interesse em fazer alianças com algum outro país, pois é o maior de sua região, possui problemas com a maioria de seus vizinhos e sua maior preocupação consiste em outros países aliem-se contra ela.

- Questão do Senador Collor

Voltando-se para o Embaixador Roberto Abdenur, questionou qual deveria ser a política externa brasileira em relação à América do Norte e à China e se o Brasil, hoje, está no caminho certo com respeito a ambos.

- Resposta do Embaixador Roberto Abdenur

Disse considerar importante a reaproximação entre Brasil e os EUA. Se antes os estadunidenses eram vistos como adversários em questões vitais para o país, hoje a situação é diferente, pois as trocas não são mais assimétricas e unilaterais. Há uma onda crescente de investimentos brasileiros nos EUA, e o mercado brasileiro passou a ser uma das prioridades da política comercial americana. Além disso, muito em razão do petróleo, há o interesse em manter o Brasil como o parceiro mais confiável na área energética.

Em sua opinião, o grande desafio diplomático do Brasil é a China, que se tornou uma potência mundial em pouco tempo, e cuja economia, três vezes maior que a brasileira, detém, atualmente, 13 a 14% do comércio internacional. As trocas comerciais com a China

passaram de 2 bilhões para mais de 70 bilhões de dólares, uma relação não só assimétrica, mas também desigual, quantitativa e qualitativamente, porque o Brasil exporta *commodities* e importa manufaturados.

Painel 3

I – Identificação

Assunto: Diplomacia do futuro: perspectivas.

Local: Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

II – Participantes

1. Professor Doutor José Flávio Sombra Saraiva, Professor da Universidade de Brasília (UnB);
2. Professor Doutor Lier Pires Ferreira, Professor Adjunto do Programa de Mestrado e Doutorado do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ);
3. Dr. Francisco Rezek, ex-Juiz da Corte Internacional de Haia, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e ex-Ministro do Ministério das Relações Exteriores (MRE); e
4. Sr. Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores (MRE);

III – Introdução

Realizou-se, no dia 7 de maio de 2012, Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para tratar do assunto: “Democracia do futuro: perspectivas”, dentro do ciclo de audiências públicas “Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)”.

Para proferir as palestras, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades: o Sr. Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores (MRE); o Dr. Francisco Rezek, ex-Juiz da Corte Internacional de Haia, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e ex-Ministro do Ministério das Relações Exteriores (MRE); o Professor Doutor Lier Pires Ferreira,

Professor Adjunto do Programa de Mestrado e Doutorado do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ); e o Professor Doutor José Flávio Sombra Saraiva, Professor da Universidade de Brasília (UnB).

A reunião foi presidida pelo Senador Fernando Collor, estando presente o Senador Cristovam Buarque.

IV – Relato das exposições dos palestrantes

1. **Professor Doutor José Flávio Sombra Saraiva**

Iniciando o debate, o palestrante abordou a atividade diplomática sob três diferentes aspectos.

No primeiro aspecto, afirmou que as diplomacias são tão antigas quanto as sociedades organizadas. Embasado em duas obras contemporâneas importantes, *Diplomacy*, de Henry Kissinger e igualmente *Diplomacy*, de Harold Nicolson –, definiu diplomacia como arte, ciência ou como maneira de poupar o mensageiro de guerra. Com o passar dos anos, houve uma evolução para a administração de conflitos e para a solução negociada das diferenças. A partir de então, a diplomacia se fortaleceu. Tornou-se imperiosa para a sociedade contemporânea na administração de interesses nacionais e na participação no sistema internacional, tanto para os Estados Democráticos, quanto para governos verticais e autocráticos. Segundo o palestrante, o avanço diplomático firmou-se como um espaço da política voltado mais para o campo altruísta do que para a recusa de formar uma sociedade internacional.

O segundo campo de abordagem foi a análise da diplomacia brasileira. Comparativamente, o Brasil é um Estado novo e historicamente responsável, sob a ótica dos demais Estados jovens. Sua diplomacia possui continuidade de linha de pensamento, assim como o Estado moscovita, que apesar da evolução dos sistemas (do czarista ao puritano), continuou a possuir o mesmo padrão de negociação. Segundo o convidado, os grandes estudiosos do assunto consideram a

atividade diplomática brasileira como um instrumento de cooperação da paz, do desenvolvimento nacional e do reconhecimento dos limites de um país novo.

O Brasil destaca-se por possuir um juridicismo correto e adequado à construção de uma norma internacional, além de sua participação satisfatória no sistema internacional. Um importante avanço do País foi tornar-se colaborador na elaboração de normas internacionais, a partir do posicionamento de evitar os excessos no conceito de intervenção, trabalhar com mediação e defender a negociação, em detrimento da aplicação de sanções.

Outro ganho nacional é a defesa de uma diplomacia instrumental em busca do desenvolvimento, sem alianças exclusivas com grandes, médios ou pequenos Estados. Indo além, o objetivo do Brasil é o desenvolvimento de todos os demais países, principalmente os da fronteira atlântica, mais especificamente países africanos.

Para concluir, o palestrante abordou o terceiro tópico proposto: desafios para a diplomacia nacional. Destacou o exaurimento de diplomacia do modelo weberiano profissional e meritocrático, que se apresenta como um problema mundial. Ademais, a diplomacia clássica deve se inserir na diversidade do agir diplomático da atualidade, em especial nas diplomacias financeira e comercial. Em decorrência dessa multiplicação de atores e campos de negociação, alguns países estão dividindo responsabilidades com *expertises*. O palestrante tratou o fenômeno como “paradiplomacia municipal”, exemplificando com o fato das empresas praticarem uma diplomacia própria. Assim, é importante que a atividade diplomática saiba se comportar e direcionar sua política diante dos novos desafios.

2. Professor Doutor Lier Pires Ferreira

O Professor Doutor Lier Pires Ferreira fez uma abordagem teórica do conceito de diplomacia.

O convidado iniciou sua exposição trazendo os conceitos de Charles de Martens e René Foignet. Diferenciou diplomacia de polí-

tica externa, que são as grandes metas de um Estado. Em um conceito próprio, definiu atividade diplomática como a que busca realizar as metas da política externa de um Estado.

Feitas as considerações, o palestrante elencou as diferentes concepções de diplomacia. Iniciou pela diplomacia de canhões ou cantoneiras, de maior incidência em países hispânicos. Destacou a do dólar, observada em países que conseguem imprimir um poderio econômico nas relações internacionais. Há ainda a de alto nível, também conhecida como de cúpula ou cimeira, realizada exclusivamente por chefes de Estado e chefes de Governo.

Partindo das diferentes qualificações, relacionou a atividade diplomática com o conjunto de tradições teóricas presentes tanto na Ciência Política, quanto na disciplina de Relações Internacionais. Assim, apresentou variáveis da atividade, que constituem uma reflexão técnico-científica de sua atuação no Estado. Inicialmente, fala-se em diplomacia liberal, ligada ao Estado liberal, voltada para a paz e a segurança internacional. Há a diplomacia socialista, embasada nas teorias de Marx, Lênin, Trotsky, Gramsci, dentre outros. Ademais, pode ser definida a diplomacia aberta, presente no Estado Democrático de Direito e que objetiva demonstrar para a sociedade seus elementos significativos.

Desta forma, vinculando a atuação da atividade diplomática aos interesses do Estado, segundo o Professor Doutor Lier Pires Ferreira, esta é e continuará sendo uma diplomacia realista, que se apresenta desvinculada de seus próprios valores, sob uma abordagem axiológica, em face do interesse nacional.

Como conclusão, a diplomacia é composta por elementos que coordenam as relações diplomáticas de um Estado, qualquer que seja a organização política (variantes de ideologia ou atuação econômica), organização esta vista essencialmente sob um viés de relação de poder. Sob esses aspectos, valorizam-se mais os projetos e as organizações, em detrimento da preparação dos diplomatas e das escolas das quais se constituem.

Portanto, na visão do convidado, há possibilidade da diplomacia do futuro possuir uma agenda constituída muito mais por atores

da sociedade civil do que pelo próprio Estado. Mas a conquista dessa diplomacia democrática requer da sociedade uma consciência de que seus objetivos apenas serão alcançados através de organização, de pressão e, principalmente, de avanço educacional.

Trazendo a ideia de perspectivas futuras ao âmbito brasileiro, o convidado defendeu um Poder Legislativo próximo da sociedade, com maior participação popular. O Congresso Nacional deve assumir uma postura de formulação de políticas do Estado, internas e exteriores, buscando sempre suprir as demandas da sociedade civil em detrimento dos interesses do Estado.

3. Dr. Francisco Rezek

O palestrante discorreu sobre a continuidade da política externa brasileira ao longo dos anos.

A diplomacia brasileira, ensinada pela Casa do Barão do Rio Branco, sempre se pautou no compromisso com o Direito enquanto diretriz das relações exteriores do Brasil.

Por meio das *Atas do Conselho de Estado do Império do Brasil*, em que o Conselho tratava dos assuntos internacionais da época, pode ser observado o conhecimento jurídico dos notáveis e o desejo de que o Direito norteasse as relações externas do país que, embora monárquico, já se apresentava como um Estado de Direito.

Ao longo do tempo, o elo entre relação internacional e Direito sempre prevaleceu, mais ou menos tênue, dependendo do momento político em que o País se encontrava. Nos momentos mais autoritários o compromisso não foi quebrado. O palestrante apenas colocou em evidência um possível rompimento no período da Democracia Vargas, quando o Brasil se aproximou das Potências do Eixo, entretanto, tratou-se de um momento fugaz, que logo foi ultrapassado.

Alguns fatores que justificam esse elo foram citados. O primeiro deles é o profissionalismo da Casa da Diplomacia Brasileira, que não foi quebrado por nenhum governante. Os ideais e a autonomia para ditar diretrizes ficaram sempre à frente dos objetivos partidários.

Nunca aconteceram influências internas na política externa, não sendo ela usada para dar satisfação ao público nacional ou parte desse eleitorado.

Assim, devido a não distorção de políticas internas na diplomacia, Dr. Francisco Rezek ressaltou que a população sempre foi extremamente favorável à atuação diplomática brasileira. Por exemplo, a concordância em não pegar em armas na Guerra do Iraque. É uma consciência de que existem atos internacionais legítimos, mas também há atitudes de países embasadas em interesses geopolíticos.

O convidado relatou o episódio da tomada dos bens da Petrobrás no território boliviano determinada pelo presidente andino Evo Morales. No momento, o então Presidente Lula declarou que se tratava de um ato de soberania da Bolívia e diplomaticamente deveria ser respeitado. No campo legal, o presidente da Petrobrás foi orientado a resolver a lide juridicamente. E assim foi feito, sem que a Petrobrás saísse lesada. O palestrante defendeu que a atitude do Presidente do Brasil foi condizente com os ideais praticados pela diplomacia brasileira, que se pauta pela mediação e oferecimento de bons ofícios, apesar de todas as críticas ao governo da época. Afirmou que a atitude é coerente com a história da diplomacia brasileira e com o compromisso com o Direito.

Tecendo observações a respeito de casos concretos, o palestrante analisou a Guerra do Iraque. Relembrou o número expressivo de soldados norte-americanos mortos e principalmente a falência do argumento central da invasão ao país árabe, diante da ausência de armas de destruição em massa. Após a queda do argumento, os Estados Unidos passaram a adotar a defesa dos direitos humanos como justificativa de atuação. Ademais, os países que promoveram a guerra incluíram a Organização das Nações Unidas (ONU) como responsável por prestar o socorro humanitário. A diplomacia brasileira condenou a atuação da ONU, defendendo seu papel de preservar a paz e a segurança coletiva, em detrimento de prestar socorro e promover reconstruções que na realidade seriam sua tarefa evitar.

Por fim, abordou a questão dos Estados Unidos como atual mediador de conflitos. Apesar de ainda não se poder afirmar o Brasil

como um mediador ideal, por inúmeras razões já se pode considerar que os Estados Unidos não possuem capacidade de assumir esse papel em âmbito mundial, desde o século XX, até os dias atuais.

Concluindo sua apresentação, o palestrante reafirmou que a continuidade da política externa do País resulta do profissionalismo da diplomacia e, principalmente, por seu compromisso com o Direito.

4. Sr. Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Em sua exposição, o palestrante deu enfoque à perspectiva futura da diplomacia brasileira.

Inicialmente, afirmou que a atividade diplomática tem que se adaptar à realidade de seu tempo, tanto na forma, quanto no conteúdo, sempre atenta às novas tendências. Objetivam-se soluções para desafios futuros, deixando de praticar ações passadas que não são mais úteis. Ressaltou a obrigação de renovar-se e, sobretudo, a tarefa de saber renovar-se.

O saber renovar-se na diplomacia é a abertura para novas tendências mundiais e nacionais. Novos caminhos são sempre importantes, pois há possibilidade de insucesso quando se pratica a mesma ação para casos diferentes. Circunstâncias novas foram surgindo, pois a diplomacia brasileira assumiu nova faceta diante das mudanças dos últimos tempos, como o fato de o País ter-se tornado a sexta economia mundial, por estar vivendo em um Estado Democrático e por ter diminuído a injustiça social.

O Embaixador Ruy Nunes enfatizou conquistas brasileiras no contexto mundial. Ressaltou a participação do País na constituição do G-20 comercial, sua relevância na Conferência de Durban sobre a Mudança do Clima e a possibilidade concreta de estar presente na nova configuração do Conselho de Segurança da ONU. Todas essas mudanças demandam do País nova configuração da ação diplomática.

Houve destaque para a participação do Professor Doutor José Flávio Sombra Saraiva, quando afirmou que há crescente participação de empresas multinacionais, demandando um novo método de atuação

da diplomacia. Também ressaltou a interação da atividade diplomática com a sociedade, visto possuímos uma diplomacia de uma democracia, que só fortalece o País.

O Ministério das Relações Exteriores está desenvolvendo tecnologia, buscando enriquecer sua rotina de trabalho. Desenvolveram um sistema que une Brasília via internet a 224 missões diplomáticas. Todos os pronunciamentos e eventos ocorridos no Itamaraty são divulgados em tempo real no Youtube, assim como os funcionários das 130 embaixadas têm acesso aos seus arquivos. Diante do progresso mundial de pessoas que não falam o inglês como primeira língua, o Ministério adotou um programa de atualização em matéria de idiomas, para que os agentes diplomáticos desenvolvam a habilidade linguística.

Concluindo, o palestrante elencou temas que continuaram em destaque na atividade diplomática, tais como: meio ambiente, direitos humanos, paz e segurança internacional, cooperação técnica e econômica, investimentos e ordem financeira. Outros temas ficarão em evidência: reservas de água doce, terras-raras, novas rotas marítimas, como a Passagem do Noroeste, temas da Antártica, espaço e segurança cibernéticos.

Por fim, defendeu o papel da diplomacia brasileira na busca e na manutenção do desenvolvimento nacional. O estilo de atuação da atividade diplomática embasa-se no respeito aos direitos de todos os países, independente do tamanho e visibilidade. Certamente esse estilo de atuação é um fator de credibilidade do Brasil no cenário mundial.

V – Questionamentos e Debates

- Comentários do Senador Cristovam Buarque

O Senador Cristovam Buarque observou que as profissões atualmente passam por mudanças e, em especial, a diplomacia, o que traz, em sua opinião, alguns desafios.

O primeiro deles diz respeito à formação dos diplomatas, que antes aprendiam a defender apenas o interesse pátrio e hoje precisam

pensar também no dos outros países. Comparou o trabalho dos chanceleres com o de um condomínio, onde existe uma soberania relativa dentro do próprio apartamento, pois o que se faz nesse espaço pode vir a afetar os outros condôminos. Além disso, como a globalidade se manifesta em blocos – Mercosul, Unasul, BRICS –, a soberania da nação também se dilui nesses fóruns para tornar maior a do bloco.

Citou o exemplo da Comunidade Europeia, que impõe amarras às nações para encontrar o próprio caminho. Comentou sobre o Parlamento do Mercosul – Parlasul, paralisado, pois os parlamentares brasileiros defendem uma representação proporcional à população, com conseqüente maioria representativa para o Brasil, o que não é aceito pelos outros. Acredita que deveria haver uma instância na qual cada país fosse igualmente representado.

O segundo desafio para a diplomacia é o problema do prazo, pois hoje muitas negociações envolvem questões que terão impacto para daqui a 30, 40 anos, e é necessário ter em vista essa dimensão. Outro desafio diz respeito à rapidez das mudanças pelas quais passa o mundo, que muitas vezes leva os presidentes a tomarem decisões sem consultar seus ministros das Relações Exteriores. Isso é muito perigoso, porque políticos pensam no curto prazo. Além disso, há o problema, que não pode ser ignorado, das ilicitudes nas relações internacionais, como o tráfico de drogas, de seres humanos, de órgãos.

Comentou que a diplomacia deveria trabalhar para consolidar não somente a liderança política, de conseqüências imediatas, mas também a liderança moral do país, cujos resultados são de longo prazo. Como exemplo, disse que o Brasil deveria levantar a bandeira de acabar com a existência de membros permanentes no Conselho e não pleitear ser um deles; meta que, em sua opinião, mesmo que impossível pelos próximos 40 ou 50 anos, faria da nação brasileira líder entre as nações menores. Segundo o Senador Cristovam, o ex-presidente Lula soube tornar-se líder dos pequenos, de onde adveio sua força junto aos grandes. Citou o combate à pobreza no mundo como outro exemplo de bandeira moral.

Para o Senador, a formulação da política de relações exteriores não pode prescindir de tomar posições em defesa de certos valores de direitos humanos como valores morais, mesmo respeitando o direito dos outros de, com base na própria cultura, definir regras de funcionamento interno. Também deve haver compatibilidade entre as posturas externa e interna do país, vale dizer, o que é defendido internacionalmente deve estar refletido nas políticas públicas. Acrescentou que a diplomacia também lida com o problema de que é cada vez mais difícil o sigilo no mundo de hoje.

Disse que, para ele, terceiro mundo é o planeta. Os ricos são iguais, independentemente do país a que pertençam, pois há muita semelhança entre o que consomem, leem, ingerem, usam, falam. Os pobres, entretanto, diferem entre si dentro da mesma cidade, ou mesmo de um bairro para outro. É necessário, portanto, derrubar o que chamou de “cortina de ouro”, que separa as pessoas pelas características sociais.

Por fim, afirmou que antes era fácil ser líder, pois todos sabiam para onde ir, e os mais ricos estavam à frente. Hoje, ninguém sabe mais a rota, pois o caminho costumeiro levará o mundo a tragédias. O mundo está, segundo ele, como a personagem do autor argentino Quino, Mafalda, para quem bastou se acostumar com as respostas, mudaram as perguntas. Se, por um lado, isso gera insegurança, por outro, consiste em uma chance de descobrir as perguntas certas, pois quem as souber desempenhará o papel de líder. A diplomacia, em sua opinião, é o ponto chave para isso, e, conseqüentemente, para a construção de novas formas de liderança.

- Comentários do Sr. José Flavio Sombra Saraiva

Ressaltou que as mudanças rápidas da vida atual têm um impacto grande na ação diplomática e no agente dessa ação. O peso da diplomacia clássica, hoje, nos processos da inserção internacional dos Estados diminuiu, bem como se multiplicaram os interesses e os atores. Atualmente há diplomatas especializados por áreas, temas, regiões. A formação do jovem diplomata, então, é uma questão central que

considera interessante ser discutida no Brasil, que possui a tradição clássica de formar o diplomata e fazê-lo estar em todo o mundo, tanto no Japão, quanto nos Estados Unidos ou na África.

Outro ponto que frisou foi a tensão existente entre a diplomacia pública e a presidencial. Acredita que, diante da supervalorização das lideranças políticas mundiais, algumas decisões são tomadas com baixa racionalidade, baixa consulta interna e baixa legitimidade. Considera que isso é uma tendência do mundo *on-line*, sempre em mutação.

Disse que há limites para a ação da política externa e, sobretudo, para a diplomacia, que sozinha não poderá descortinar os rumos do Brasil, nem os caminhos de adaptação da ação diplomática à realidade internacional. Debates são importantes, como este da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, mas a discussão sobre o lugar do Brasil no mundo deve envolver não só os políticos, mas também a sociedade, as empresas e os intelectuais brasileiros.

- Comentários do Sr. Lier Pires Ferreira

Afirmou que a diplomacia brasileira tem buscado, desde sua constituição, o projeto de um Brasil grande – pretensão legítima, lastreada nos recursos naturais do Estado brasileiro. Parece-lhe, entretanto, que os inúmeros problemas internos do país projetam um desafio essencial, qual seja, o de compatibilizar suas bandeiras externas com as práticas internas, em diferentes setores. Como exemplo, citou a matriz energética a ser adotada, a questão da cooperação internacional no contexto latino-americano e mundial, bem como questões mais candentes para o público, como a corrupção, o desenvolvimento, a desigualdade, entre outras que pontificam a agenda brasileira.

Salientou que liderança, mesmo em nível regional, deve ser uma conquista. Afirmou não estar seguro se os países que o Brasil julgou liderar ou representar em diversos momentos assim percebiam a nação brasileira. Lembrou concessões feitas pelo Brasil, há pouco tempo, algumas injustificáveis, outras ingênuas, na sua velha pretensão de irmanar-se com as grandes potências e sentar-se lado a lado com elas no conselho dos grandes. Como exemplo, mencionou a falta de apoio chi-

nês a essa pretensão brasileira, após o Brasil reconhecer a China como economia de mercado. Considera ponto importante de reflexão para o tema desta audiência pública, “Diplomacia do futuro”. Ressaltou, mais uma vez, a importância de o País ser capaz de conciliar o que deseja e demanda para o mundo com aquilo que realiza e enfrenta no nível doméstico, no caminho para a construção de uma liderança moral.

Outro ponto importante para se pensar o futuro da diplomacia e que, acredita, muda a dinâmica das relações de poder é a unimultipolaridade do mundo de hoje, vale dizer, a existência de uma única superpotência completa, os Estados Unidos da América, e diversas potências de caráter regional, macrorregional, ou sub-regional, com interesses em várias partes do mundo.

- Comentários do Sr. Francisco Rezek

Corroborou a opinião do Senador Cristovam Buarque sobre a soberania relativa dos países, pois limitada por normas supraconstitucionais. Afirmou que o discurso dos direitos humanos tem sido usado de modo desonesto em vários cenários e referiu-se à questão enfrentada pela Presidente Dilma Roussef nas primeiras semanas de mandato, quando recebeu, da Comissão do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, sediada em Washington, uma espécie de injunção relacionada à Usina de Belo Monte. Enfatizou que essa Usina foi uma decisão trabalhada e sofrida, analisada em todos os fóruns brasileiros – Executivo, Judiciário e Legislativo, e que essa tentativa de interferência atenta contra o princípio democrático. Quando o constituinte autorizou o Governo e o Congresso a aprovarem um tratado que submete o País a um organismo internacional de proteção dos direitos humanos, não foi para que um organismo internacional, cuja competência técnica não é reconhecida, substitua o poder público legitimamente constituído numa democracia.

- Comentários do Sr. Ruy Nunes Pinto Nogueira

Afirmou que a diplomacia presidencial tem sido reforçada nesses últimos tempos, mas considera que a rotatividade dos presidentes

aliada à repetição de encontros de Chefes de Estado abre espaço para que mecanismos permanentes da diplomacia assegurem um mínimo de continuidade aos temas tratados, cada vez mais numerosos e diversificados.

Acredita que a especialização dos diplomatas é uma tendência. Comentou que muitos dos 1400 diplomatas dos quadros da diplomacia brasileira são mestres e doutores com formação inicial de médico oncologista a engenheiro de mísseis e acredita, então, que a especialização deverá ter por base essa formação específica.

Painel 4

I – Identificação

Assunto: Conferência Rio+20: avaliação da agenda, evolução da organização e das expectativas.

Local: Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

II – Participantes

1. Sr. Fernando Antonio Lyrio Silva, Assessor Extraordinário para a Rio+20 do Ministério do Meio Ambiente.
2. Dr. Carlos Alfredo Joly, Professor da Universidade de Campinas (Unicamp) e Assessor do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação;
3. Deputado Fábio Feldmann, Deputado Federal e ex-Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

III – Introdução

Realizou-se, no dia 21 de maio de 2012, Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para tratar do assunto: “Conferência Rio+20: avaliação da agenda, evolução da organização e das expectativas”. A presente discussão integra o tema “Política Externa Brasileira”, dentro do ciclo de audiências públicas “Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)”.

Para proferir as palestras, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades: Deputado Fábio Feldmann, Deputado Federal e ex-Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo; Dr. Carlos Alfredo Joly, Professor da Universidade de Campinas (Unicamp) e Assessor do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação; Dr. Fer-

nando Antonio Lyrio Silva, Assessor Extraordinário para a Rio+20 do Ministério do Meio Ambiente.

A reunião foi presidida pelo Senador Fernando Collor. Esteve presente e fez uso da palavra o Senador Cristóvam Buarque.

IV – Relato das exposições dos palestrantes

1. **Sr. Fernando Antônio Lyrio Silva**

O Sr. Fernando Antônio Lyrio Silva iniciou sua fala dizendo que o processo de organização da Rio+20 é uma grande oportunidade para o Governo Brasileiro, apesar da complexidade envolvida em sua formulação. Disse que tal processo se dá em duas vertentes: internacional e nacional.

Na perspectiva internacional, as Nações Unidas ocupam o papel principal, organizando a discussão dos temas e a negociação do documento final da Conferência. Assim, a governança dos resultados pelo Governo brasileiro é limitada, pois estes dependerão do que os quase 200 países das Nações Unidas decidirem.

Disse que, há seis meses, a partir da divulgação do *Draft Zero* (Rascunho Zero), as negociações começaram. E nem sempre foi possível alcançar o resultado desejado, devido aos interesses divergentes dos países que integram as Nações Unidas.

Por isso, o processo de negociação é lento e delicado. De qualquer forma, ao final deste momento introdutório da Rio+20, será produzido um documento que sintetizará todas as visões e as perspectivas que foram coletadas ao longo dos últimos meses, servindo de base para as negociações da Conferência.

Dentre os assuntos que integram o mencionado documento, está a questão dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que é o conjunto de temas sobre o qual os países adotariam metas e indicadores a fim de gerar um maior comprometimento dos Estados participantes.

A peculiaridade desta questão é que ela envolve tanto países desenvolvidos quanto países em desenvolvimento, fazendo com que a Rio+20 se torne o *locus* adequado para a solução de grandes problemas globais.

Ressaltou, no entanto, que a discussão sobre alguns conceitos pode ser tornar improfícua. É o que acontece com o termo “economia verde”. Perde-se muito tempo definindo o que não é economia verde, o que não traz qualquer sentido do que realmente é esse instituto.

No que se refere à questão da governança, afirmou que o Ministério do Meio Ambiente defende o fortalecimento da gestão ambiental brasileira na esfera das Nações Unidas. Porém, é importante que esta Organização também esteja dotada de mecanismos institucionais adequados para prover a coordenação dos mais variados temas, especialmente em relação ao desenvolvimento sustentável.

Neste ponto, sublinhou que o Ministério deseja o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), por meio de uma dotação orçamentária mais previsível e estável. Hoje, o Programa vive de doações de países, mas elas costumam ser “carimbadas”, isto é, os países dizem o que deve ser feito.

Ainda sobre o Pnuma, sustentou que a participação dos países em suas decisões é limitada. Isso porque a gestão é feita por um Conselho de Administração integrado por poucos Estados, cujo mandato, inclusive, não mais corresponde aos anseios da sociedade atual.

Já do ponto de vista nacional, a Rio+20 traz a oportunidade de reflexão sobre os modelos de desenvolvimento adotados pelo Brasil. O fato de a Conferência se realizar em nosso país mobilizou a sociedade em todas as esferas, pública e privada. E o ponto crucial da sustentabilidade não se restringiu à questão ambiental, o que denota um grande avanço nas discussões.

2. Dr. Carlos Alfredo Joly

O Dr. Carlos Alfredo Joly ressaltou, primeiramente, o posicionamento crítico-constructivo assumido pelo Senador Fernando Collor sobre a Rio+20, sobretudo no que se refere ao documento *Draft Zero* (Rascunho Zero), bem como à organização do evento pelo Governo brasileiro.

Na sequência, fez uma retrospectiva do que o meio acadêmico tem preparado para a Conferência da Rio+20. Nessa linha, disse que as atividades de pesquisa são coordenadas, internacionalmente, pelo *International Council for Science – ICSU* (Conselho Internacional de Ciências), que promoveu encontros regionais (*workshops*) para debater questões ambientais.

O encontro da América Latina ocorreu na cidade do México, em razão de sua grande biodiversidade. Ao final dos trabalhos, foi produzido um documento que, juntamente com o produto de outros encontros regionais, deu origem à nove orientações formuladas pelo ICSU.

Estas orientações buscam fazer com que a ciência apoie a formulação de políticas em assuntos como água, segurança alimentar e biodiversidade. O documento, intitulado *The State of the Planet Declaration* (Declaração sobre o estado do Planeta) está disponível no sítio eletrônico do ICSU (www.icsu.org).

No âmbito nacional, a atividade de pesquisa ficou à cargo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), que também organizou workshops para debater os temas da Rio+20. As conclusões desses debates estão publicadas na revista *Biota Neotropical*.

Outro assunto muito debatido é a mudança do índice do Produto Interno Bruto (PIB) por outro que abranja aspectos sociais e ambientais, auxiliando na percepção mais acurada da realidade ambiental. Cogitou-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mas ainda é preciso trazer a esse índice algum critério que envolva o tema da sustentabilidade.

Sustentou que a pesquisa científica também deve ser reorientada. Em sua visão, é necessário evoluir para uma pesquisa interdisciplinar e transdisciplinar.

No que tange às metas para um desenvolvimento sustentável e sua definição na Rio+20, alegou que é crucial sua determinação na Conferência, levando-se em conta não somente o padrão monetário, mas, outrossim, critérios de sustentabilidade.

Destacou que esta Conferência ocorre nos últimos instantes em que devemos colocar em prática aquilo que assinamos em 1992. Para o especialista, o Planeta não terá como suportar toda sua população que, em 2050, será em torno de 9 bilhões de pessoas.

Finalizando sua apresentação, disse que o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), em parceria com o ICSU, está organizando na PUC do Rio de Janeiro, nas vésperas da Rio+20, um fórum de ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável.

Paralelamente ao fórum, haverá uma variedade de eventos coordenados pela Fapesp. Dentre eles, o *Belmont Forum*, que é a união dos Conselhos Nacionais de Pesquisa e Desenvolvimentos (CNPQs), de diversos países, com o objetivo de integrar a ciência ao cotidiano do cidadão.

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), por exemplo, fará uma exposição de tecnologias verdes de parceiros e subsidiados de seu programa. Com a intenção de popularizar a ciência, será feita, também, uma exposição dos biomas brasileiros (Cerrado, Caatinga, Pampas, Pantanal, Ambientes Costeiros, Formações Florestais, Mata Atlântica e Amazônia), mostrando a evolução do conhecimento científico em cada um deles. No caso da Amazônia, em especial, será criada uma atmosfera com sons e cheiros.

Esses eventos contarão com o apoio de mais de 40 instituições nacionais e estrangeiras, além de ter seu conteúdo publicado em vários meios de comunicação, a exemplo do canal virtual do *Youtube*. Segundo o palestrante, a ideia é continuar a discussão dos temas ambientais, mesmo após o encerramento da Rio+20.

3. Deputado Fábio Feldmann

O parlamentar Fábio Feldmann inaugurou sua palestra dizendo que é importante para nós termos clareza do que queremos com a Rio+20 e entendermos qual o contexto em que ela se insere.

Nesse passo, fez uma breve retrospectiva das Conferências realizadas em torno do assunto meio ambiente. A primeira grande discussão foi em Estocolmo, no ano de 1972. Naquela ocasião, somente um chefe de Estado compareceu, Indira Gandhi. Foi uma reunião da comunidade científica e quase não teve a participação da sociedade civil. Porém, um resultado importante se deu na criação do Pnuma.

O segundo momento em que a sociedade mundial se reuniu para debater questões ambientais foi vinte anos depois, na Rio92. A reunião foi secretariada por Maurice Strong, que ocupou posição determinante para o sucesso do encontro. O palestrante afirmou que um dos pontos negativos da Rio+20 é não ter um líder como Maurice Strong.

E por que houve a necessidade de se promover uma nova Conferência ambiental em 1992? O especialista apontou o fato de terem sido publicadas imagens de satélite da Antártida, em que se mostrava um buraco na camada de ozônio. Isso mobilizou a comunidade internacional para que fosse tomada alguma medida de urgência.

Além disso, a Eco92 teve outros ganhos como, por exemplo, a assinatura da Convenção sobre Diversidade Biológica por 175 países, dos quais 168 ratificaram, incluindo, aqui, os Estados Unidos; a publicação da Convenção-quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, endossada pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC); e o estabelecimento da Agenda 21, que determinou a cada país que refletisse, local e globalmente, sobre os problemas socioambientais.

Na visão do palestrante, em 1992, poderia ter sido criado o IPCC da biodiversidade, pois este Painel tem a importante função de compilar o material científico de determinada área e fazer com que

ele sirva de subsídio para os tomadores de decisão. Paralelamente, ele auxilia na mobilização social, causando impacto na opinião pública.

Dentre os equívocos da reunião de 1992, o expositor apontou a falta de coordenação e de diálogo entre as várias Convenções aprovadas. Para se ter uma ideia, citou a decisão da Convenção do Clima, que excluiu as substâncias que destroem a camada de ozônio e as substituiu por outras que causam o efeito estufa. Isso poderia ter sido evitado, caso tivesse havido uma comunicação com o pessoal da Mudança do Clima.

Passando para a Rio+20, fez algumas críticas em relação à sua agenda. Afirmou que ela deveria incluir em pauta os limites do Planeta de forma clara e precisa. Sob seu ponto de vista, isto não foi colocado até o momento e a diplomacia brasileira deve ser audaciosa neste sentido, até para abrir caminho para o Conselho de Segurança da ONU. Para ele, o Brasil deve mostrar liderança.

Ao lado disso, sugeriu que fosse institucionalizada a proteção aos desastres naturais, os quais, na maioria das vezes, são custeados pelos países mais pobres. E o tema da economia verde também deve ser tratado estrategicamente, no contexto dos limites do planeta.

V – Questionamentos e Debates

- Questões do Senador Cristovam Buarque

Para embasar seus questionamentos, o Senador Cristovam Buarque enfatizou a necessidade de se mudar o conceito de pobreza, que, em sua opinião, não pode englobar apenas o ponto de vista econômico. Atualmente, trabalha-se a ideia de um mundo futuro sem pobreza com base na renda pessoal de cada família e não na quantidade de bens públicos à disposição da população. Pontuou que não adianta pensar em economia verde apenas como a substituição de combustível fóssil por etanol, assim como não é razoável se pensar em sustentabilidade apenas como a capacidade de produzir álcool para todos os carros do mundo. Desse modo, disse esperar que, na Rio+20, a Presidenta Dilma

Rousseff apresentasse um discurso nesse sentido, ousado e dotado de força moral, mesmo que no momento não seja ouvido pelos líderes mundiais.

Posto isso, fez referência a um artigo de sua autoria em que apresentou sugestões para o pronunciamento da Presidenta na Rio+20, publicado no jornal “O Globo” às vésperas da presente audiência pública. No texto em questão, sugeriu que o discurso contivesse os seguintes pontos: (1) o uso da frase “A humanidade está em risco”, ou algo no mesmo sentido, como frase de abertura; (2) um apelo para que os líderes presentes respondessem como líderes do mundo, e não como líderes apenas de seus países; (3) a proposição da criação de uma política verde internacional e de (4) acordos que determinem a intocabilidade de certos recursos, independentemente da vontade dos países que os detenham; (5) a criação de um tribunal moral para julgar os crimes contra a humanidade, nos moldes do Tribunal Russel – que julgava os crimes contra a humanidade cometidos no Vietnã; (6) um Plano Marshall pela educação, pela pobreza; (7) a adoção da Taxa Tobin, aplicada sobre as mobilizações financeiras, cujo dinheiro deve ir para a proteção do meio ambiente e a luta contra a pobreza; (8) a implantação nas Nações Unidas de um plano para o desenvolvimento humano que seja mais abrangente do que o PNUMA; (9) a criação, no Rio de Janeiro, de um instituto de estudos sobre o futuro como legado do evento; e (10) a questão do compartilhamento do desenvolvimento científico, não a partir do fim da patente privada, mas por meio da compra, pelo poder público, de produtos do setor privado a serem distribuídos com base em acordos de preços. Solicitou, então, que os palestrantes comentassem a respeito de suas sugestões e pontuassem ainda o que esperam e o que acreditam que seja o legado da Rio+20, assim como as mudanças que devem ocorrer no mundo após a reunião.

- Resposta do Sr. Fernando Antônio Lyrio Silva

Quanto ao uso do PIB como medida de desenvolvimento de um país, disse que o governo brasileiro deixou claro, no seu documento de submissão à Rio+20, sua opinião acerca das limitações do

indicador. Conforme relatou, o PIB não vai deixar de existir como uma medida de crescimento econômico, mas não pode ser a medida que retrata a forma como um país se comporta do ponto de vista do bem-estar humano. O Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD já foi um avanço nessa direção, mas ainda tem limitações. Assim, espera que o estabelecimento de um processo de revisão ou atualização dos indicadores de progresso e desenvolvimento seja um dos legados da conferência.

Outro herança que espera da Rio+20 diz respeito à participação da sociedade civil nos processos multilaterais, questão também incluída na submissão nacional. Se nos processos nacionais existem diversos meios de manifestação social, nos processos multilaterais essa participação é muito limitada, restrita aos chamados grupos principais – nove grupos da sociedade que, de alguma maneira, setorizam diversos segmentos da sociedade internacional, mas com pouca influência naquilo que acontece de fato. Sublinhou que a maneira como a sociedade atual se organiza é muito mais complexa do que há vinte anos. Em sua opinião, o mundo está se transformando e se movendo de maneira absolutamente diferente do que está acontecendo no campo diplomático. Desse modo, acredita que a Rio+20 possa constituir algum tipo de evolução em relação a essa questão.

Especificamente sobre o dilema que envolve produção e consumo, disse ser um ponto que agrega diversas dimensões, como a polarização Norte-Sul do mundo e a soberania dos países. Acredita ser um tema presente em muitos debates, pois afeta diretamente uma questão prática: como estabelecer um princípio de equidade que permita que as pessoas tenham suas aspirações atendidas, que ascendam dentro das suas demandas, dentro das suas necessidades, tendo em mente o fato de que o planeta não é mais o mesmo do passado. Então, para o palestrante, a expectativa é que essa discussão deixe tanto um legado tangível, do ponto de vista de um compromisso concreto, de uma meta concreta, quanto um intangível, chamando atenção para fato de que não faz sentido polarizar um debate acerca de um assunto que é igualmente fundamental para todo o mundo.

Ainda sobre produção e consumo, demonstrou apoio à ideia de “constrangimento internacional”, um grande pacto global internacional que possa apoiar os países dentro das suas ações internas. Acredita que a existência de um compromisso internacional impulsiona o país a lutar pelo seu cumprimento. Por isso, defende que os compromissos internacionais devem ser os mais ambiciosos possíveis.

Falando sobre o legado factível, ressaltou as dificuldades de um processo multilateral, que trabalha por consenso. Nesse contexto, cada país, individualmente, tem a força de colocar a sua perspectiva, a sua prioridade ou a sua necessidade ali refletida ou de impedir o consenso. Assim, disse acreditar que a discussão na Conferência se dê a partir de um documento que contemple as preocupações de todos os países, mas que seja focado, permitindo a ampliação do debate não no sentido de agregar coisas novas, mas no sentido de discutir o que cada país quer dos pontos ali sintetizados. Ademais, acrescentou que, no cenário internacional atual, a busca de soluções de curto prazo para a crise econômica é uma questão que não se desvincula da discussão da Rio+20, que visa o longo prazo. Hoje, a crise econômica explicita que os modelos de desenvolvimento global não estão funcionando. Trata-se de uma perspectiva muito interessante com a qual a Rio+20 vai lidar: trabalhar respostas de longo prazo que possam prover também respostas para o curto prazo. Por fim, ressaltou que vários dos pontos sugeridos pelo Senador Cristovam Buarque fazem parte dessa reflexão e são familiares ao governo brasileiro, tendo sido, inclusive, objeto da submissão brasileira para a conferência. No entanto, reforçou que 193 países também vão tentar traduzir suas ambições.

- Resposta do Dr. Carlos Alfredo Joly

Ressaltando que responderia às perguntas como professor da Unicamp, e não como assessor do Ministério do Meio Ambiente, o Dr. Carlos Alfredo Joly disse que espera que, após a Rio+20, seja criada uma organização mundial do meio ambiente, nos moldes da Organização Mundial do Comércio (OMC), com mecanismos de sanção e de

negociação de litígios. Isso abarcaria alguns dos pontos enumerados pelo Senador Cristovam, como a criação de um juizado internacional.

Em seguida, para exemplificar a lacuna educacional acerca do dilema ambiental, lembrou que recentemente foram propostas algumas iniciativas de taxação ou diferenciação de atividades altamente impactantes no que diz respeito a gases de efeitos estufa, como a da Comunidade Econômica Europeia para a aviação. Nesse caso específico, houve uma reação negativa muito grande, o que demonstra que a sociedade ainda não está de fato sensível aos problemas. Posto isso, sublinhou a esperança de que haja ênfase na questão da educação, tema deixado de lado no *Draft Zero*, mas fundamental para que haja conscientização da população e mudanças nos padrões de consumo e nos modelos de desenvolvimento.

Sobre o legado de fato da Rio+20, acredita que seja elaborado um rascunho das metas de sustentabilidade e que haja uma melhoria do PNUMA, e não a criação de uma organização mais forte. Salientou que, às vésperas da Conferência, o Brasil se encontra em uma situação peculiar, em que decisões envolvendo temas como pré-sal e Código Florestal devem servir de modelo para o mundo.

Finalizando sua resposta, apontou que as mudanças após a reunião devem ocorrer mais por razões de mercado do que por decisões de governo. Como exemplo, citou que há um conjunto de empresas que, por iniciativa própria, tem transformado o uso de recursos, procurado a sustentabilidade e adotado selos verdes. Portanto, acha que atitudes desse tipo devem se acentuar.

- Resposta do Deputado Fábio Feldmann

Inicialmente, o Dr. Fábio Feldmann comentou que, hoje em dia, existe no mundo um conflito entre uma agenda do século XXI versus uma agenda do século XX e do século XIX. Em sua opinião, a diplomacia brasileira tem de compreender que a geometria do poder atual é diferente daquela de vinte anos atrás. As alianças teriam de ser outras, inclusive com a própria China, que não pode ser tratada da mesma forma como o era há vinte anos. Mesmo no campo da bio-

diversidade, ainda há a ideia de compensação por serviços ambientais, quando uma visão diferente já se faz necessária. Exemplificando esse atraso de pensamento, comentou que se fala sobre o problema da fome, mas se esquece de que, no cenário atual, a obesidade vai matar tanto quanto a fome, devido ao acesso da classe média a certo tipo de alimentação. Assim, deveria haver taxaço para alimentos com mais açúcar e gordura trans. E quanto mais baixa a renda, pior é a alimentação, pois há falhas na educação, aspecto deixado de lado quando se trata dessas problemáticas contemporâneas. Ressaltou que é necessário se pensar em um mundo globalizado em que os padrões têm de ser universalizados não por meio de legislação, mas por meio de denominadores comuns.

Fazendo uma ressalva quanto à qualidade dos trabalhos do Itamaraty – que reconhece como uma das diplomacias mais respeitadas e mais profissionais do mundo, apesar das divergências que tem com o órgão – disse que o destino do Planeta é sério para ser deixado nas mãos dos diplomatas, assim como nas mãos dos economistas. Do ponto de vista do palestrante, uma delegação de país formada apenas por diplomatas é muito diferente de uma delegação em que há mais permeabilidade, visto que, no mundo globalizado, política interna e política externa são interdependentes.

Em relação ao legado da Rio+20, acredita que a ausência de chefes de Estado, como o Presidente norte-americano Barack Obama, contribui negativamente para a Conferência. Ademais, salientou que é preciso inovar a reunião, fugindo do formato das Nações Unidas e buscando um modelo que represente a aliança política com o setor empresarial cosmopolita – setor consciente de que tem de internalizar a dimensão da sustentabilidade para ter longevidade – e com a sociedade civil. Para ele, isso pode deixar alguns legados, como a discussão a respeito dos limites do Planeta. Acha importante que se faça um exercício de olhar para os próximos vinte anos e tentar imaginar o que ficará como herança positiva dessa reunião de 2012.

Complementando a questão do formato da Conferência, chamou atenção para o fato de, nas negociações nas Nações Unidas, o

setor empresarial nunca ser chamado a prestar contas para a sociedade. Em sua opinião, já que esse setor faz parte das delegações dos países, participa das “Bingos” – expressão que se refere às Business International Organizations, deveria ser mais pressionado a assumir certos compromissos. Quando assumidos diante da opinião pública, eles passam a ter um valor de constrangimento, semelhante ao do Tribunal proposto pelo Senador Cristovam.

- Comentários do Senador Fernando Collor

O Senador Fernando Collor mostrou-se preocupado com duas questões referentes à Rio+20: o princípio do não retrocesso e a necessidade de elevar o nível de ambições em relação à Conferência.

Sobre o primeiro ponto, fez referência aos comentários que ouviu, nos primórdios da organização da reunião, de que os avanços previstos na Rio92 deveriam ser revistos, pois foram muito ambiciosos para a época e se mostraram impossíveis de serem implantados pelos países signatários. Alertou que o princípio do não retrocesso está inserido na garantia dos direitos humanos. Sendo assim, nada que afete a vida e a sobrevivência do ser humano no Planeta pode retroceder.

Quanto ao segundo ponto, afirmou que, como país anfitrião e sexta economia do mundo, o Brasil não poderia se contentar com a proposição de medidas de pouco alcance. Ao contrário: deveria elevar suas ambições ao máximo e impor limites para salvar o mundo. E essa tarefa não pode ser deixada a cargo dos líderes mundiais (governos e empresas), que, conforme opinou o Senador, mostraram-se absolutamente incompetentes na gerência da vida no nosso Planeta. A solução está nas mãos da sociedade civil, com a participação fundamental da ciência, da tecnologia e da inovação. Deve-se, ainda, atentar para que as discussões não se prendam a questões periféricas, quando há países às vésperas de soçobrar.

Portanto, criticou o *Draft Zero* e enfatizou a relevância de temas que vão além da agenda imposta pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, cujos pilares são a governança global e a economia verde com inclusão social e erradicação da pobreza. Assuntos como mudança cli-

mática, modelos econômicos e a problemática envolvendo produção, distribuição e consumo deveriam ser incluídos em pauta.

Ademais, reprovou a ausência confirmada de alguns grandes líderes mundiais, pois o sucesso de um evento dessa magnitude é medido a partir de dois pontos: o número de presidentes, chefes de Estado e chefes de Governo presentes – o que traz peso político – e o resultado das discussões travadas no decorrer da conferência.

Painel 5

I – Identificação

Assunto: A Ordem Econômica Mundial e o Brasil: o Brasil face à nova ordem econômica; BRICS e G20.

Local: Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

II – Participantes

1. Sr. Rubens Barbosa – Ex-Embaixador do Brasil em Washington e Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp;
2. Sra. Dorothea Fonseca Furquim Werneck – Secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais, Ex-Ministra de Estado do Ministério do Trabalho e Ex-Ministra de Estado do Ministério da Indústria e Comércio; e
3. Sr. Marcílio Marques Moreira – Ex-Ministro de Estado do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

III – Introdução

Realizou-se, no dia 28 de maio de 2012, Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para tratar do assunto: “A Ordem Econômica Mundial e o Brasil: o Brasil face à nova ordem econômica; Brics e G20”, dentro do ciclo de audiências públicas “Rumos da Política Externa Brasileira (2011-2012)”.

Para proferir as palestras, foram convidados os seguintes especialistas e autoridades: Sr. Rubens Barbosa – Ex-Embaixador do Brasil em Washington e Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp; Sra. Dorothea Fonseca Furquim Werneck – Secretária de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais, Ex-Ministra de Estado

do Ministério do Trabalho e Ex-Ministra de Estado do Ministério da Indústria e Comércio; e Sr. Marcílio Marques Moreira – Ex-Ministro de Estado do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

A reunião foi presidida pelo Senador Fernando Collor, presente o Senador Cristovam Buarque.

IV – Relato das exposições dos palestrantes

1. **Sr. Rubens Barbosa**

O Sr. Rubens Barbosa iniciou as apresentações do quinto painel. Explicou primeiro que dividiria sua exposição em três etapas: a ordem econômica global, o impacto da crise sobre o Brasil e as perspectivas para o futuro.

O convidado afirmou que a ordem econômica global passa por um momento bastante peculiar. Um de seus aspectos, continuou, é a transferência do eixo político-econômico do Atlântico para o Pacífico, resultando em um mundo pós-ocidental.

Como o segundo aspecto da ordem atual, apontou a crise econômica observada nos Estados Unidos, na Europa e, recentemente, também nos países emergentes. No caso do continente europeu, sua opinião é de que a crise cria incertezas até mesmo sobre a estrutura política da União Europeia. Também disse acreditar que a Europa ainda enfrentará uma década de crescimento muito baixo.

Chamou o terceiro aspecto de mudança do mapa da globalização: a redução do comércio internacional, a ascensão dos países asiáticos como investidores internacionais, a crise do multilateralismo da Organização Mundial do Comércio – OMC, a volta do protecionismo e a redução dos fluxos de investimento.

O quarto aspecto apontado foi a grande importância atual de temas globais, como comércio, meio ambiente, energia, mudanças climáticas e direitos humanos. Nesse ponto, o palestrante afirmou que a opinião do Brasil é cada vez mais ouvida na comunidade internacional.

O último aspecto apontado pelo expositor foi o do desafio atual da governança global. Em sua opinião, há uma paralisia dentro do próprio G20, por não haver consenso entre economias desenvolvidas e em desenvolvimento sobre as medidas a serem tomadas.

Após essas considerações, o Sr. Rubens Barbosa passou a tratar do impacto da crise e da reação do País. Lembrando a desaceleração da economia mundial, afirmou que o Brasil já experimenta redução das exportações, dos fluxos de investimento e das linhas de crédito internacionais. Enfrenta, além disso, a queda dos preços das *commodities*.

De acordo com o convidado, agora que os resultados do comércio exterior não são mais suficientes para esconder a realidade econômica, começa a ficar claro o problema sistêmico de perda de competitividade da economia brasileira. Citou, como causas, o câmbio apreciado, a alta taxa de juros, os custos trabalhistas, a infraestrutura deficiente e a ineficiência do setor produtivo.

Após notar que as medidas atuais de enfrentamento à crise repetem as medidas de sucesso adotadas em 2008, disse considerá-las acertadas, mas insuficientes, por não resolverem, em médio e longo prazo, o problema da perda de competitividade. Além disso, essas medidas seguem ainda um modelo de expansão do mercado interno, que, a seu ver, está se esgotando. Em sua opinião, é preciso evoluir para um modelo baseado no investimento e na poupança.

Concluindo a segunda parte de sua exposição, notou que a percepção externa sobre o Brasil está mudando rapidamente, abandonando o otimismo para enfatizar os desafios atuais. Alertou que o País precisa reconhecer e enfrentar esses desafios.

Sobre as perspectivas para o futuro, afirmou inicialmente a necessidade de o governo e o setor privado estabelecerem uma visão estratégica de médio e longo prazo. Para ele, por causa da crise internacional, os desafios dos próximos anos serão diferentes dos até agora enfrentados. Concluindo, disse que será preciso resolver como os produtos brasileiros chegarão ao mercado asiático, como o País lidará com a necessidade de inovação, principalmente em face do baixo nível

de investimento observado na economia brasileira, e como reverterá o esvaziamento do Mercosul.

2. Sra. Dorothea Fonseca Furquim Werneck

A Sra. Dorothea Fonseca Furquim Werneck inicialmente afirmou estar mais otimista com o futuro do País do que o palestrante anterior. Após esse comentário, explicou que uma das principais características da crise atual, a exemplo da grande crise de 1929, é a incapacidade dos economistas e tomadores de decisão de compreendê-la e encontrar soluções para ela. De acordo com a especialista, em todo o mundo, as medidas tomadas até agora não resultam de um plano conceitual definido, mas de experimentos baseados em pragmatismo. O desafio atual para o Brasil, em sua opinião, é como atravessar esse momento de incerteza.

A convidada afirmou, então, que um dos riscos do atual enfrentamento à crise é que o foco em questões de curto prazo, como a taxa de crescimento de 2012, relega a segundo plano questões importantes, como qual a tendência de crescimento do País e qual seu objetivo estratégico a longo prazo.

Explicou que variáveis como o câmbio, os juros e os preços das *commodities* têm impactos diferentes em cada região do País. Para ela, uma análise que considere essa complexidade permitiria uma visão melhor do momento atual da economia brasileira. Em seu entendimento, há uma paralisia natural de consumidores e investidores, que deverá continuar enquanto não forem definidas essas variáveis.

No entanto, a palestrante ressaltou que o investidor trabalha com uma visão de médio e longo prazo. Por isso, revelou-se otimista, por acreditar que há no País um consenso sobre o que buscar nesses horizontes: melhor educação, mais inovação, menor carga tributária e melhor infraestrutura. O debate, continuou ela, é essencialmente político e limita-se a como alcançar esses objetivos.

Dentro desse debate, destacou a importância da discussão sobre o federalismo, no qual a agenda legislativa pode avançar na atri-

buição aos Estados das melhorias de infraestrutura, na discussão do endividamento dos Estados e na distribuição dos *royalties* entre as unidades federativas.

Em conclusão, disse acreditar ser esse um momento de oportunidade, em que as mudanças na economia internacional permitem ao País, caso assim decida, redefinir sua posição no cenário internacional.

3. Sr. Marcílio Marques Moreira

O Sr. Marcílio Marques Moreira, retomando as duas apresentações anteriores, afirmou que o mundo encontra-se em um momento de transição, causada pela entrada da China na economia mundial. Explicou que transição implica um estado passageiro, marcado por incerteza e complexidade e sobre o qual não é possível afirmar nada peremptoriamente. Mesmo assim, enfatizou a importância de se compreender que há uma transição em curso.

Relembrou, em seguida, o comportamento do Brasil em outros momentos históricos de transição, como quando os Estados Unidos da América assumiram a hegemonia naval mundial após a 1ª Guerra Mundial, em que o principal embaixador brasileiro foi transferido de Londres para Washington. Outro momento que destacou foi o desmanche da União Soviética, quando o Brasil promoveu a abertura de sua economia.

Sobre o Brasil, ponderou que, por ser um país cuja subsistência não depende de nenhum outro, sua atenção deve ser voltada principalmente a seus problemas internos. Além disso, afirmou que a força do País em negociações multilaterais está na legitimidade de seu comportamento.

Sobre a ordem internacional, sua opinião é de que não se caminha para um mundo não ocidental, mas sim para um mundo pluralista. Os EUA e a Europa, disse ele, a despeito de suas dificuldades atuais, não perderão sua relevância internacional. Dentro desse contexto, destacou a importância do G20, com sua maior capilaridade, por realmente representar uma realidade mais complexa.

Apontou, então, os desafios globais: a explosão demográfica em alguns países e a implosão em outros, a questão ambiental e a escassez de energia, alimentos e água. Especificamente quanto ao Brasil, lamentou a inexistência de um planejamento de longo prazo para mudar o foco da economia nacional do consumo para o investimento.

Por fim, afirmou que há uma grande dispersão dentro do G20, por falta de liderança para harmonizar e mobilizar um consenso, aumentando a incerteza e até mesmo criando um certo perigo para a ordem internacional.

V – Questionamentos e Debates

- Considerações do Senador Cristovam Buarque:

O Senador Cristovam Buarque afirmou que a perda de competitividade brasileira é causada principalmente pela falta de inovação, e não somente pelo Real supervalorizado ou pelos altos custos de produção. Para ele, o País não tem tradição ou gosto por inovar. Em sua visão, a solução para o problema da inovação requer investimento de médio e longo prazo, inclusive em educação, e uma mudança de cultura.

Comentando os limites do crescimento, apontou que a indústria automobilística não pode continuar crescendo indefinidamente em razão dos limites da infraestrutura urbana e do endividamento das famílias. Apontou também que os benefícios dos programas de transferência de renda chegarão a um limite, a partir do qual será inviável seu custeio.

Destacou a complexidade dos desafios da economia brasileira, cujas soluções para problemas como endividamento público e privado, taxa de juros, câmbio, carga fiscal e infraestrutura implicam efeitos colaterais adversos. Lembrou também o problema da desigualdade social e da vulnerabilidade da balança comercial brasileira, dependente do desempenho de alguns poucos produtos. Ainda sobre o Brasil, disse ser necessário temperar o otimismo com uma visão mais realista e alertou para o fato de que a percepção externa do País nesse ponto já começou a mudar.

Para o Senador, a relação tradicional entre crescimento econômico, inovação, democracia e bem-estar foi alterada pela descoberta dos limites ecológicos e pelo surgimento de um sistema financeiro independente do sistema produtivo. Considerando impossível ou indesejável sacrificar a democracia, a inovação e o bem-estar, argumentou que a solução é administrar o crescimento na taxa e no propósito, com mais bens públicos em vez de privados. Como exemplo, citou a medida adotada pela Indonésia de desestimular a venda de automóveis, apesar de ser um dos grandes produtores mundiais, e incentivar a produção de ônibus.

Discordou da afirmação de que há um consenso a respeito do que fazer em relação aos desafios brasileiros, mas notou que há um consenso de que a inflação não é um caminho aceitável.

Ao concluir, asseverou ser fundamental abandonar o imediatismo que caracteriza a sociedade e a política brasileira e lembrou que uma visão de longo prazo exigirá sacrifícios desagradáveis tanto aos políticos quanto aos eleitores.

- Considerações da Sra. Dorothea Fonseca Furquim Werneck:

A palestrante, após lembrar a incerteza natural das previsões econômicas, disse que seu otimismo com o futuro do País não é sem cuidado ou temperamento. Salientou que, apesar dos problemas na área de inovação, o País tem empresas desenvolvendo tecnologias bastante avançadas. De modo semelhante, notou que, apesar da baixa produtividade média da economia, o crescimento da produtividade agrícola de grãos nos últimos anos foi bem elevado.

- Considerações do Sr. Rubens Barbosa:

O Sr. Rubens Barbosa afirmou que seu otimismo é fundado na ideia de que a situação piorará a ponto de o governo ser forçado a tomar as medidas necessárias. Para o convidado, não há dúvida de que o País avançou enormemente nos últimos anos, mas isso não significa que não há problemas a serem resolvidos de agora em diante.

O convidado retomou o tema da inovação, destacando a necessidade de desenvolvimento de uma oferta qualificada. Quanto a isso, lembrou que produtos de alta tecnologia representam apenas 3 ou 4% da pauta de exportações brasileira. Notou também a perda de mercado da manufatura brasileira nos EUA e na América do Sul.

Tratando da reforma tributária, disse acreditar que o Congresso Nacional poderia contribuir bastante para o assunto e lembrou que ele ocupa a pauta parlamentar já há 20 anos.

Ao final, revelou opinião de que o Governo tem adotado medidas corretas, mas insuficientes, e que há paralisia em certas áreas, como nas negociações internacionais para abertura de mercado.

- Considerações do Sr. Marcílio Marques Moreira:

Em suas considerações finais, o Sr. Marcílio Marques Moreira ressaltou que o Brasil tem adotado medidas corretas, mas de modo atrasado. Para exemplificar, citou a reforma do fundo de pensão dos servidores públicos, que demorou mais de dez anos para ser implementada. Alertou para o risco de o País estar cometendo uma justiça intergeracional, beneficiando-se de situações que resultarão em problemas no futuro ou adotando soluções momentâneas, que nada resolverão em longo prazo.

Em sua opinião, o Brasil tem hoje até uma certa maestria em administração de crises, mas não sabe aproveitar as oportunidades que sempre as acompanham. Concluindo, disse que não vê risco de o País cair em um abismo, mas mostrou-se preocupado com o risco de um sentimento de complacência levá-lo a uma rota de mediocridade.

Consultoria Legislativa do Senado Federal

Coordenação: Gustavo Henrique Fideles Taglialegna

Temas da Agenda Internacional

Painel 1: Heloísa Guzzi Campos

Painel 2: Ana Maria Cristina Barbosa Labarrère

Painel 3: Maria Rita Galvão Lobo

Painel 4: Breno de Lima Andrade

Painel 5: Andreza Rios de Carvalho

Painel 6: Emilio Moura Leite da Silveira

Painel 7: Sebastião Araújo Andrade

Política Externa Brasileira

Painel 1: Breno de Lima Andrade e Maria Rita Galvão Lobo

Painel 2: Heloísa Guzzi Campos e Ana Maria Cristina Barbosa Labarrère

Painel 3: Andreza Rios de Carvalho e Ana Maria Cristina Barbosa Labarrère

Painel 4: Emilio Moura Leite da Silveira e Maria Rita Galvão Lobo

Painel 5: Sebastião Araújo Andrade

Gabinete do Senador Fernando Collor

Assessor Especial: Darke Nunes de Figueiredo

Assessor Parlamentar: Carlos Murilo Frade Nogueira

Assistente Parlamentar: Juliane Silva Gurgel

Chefe de Gabinete: Joberto Mattos de Sant' Anna

Secretária: Fátima Madureira Alencar

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Secretário: Álvaro Araújo Souza

Equipe: Eduardo Carvalho, Hebe Machado Guimarães-Dalgaard, Henrique de Campos Porath, Lairton Pedro Kleinübing, Nilza Viana Esteves, Talita Kaczan de Freitas e Thales Roberto Furtado Moraes

Estagiárias: Daniele Santos de Andrade e Gabriela Pereira Gonçalves

Capa: José Tadeu Alves

Formatação: Angelhitto Paulino Rocha

Impressão: Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP





RIO+20
Conferência das
Nações Unidas
sobre
Desenvolvimento
Sustentável